

**Rui Mateus Ramos**

**A VISÃO DO BARÃO DE MAUÁ SOBRE A POLÍTICA  
EXTERNA BRASILEIRA NO RIO DA PRATA: 1850 – 1865**

**Passo Fundo, novembro de 2009**

**Rui Mateus Ramos**

**A VISÃO DO BARÃO DE MAUÁ SOBRE A POLÍTICA  
EXTERNA BRASILEIRA NO RIO DA PRATA: 1850 – 1865**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

**Passo Fundo**

**2009**

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus queridos familiares: meu pai Artemio e minha mãe Annita; Terezinha, minha tia e, Tadeu, meu irmão.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Adelar Heinsfeld, por seus conselhos e pela segura orientação neste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho busca compreender a visão do Barão de Mauá sobre a política externa brasileira no Rio da Prata durante o período de 1850 a 1865. A partir da sua correspondência emitida aos diplomatas uruguaios Andrés Lamas e Juan José Herrera, o trabalho também analisa a participação de Mauá nas relações diplomáticas entre o Brasil e os países platinos. As fontes utilizadas foram escritas num conturbado contexto histórico, marcado por duas guerras civis no Uruguai, conflitos diplomáticos e intensa atuação da diplomacia brasileira. Irineu Evangelista de Sousa, Barão e Visconde Mauá, teve importante participação nos acontecimentos políticos no Rio da Prata entre 1850 e 1865 e seus escritos ajudam a compreender as complexas relações diplomáticas entre Brasil, Uruguai e Argentina. Ao longo daquele período histórico, os interesses de Mauá no Prata vão tornando-se incompatíveis com a política externa desenvolvida pelo governo brasileiro na região. Num primeiro momento, o presente trabalho analisa os motivos que provocaram a aproximação inicial entre Mauá e a diplomacia brasileira na década de 1850. Posteriormente, é feita a análise da documentação escrita por Mauá na década de 1860, onde estão contidas suas críticas à política do governo brasileiro para o Prata.

**Palavras-chave:** Barão de Mauá, região do Prata, relações diplomáticas, política externa brasileira.

## **ABSTRACT**

This paper search to understand the vision of Baron of Maua about the Brazilian foreign policy in Plate River during the period from 1850 to 1865. From this correspondence used to Uruguay's diplomats Andre Lamas and Juan Jose Herrera, the paper also analyze the participation of Maua in the diplomatics relations between Brazil and the platinum countries. The used sources were written in a troubled historical context, marked by its civil wars in Uruguay, diplomatic conflict and tense performance of Brazilian diplomacy. Irineu Evangelista de Sousa, Baron and Viscount Maua, had and important participation in the politic events in Plate River between 1850 and 1865 and their wrote help to understand the complex diplomatic relationships between Brazil, Uruguay and Argentina. Along of there historic period, the interests of Maua in the Plate will be compatible with the extern politic developed by Brazilian government in the region. In a first moment, the present paper analyzes the reasons that caused the initial approximation between Maua and the Brazilian diplomatic in the 1850s. After that, is made the analyze of the written documentation by Maua in the 1860s, where are contained his criticals to Brazilian policy government to the Plata.

**Key words:** Baron of Maua, Plata Region, diplomatics relations, Brazilian foreign policy.

## **LISTAS DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1. O Barão de Mauá

Figura 2. José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco

Figura 3. Zacarias de Góes e Vasconcelos

Figura 4. Dom Pedro II

Figura 5. Paulino José Soares de Souza, Visconde do Rio Branco

Figura 6. General Justo José Urquiza

Figura 7. A campanha do Estado Oriental (1864-1865)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	07
CAPÍTULO 1. Revisitando a literatura sobre Mauá: biografia, historiografia, memória .....	13
1.1 Biografia: Quem foi o Barão de Mauá? .....	13
1.2 Historiografia .....	17
1.3 Memória .....	23
CAPÍTULO 2. A Guerra Grande e o ingresso de Mauá no cenário político platino .....	28
CAPÍTULO 3. O Banco Mauá & Cia. no Uruguai .....	50
CAPÍTULO 4. A guerra civil no Uruguai – 1863 a 1865 .....	64
CAPÍTULO 5. Mauá e a Missão Saraiva .....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	116
FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS .....	120

# INTRODUÇÃO

O empresário rio-grandense Irineu Evangelista de Sousa, Barão e Visconde de Mauá, foi o maior capitalista brasileiro do século XIX. Sua riqueza e seu poder econômico tiveram significativa influência no cenário político brasileiro, argentino e uruguaio. No Brasil, Mauá é considerado o principal pioneiro no processo de industrialização nacional, iniciado a partir da segunda metade do século XIX. As grandes iniciativas materiais e o pioneirismo do Visconde de Mauá na economia do país nos revela que há um Brasil antes e um Brasil depois de Mauá. Nas palavras de Celso Furtado, “em nossa história, aparecem muitas figuras de idealistas, mas apenas um dentre eles intuiu, desde meados do século XIX, que a chave para a modernização do Brasil estava na industrialização. Essa é a singularidade de Mauá, que tentou antecipar de um século nossa inserção na modernidade. Ao rejeitarem sua liderança, os que mandavam no Brasil condenaram-nos ao subdesenvolvimento”<sup>1</sup>.

No Rio da Prata, a atuação econômica e política de Mauá foi marcante no Uruguai. O empresário brasileiro entrou para a História do Uruguai ao firmar um tratado em setembro de 1850, tornando-se credor do governo de Montevideu. O governo daquele país encontrava-se em crise financeira desde 1843, quando iniciou o cerco a cidade de Montevideu pelas tropas do uruguaio Manuel Oribe. O tratado foi mediado pelo governo brasileiro com o objetivo de derrotar Oribe.

Irineu Evangelista de Sousa teve seu nome gravado na História do Uruguai do século XIX porque durante 25 anos ele foi o maior credor do governo uruguaio. Além disso, fundou o maior banco do Uruguai naquela época. Era o Banco Mauá & Cia., fundado em 1856, com sede em Montevideu e com filiais no interior, em Salto e Paissandu. O governo uruguaio necessitou muito dos empréstimos dessa instituição financeira antes dela ser fechada em 1875. O Banco Mauá também contribuiu para facilitar a expansão do crédito financeiro que fez dinamizar a economia uruguaia por quase vinte anos.

Entre 1850 e 1865, Mauá esteve envolvido nas relações diplomáticas entre o Brasil e as nações platinas (Uruguai e Argentina). Este estudo pretende compreender a visão de Mauá sobre a política externa do Brasil no Prata. O desfecho das duas guerras civis no Uruguai<sup>2</sup> era de fundamental interesse para os negócios de Mauá. Para compreendermos a participação do empresário brasileiro nestes conflitos, utilizamos como principal fonte

---

<sup>1</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 19.ed. São Paulo: Nacional, 1984, p. 65.

<sup>2</sup> A primeira de 1839 a 1851, e a segunda de 1863 a 1865. Os dois conflitos armados tinham origem na luta política entre os dois partidos do Uruguai naquela época, o Partido Blanco e o Partido Colorado.

primária as cartas que ele escreveu para o diplomata uruguaio Andrés Lamas durante o período das duas guerras.

Nosso estudo dá maior ênfase na visão que Mauá elaborou sobre a política externa brasileira durante a guerra civil uruguaia iniciada em 1863<sup>3</sup>. Ao longo daquele ano, principalmente a partir do início da rebelião armada liderada por Venâncio Flores no Uruguai no mês de abril, Mauá escreveu mensalmente ao diplomata uruguaio Andrés Lamas. Conhecer o conteúdo da correspondência emitida por Mauá à Lamas permite compreender o significado e a importância da atuação do empresário brasileiro num conflito político que envolveu, além dos uruguaios, a diplomacia brasileira e o governo argentino.

A guerra civil uruguaia de 1863 a 1865 foi um conflito político-militar que iniciou como uma luta pelo poder no Uruguai entre o Partido Blanco e o Partido Colorado. Quando a guerra começou, em abril de 1863, eram os blancos que estavam no poder. Em pouco tempo, além dos blancos e dos colorados, outros atores envolveram-se no conflito: estancieiros rio-grandenses, governadores de províncias do interior argentino, os governos do Brasil, da Argentina e também do Paraguai. As relações entre as diplomacias das nações platinas variavam conforme os fatos políticos que se sucediam. “O subsistema platino de relações internacionais tornou-se extremamente complexo em termos factuais. Não foram as mesmas forças que comandaram de forma decisiva os acontecimentos por todo o período. Além do mais, o peso dos indivíduos, de suas idéias, intenções e atos é por demais importante”<sup>4</sup>.

Neste trabalho vamos analisar a participação de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, como um dos atores que também tinha seus interesses envolvidos nas guerras civis. Além das cartas que Mauá enviou aos políticos uruguaios Andrés Lamas e Juan Jose Herrera no ano de 1863, também utilizamos o seu texto intitulado “*Exposição aos Credores de Mauá & Cia*”<sup>5</sup>, uma espécie de Autobiografia escrita pelo Visconde Mauá em 1878 e publicada em livro pela primeira vez no ano de 1941. É com essas fontes que pretendemos responder aos seguintes questionamentos: como foi a atuação de Mauá nas relações diplomáticas no Rio da Prata? Qual foi a sua participação como ator da política externa brasileira na região? Qual era a visão dele sobre a política externa do governo imperial no Prata? Qual era o conteúdo das correspondências de Mauá à Lamas e à Herrera?

---

<sup>3</sup> Essa guerra iniciou em abril de 1863 e estendeu-se até fevereiro de 1865.

<sup>4</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 111.

<sup>5</sup> SOUSA, Irineu Evangelista de. *Exposição aos Credores de Mauá & Cia*. Rio de Janeiro: Valverde, 1941.

Para respondermos a essas questões, as fontes primárias que mais utilizamos nesta pesquisa foram: as correspondências (cartas) que Mauá emitiu a dois importantes diplomatas uruguaios, Andrés Lamas e Juan José Herrera. Parte dessa correspondência de Mauá encontra-se reunida sob a forma de um livro de autoria de Lúcia Besouchet com o título de “*Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*”<sup>6</sup>. Como fontes primárias, também utilizamos os artigos publicados por Mauá no *Jornal do Comércio*<sup>7</sup> no período de 1850 a 1865.

Também utilizamos como fonte primária o *Relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil* do ano de 1864, que se encontra disponível no site [www.unichicago.edu.us](http://www.unichicago.edu.us). Como no trabalho damos preferência às fontes que se referem aos escritos do Barão de Mauá, a escolha de apenas um documento oficial de Estado, especificamente o Relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil do ano de 1864, justifica-se pelo fato de que naquele ano Mauá escreveu muito pouco sobre a política externa brasileira no Prata.

Desse modo, o objetivo principal deste trabalho é compreender a visão do Barão de Mauá sobre a política externa brasileira no Rio da Prata durante o período de 1850 a 1865. Também são objetivos do trabalho:

- analisar a atuação de Mauá nas relações diplomáticas no Rio da Prata;
- compreender o contexto político da região no decorrer dos anos de 1850 a 1865;
- verificar as diretrizes da política externa brasileira no Rio da Prata no período em questão;
- analisar as concepções de Mauá sobre política externa.

Como já foi dito acima, os principais documentos históricos desse trabalho são as correspondências e os escritos de Mauá sobre a política externa brasileira no Rio da Prata. É preciso ficar claro que os documentos testemunham pensamentos e ações de pessoas com os interesses mais diversos, mas sempre bastante concretos. Esses documentos não falam por si mesmos; é importante formularmos as perguntas adequadas que nos permitam levantar os interesses dos indivíduos e dos grupos que deixaram esses registros.

Os documentos históricos só falam quando são interrogados. Interrogar os documentos significa decompô-los, avaliar a sua credibilidade e competência, identificar suas

---

<sup>6</sup> BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

<sup>7</sup> Utilizamos os artigos de Mauá publicados no *Jornal do Comercio* que foram transcritos nos livros de seus principais biógrafos.

possíveis intenções e compará-los a outros testemunhos. Realizar esse trabalho pressupõe desmistificar os documentos, reconhecendo que eles não são registros simples inocentes e imparciais do real, mas construções que expressam intencionalidade e uma estrutura de poder determinada. É ao fazer essa crítica dos documentos que reside o método da reflexão histórica.

Ao se pensar nas perguntas a fazer aos documentos, deve-se, portanto, levar em conta que o documento é sempre, ao mesmo tempo que objeto da pesquisa histórica, expressão de sujeitos da história, ou seja, o documento foi produzido por alguém atuante em seu tempo. Os documentos não são meros fornecedores de dados; eles evidenciam as ações de sujeitos do processo histórico no qual surgiram. Ao chegarem até nós pela memória histórica, expressam também a ação de outros sujeitos históricos.

Analisar a documentação que Mauá escreveu sobre a política externa brasileira no Rio da Prata é uma oportunidade de conhecermos uma visão diferente de um tema da história do Brasil. Assim podemos perceber que o conhecimento do passado está em constante modificação, em razão das contínuas descobertas documentais e das interpretações que elas suscitam.

O historiador francês Jacques Le Goff chama a atenção para “o compromisso que o historiador deve ter com a objetividade histórica, processo que se constrói pouco a pouco, mediante revisões sucessivas do conhecimento histórico, retificações, perdas e contínuas descobertas”<sup>8</sup>. Conhecer o percurso de vida de uma figura histórica como Mauá é refletir sobre o papel dos agentes sociais e a maneira como suas escolhas, idéias e interesses se articulam, se transformam ou se constroem na trama histórica.

Diante disso, este trabalho foi estruturado em cinco capítulos. No capítulo 1, realizamos uma revisão de literatura sobre o que já foi pesquisado e publicado em torno da vida pública do Visconde de Mauá e sua participação nos assuntos políticos platinos entre 1850 e 1865. Neste primeiro capítulo, também fizemos uma rápida contextualização da economia brasileira do Segundo Reinado, apontando as principais realizações empresariais de Mauá e sua relação com a elite política imperial.

No segundo capítulo, verificamos o contexto de guerra civil no Uruguai entre 1839 e 1851 e como os acontecimentos dessa guerra levaram Mauá a tornar-se financiador do governo uruguaio a partir de 1850. Ao mesmo tempo, verificamos as diretrizes da política externa brasileira adotadas para o Prata naquela época.

---

<sup>8</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Lisboa: Edições 70, 1999, p. 102.

O terceiro capítulo trata da criação do Banco Mauá & Cia. no Uruguai. Também analisa o período entre as duas guerras civis do Uruguai de 1851 a 1863. Naquele período, cresceu muito a participação e a influência econômica de Mauá no Estado Oriental<sup>9</sup>.

No capítulo 4, analisamos a conjuntura política que desencadeou o início da guerra civil uruguaia em abril de 1863. Este é o capítulo em que mais utilizamos a correspondência entre Mauá e Lamas como fonte primária para compreendermos a participação do empresário brasileiro nas questões diplomáticas do Prata.

No quinto e último capítulo, verificamos o desenrolar dos fatos da guerra civil uruguaia ao longo do ano de 1864, destacando-se a Missão Saraiva e o Acordo de Santa Lúcia celebrado entre o Almirante Tamandaré e o General uruguaio Venâncio Flores. Analisamos a intervenção brasileira na guerra civil e, de acordo com a correspondência, os artigos e as memórias de Mauá, buscamos compreender suas concepções sobre a política externa brasileira no Prata em decorrência, principalmente, da Missão Saraiva.

As páginas a seguir deste trabalho contém um estudo sobre parte da vida de uma importante figura da História do Brasil e do Rio da Prata, principalmente do Uruguai. Buscamos compreender o significado das motivações das muitas ações do Barão de Mauá num determinado período histórico. Sua atuação empresarial no Rio da Prata esteve diretamente ligada aos assuntos políticos e econômicos daquela região no período de 1850 a 1865. Nesse período, por exemplo, muitas das transformações econômicas ocorridas no Uruguai tiveram significativa participação do Barão de Mauá.

Como a história é o estudo das ações humanas no passado e no presente, ou, como defende o historiador Marc Bloch, a “ciência dos homens no tempo”<sup>10</sup>, compartilhamos a idéia de que uma das principais tarefas do historiador é compreender as transformações do homem ao longo do tempo. Em outras palavras, buscar o conhecimento das mudanças humanas no tempo e compreender o significado dessas mudanças. Portanto, “o que o historiador faz é compreender as manifestações de vida das outras pessoas”<sup>11</sup>, ou seja, o ofício do historiador é lembrar o que os outros esquecem<sup>12</sup>.

O período histórico abordado neste estudo corresponde ao processo de consolidação dos Estados nacionais sul-americanos. Nesse processo de consolidação, a figura do empresário pode ser representada como a de um sujeito inovador, o pioneiro, o produtor do

---

<sup>9</sup> Em 1856, uma agência do Banco Mauá começou a operar em Montevideu com uma licença provisória do governo uruguaio. No final de 1857, o banco encontrava-se totalmente legalizado.

<sup>10</sup> BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 6ª ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1993, p. 25.

<sup>11</sup> REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996, p. 117.

<sup>12</sup> HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 46.

progresso econômico e técnico, o “motor” das transformações. Ele passou a ser um dos principais “organizadores” dos processos de produção econômica. No caso do Uruguai, é possível perceber que o empresário Irineu Evangelista de Sousa representou esse sujeito pioneiro na inovação da economia uruguaia. A criação do Banco Mauá & Cia., que financiou melhoramentos técnicos em estâncias e na criação de novas indústrias, são exemplos do papel inovador que o empresário rio-grandense assumiu no Uruguai.

Nas guerras civis uruguaias, e ao longo de todo o período de 1850 a 1865, o empresário Irineu Evangelista de Sousa – Barão e Visconde de Mauá –, homem mais rico do Brasil e que tinha grandes negócios no Uruguai e na Argentina, atuou intensamente na política platina daquela época mantendo importantes contatos políticos na região.

Conhecer a visão de Mauá sobre a política externa do governo imperial para os países do Rio da Prata nos permite compreender os esforços do empresário para tornar o Brasil na maior potência sul-americana e inserir o país no sistema econômico capitalista internacional. Sua participação nas relações diplomáticas do Prata também faz parte da História da Política Exterior do Brasil.

# **CAPÍTULO 1**

**Revisitando a literatura sobre Mauá: biografia, historiografia,  
memória**

## 1.1. Biografia: Quem foi o Barão de Mauá?

Nascido no dia 28 de dezembro de 1813, na localidade de Arroio Grande, atual município de Jaguarão, no extremo sul do Estado do Rio grande do Sul, Irineu Evangelista de Sousa tornou-se o homem mais rico do Brasil durante o século XIX. Em 1854, recebeu do Imperador Dom Pedro II, o título de Barão de Mauá. Vinte anos depois, em 1874, recebeu o título de Visconde de Mauá.

As empresas criadas por Mauá no Brasil entre 1846 e 1874 foram as seguintes: Estaleiro e Fundação da Ponta de Areia em Niterói; Companhia de Rebocadores a vapor para o Rio Grande do Sul; Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro; Companhia Fluminense de Transportes; Banco do Brasil, Estrada de Ferro Petrópolis, vulgo Mauá; Navegação a vapor do Rio Amazonas; Estrada de Ferro de Recife a São Francisco; Estrada de Ferro da Bahia; Companhia de Diques Flutuantes; Companhia de Curtumes; Companhia de Luz Esteárica; Montes Áureos Braziliam Gold Mining Co.; Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí – São Paulo Railway; Estrada de Ferro da Tijuca; Estrada de Ferro de Antonina a Curitiba; Estrada de Ferro Paraná a Mato Grosso; Cabo Submarino do Rio de Janeiro a Europa; Abastecimento de água do Rio de Janeiro; Estrada de Ferro do Rio Verde; Companhia Agrícola Pastoril no Rio Grande do Sul; Banco Mauá & Cia.

Em 1867, Mauá figurava entre os homens mais ricos do mundo no século XIX. Era dono de um conglomerado, a Mauá & Cia, que reunia 17 empresas distribuídas em 6 países: Brasil, Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Inglaterra e França. Quando sua fortuna atingiu o ápice em 1867, pôde ser comparada com as maiores fortunas que existiam pelo mundo naquela época. Por exemplo: em 1867, Mauá possuía uma fortuna de 12 milhões de libras esterlinas ou 60 milhões de dólares. O Banco da Inglaterra, que era a instituição financeira mais sólida da época, possuía 43 milhões de libras de ativos. Os 60 milhões de dólares de Mauá também podem ser comparados com a maior herança norte-americana do século XIX, os 100 milhões de dólares deixados pelo grande empresário das estradas de ferro dos Estados Unidos, Cornelius Vanderbilt.

Nos últimos anos 11 anos de sua vida, entre 1878 e 1889, Mauá não era mais dono de nenhum de seus grandes bancos ou empresas. O grande capitalista brasileiro do século XIX teve sua falência decretada em 1878. Mesmo falido, conseguiu honrar todas as pendências que tinha com seus credores. Passou a ganhar dinheiro com estâncias no Rio Grande do Sul e trabalhava no Rio de Janeiro com comércio de importação e exportação de

mercadorias, principalmente com venda de café. No final do século XIX, o empresário rio-grandense ainda continuava a ser um dos homens mais ricos do Brasil.

O Visconde de Mauá faleceu no dia 21 de outubro de 1889, aos 75 anos de idade, em Petrópolis. Foi sepultado no dia seguinte no cemitério da Ordem de São Francisco de Paula, na cidade do Rio de Janeiro.



**Figura 1. O Barão de Mauá: final da década de 1850**

Além de empresário, Mauá foi eleito por três vezes para o cargo de deputado pela província do Rio Grande do Sul através do Partido Liberal<sup>13</sup>. O Barão manteve contato permanente com grande parte da elite política imperial brasileira. Dentre as principais figuras dessa elite ligada ao governo, Mauá manteve boas relações com Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai), Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná), Antônio Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio

---

<sup>13</sup> Mauá foi deputado entre 1855 e 1869. Em 1872, foi eleito para mais um mandato de deputado.

Branco), Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente), Eusébio de Queirós, Visconde de Sousa Franco, Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), Luis Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), Manuel Luís Osório (Marquês de Erval), Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre), Barão de Cotegipe, Conde de Porto Alegre, Teófilo Otoni e Visconde de Bom Retiro.

Os rio-grandenses constituíram para Mauá seus verdadeiros correligionários, amigos naturais pelas idéias e pelos interesses. Era nos rio-grandenses que ele buscava seu principal apoio. Nesses políticos depositava grande confiança e a eles sempre buscou prestar auxílio e socorro.

Manuel Marques de Sousa, Conde de Porto Alegre, manteve constante amizade com Mauá, indicando-o espontaneamente desde 1853 para deputado pelo Partido Liberal do Rio Grande do Sul. Podemos citar também João da Silva Machado, Barão de Antonina, nascido também pobremente a exemplo de Mauá e chegando a senador pela província sulina. A maioria dos políticos destacados do Rio Grande do Sul quase sempre se manifestaram amigos de Mauá. O caso mais complexo do relacionamento político de Mauá no Rio Grande do Sul foi com Gaspar Silveira Martins, seu maior rival político dentro do Partido Liberal com quem disputava voto a voto uma cadeira de deputado.

O primeiro envolvimento de Mauá com a política ocorreu durante a Guerra Farrroupilha. Mauá acolheu em sua casa no Rio de Janeiro alguns rio-grandenses. Na realidade, ele era um nacionalista no sentido mais amplo do termo, olhando o Brasil como um todo, mas jamais se despreendeu de suas vinculações rio-grandenses. A naturalidade com que ajudara os revolucionários sulinos não era segredo para ninguém, nem causava estranheza aos homens de governo habituados a essas manifestações de solidariedade regional de políticos vivendo na Corte, mas vinculados aos centros regionais, no Norte, no Sul, ou em qualquer outro ponto do território nacional<sup>14</sup>.

Os liberais, que naquela ocasião formavam o governo, eram conscientes do papel desempenhado por Mauá, e muitos, de certa forma, justificavam a atitude assumida pelos rio-grandenses. Ao ajudar os farrroupilhas, Mauá julgava estar dando apoio aos elementos mais fracos contra as injustiças do poder central.

A questão ideológica da política era secundária para Mauá. Ele parecia querer dar ênfase à desigualdade de meios com que contavam seus conterrâneos frente aos recursos do Império.

---

<sup>14</sup> FARIA, Alberto de. *Irineu Evangelista de Sousa: Barão de Mauá (1813-1889)*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958, p. 68.

Mauá também teve inimigos ferozes entre a elite política imperial. Os três principais foram: Francisco Sales Torres Homem (Visconde de Inhomirim), Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraá) e, o maior “inimigo” político de Mauá no Brasil, Zacarias de Góes e Vasconcelos. Importante político do 2º Reinado, Zacarias foi presidente do Gabinete dos Ministros em três oportunidades. Como político,

Zacarias era um espírito de combate, indiferente a idéias, exceto os dogmas e preceitos da Igreja, da qual se fará mais tarde no Senado o atleta; ríspido e escarecedor no debate, não poupando a menor claudicação, mesmo do amigo e do partidário, fossem elas em algum artigo da Constituição ou na pronúncia de alguma língua estrangeira. Metódico em sua vida, minucioso como um burocrata em cada traço de pena, chamando a tudo e a todos a contas com a régua do pedagogo constitucional, ele foi o mais implacável e também o mais autorizado censor que nossa tribuna parlamentar conheceu. Sua existência política poder ser comparada à do religioso a quem são veladas amizades pessoais e que deve se dedicar todo á sua ordem, obedecer só à sua regra. O partido era sua família espiritual; e ele sacrificava o coração, a simpatia, as inclinações próprias; ele podia dizer da política o que se disse da vida espiritual, que o mais repulsivo de seus vícios é a sentimentalidade. Não havia nele nenhum traço de sentimentalismo; nenhuma afeição, nenhuma fraqueza, nenhuma condescendência íntima projetavam sua sombra sobre os atos, as palavras, o pensamento mesmo do político. Ele tinha também, a força do isolamento em que se maninha; a sua estranheza a negócios, interesses e influências que cercam sempre a política. Enfim, Zacarias era um homem que odiava maçons e interesseiros; e que via em Mauá, acima de tudo, um maçom interesseiro, gente que colocava moralmente abaixo de muitos criminosos. Zacarias mostrou a vida inteira um verdadeiro desprezo pelo Visconde de Mauá e por todo tipo de negocio privado<sup>15</sup>.

Mauá buscava conhecer o pensamento político, econômico e diplomático dessa elite, pois sabia que o sucesso dos seus negócios no Brasil e no exterior também estavam nas decisões tomadas por esses políticos, pois os grandes cargos de Conselheiro de Estado, Chefe do Gabinete de Ministros, Ministro da Fazenda e Ministro dos Assuntos Estrangeiros eram ocupados por eles.

Mauá teve muitos “amigos e admiradores” tanto no Partido Liberal quanto no Partido Conservador. Raymundo Faoro descreveu o cenário político do Segundo Reinado da seguinte forma:

sobre o fundo doutrinário, onde contendem a ideologia e a utopia, desenvolve-se um governo de cinquenta anos, sucessão de 36 gabinetes, com a média de um ano e quatro meses de vida cada um, reservada a glória de duração em torno de quatro anos de vida apenas a dois ministérios (Paraná, 12º, e Rio Branco, 25º). 165 ministros passaram pelas pastas, alguns muitas vezes, num gabinete de seis lugares, número depois elevado

---

<sup>15</sup> CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 409.

para sete, com a criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Os liberais organizaram 21 gabinetes, com a soma de 19 anos e 5 meses no governo, contra 15 gabinetes dos conservadores (contados para estes o Gabinete da Conciliação), para uma estadia de 29 anos e 9 meses de poder<sup>16</sup>.

Ainda com relação aos contatos que Mauá manteve com políticos brasileiros, verifica-se que ele estava sempre muito atento a cada mudança de Gabinete, principalmente quando ocorria a mudança de um Gabinete Liberal para um Conservador. Apesar de ter muitos “amigos e admiradores” entre os conservadores, o empresário tinha uma certa preferência por gabinetes liberais. Preocupava-se muito com os nomes que assumiam a Pasta da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros.

Em termos de política externa, Liberais e Conservadores tinham percepções diferentes sobre a forma da diplomacia brasileira conduzir os negócios estrangeiros. “Os conservadores eram mais americanistas, monroístas à brasileira. Já os liberais demonstravam uma tendência mais europeísta e caudatária”<sup>17</sup>. Em termos de política externa para a América platina, os conservadores eram quase sempre favoráveis a intervenções na política interna de outros países, principalmente no Uruguai. A guerra contra Oribe e Rosas entre 1851 e 1852, foi arquitetada por um Gabinete Conservador e liderada pelo Ministro de Negócios Estrangeiros Paulino José Soares de Souza. Além deste Ministro, outro nome da diplomacia brasileira que era amigo pessoal de Mauá era José Maria da Silva Paranhos, o visconde de Rio Branco. Mauá contava com o apoio político de Rio Branco para garantir o cumprimento dos tratados entre o empresário e o governo uruguaio, estabelecidos em outubro de 1851. Além do mais, quando o assunto era política externa, o pensamento de Rio Branco era semelhante ao de Mauá. Os dois acreditavam que a política ideal para o Prata seria aquela que visasse o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações e que, ao mesmo tempo, contribuísse para o desenvolvimento econômico da região.

José Maria da Silva Paranhos, herdeiro e principal condutor da política conservadora de 1850 e também nas duas décadas seguintes, ligava sempre economia e política, desejava a prosperidade dos vizinhos em ambos os terrenos e pretendia construir sobre tais elementos um sistema de relações pacíficas, confiantes e benéficas<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 11ª ed. São Paulo: Globo, 1997, p. 354.

<sup>17</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 114.

<sup>18</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 105.



**Figura 2.** José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco. Membro do Partido Conservador, Paranhos era um dos poucos políticos em que Mauá confiava, por isso tornou-se seu amigo.

Já a intervenção no Uruguai em 1864 e a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai em 1865 foi elaborado por um Gabinete Liberal, chefiado por Zacarias de Góes e Vasconcelos, o maior desafeto político de Mauá.

O Visconde de Mauá era um financista e,

sabe-se que os imperadores, de D. João VI a Pedro II, e às vezes o próprio governo, dependiam de grandes capitalistas para empréstimos pessoais e públicos. Pedro II, apesar de sua conhecida aversão por homens de negócio (em seu governo somente um comerciante chegou a marquês), teve que recorrer a eles para financiar suas viagens à Europa. O próprio Mauá por longo tempo gozou de estreitas relações com o governo, sobretudo com políticos conservadores. Parece, portanto, que esse grupo de comerciantes e financistas, embora não participasse formalmente das posições de poder, merece estudo adicional a fim de se estabelecer sua real influência nas decisões políticas<sup>19</sup>.

Dom Pedro II não tinha tanta afinidade política com empresários. Mauá, por ser o maior empresário do Brasil e tendo realizado empreendimentos que muito surpreenderam o

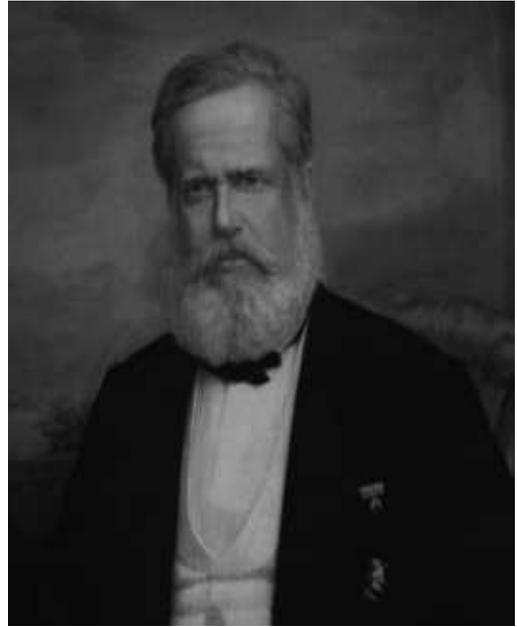
---

<sup>19</sup> CARVALHO, José Murilo de. A construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 87.

Imperador, acabou estabelecendo boas relações com a corte. Todavia, Pedro II orientava seus ministros e conselheiros a criarem leis que limitassem a iniciativa particular do empresariado brasileiro. Dom Pedro acreditava que os rumos econômicos do país deveriam ser organizados pela ação do Estado. Por isso, a relação política de Pedro II com Mauá nunca foi muito sólida, apesar das simpatias que um nutria pelo outro.



**Figura 3.** Zacarias de Góes e Vasconcelos. Líder do Partido Liberal, ele foi o maior adversário político de Mauá.



**Figura 4.** Dom Pedro II. Nem sempre o imperador do Brasil simpatizava com os interesses de Mauá.

## 1.2. Historiografia

Inúmeras biografias já foram escritas sobre o Visconde de Mauá. A grande maioria delas “enaltecendo” suas realizações materiais como empresário. Existem também alguns autores que fazem críticas à Mauá, “condenando” suas atitudes e seus interesses políticos e econômicos.

Alberto de Faria foi o primeiro biógrafo de Mauá. Escreveu a obra *Irineu Evangelista de Sousa: Barão e Visconde de Mauá (1813-1889)*, na qual o autor fez grande apologia às iniciativas empresarias de Mauá. A obra contém 650 páginas divididas em 13 capítulos. O livro de Alberto de Faria foi publicado pela primeira vez em 1927, 38 anos depois da morte de Mauá.

O grande enaltecimento que Alberto de Faria fez sobre as realizações materiais de Mauá foi criticamente revisto por Eduardo de Castro Rebello em livro publicado em 1929. As principais críticas a obra de Alberto de Faria feitas por Rebello referem-se ao heroísmo excessivo proferido à Mauá. Para Rebello, a maioria das iniciativas de Mauá concretizaram-se porque o empresário dependia muito da ajuda de seus sócios e do governo brasileiro. Mauá não foi nenhum super-herói da histórica econômica brasileira, destacou-se apenas pelo seu pioneirismo industrial no século XIX. Rebello também criticou o nacionalismo exacerbado dedicado à Mauá na obra de Faria, principalmente nas questões diplomáticas com o Prata<sup>20</sup>.

A autora Lídia Besouchet fez importante pesquisa e levantamento de fontes primárias sobre a atuação de Mauá nos assuntos que envolvem a política externa da Argentina e, principalmente, do Brasil e do Uruguai no século XIX. As três principais obras desta autora são: *Mauá e seu tempo*, publicado em 1942. *O pensamento vivo de Mauá*, com publicação em 1944. E a *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata: 1850-1885*, publicado em 1977.

Com ampla pesquisa em fontes primárias, inclusive com detalhada pesquisa em fontes de arquivos que se encontram na Inglaterra, na Argentina e no Uruguai, Jorge Caldeira publicou em 1995 a biografia *Mauá: empresário do Império*. Numa obra com boa contextualização sobre o 2º reinado, Caldeira escreve sobre os empreendimentos industriais e bancários de Mauá no Brasil, na Argentina, no Uruguai, na Inglaterra e na França.

O autor Julio José Chiavenatto tornou-se muito conhecido com a publicação de *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*, em 1979. A obra aborda especificamente a Guerra da Tríplice Aliança. Escrita em 204 páginas, a obra apresenta um pequeno capítulo de

---

<sup>20</sup> REBELLO, Eduardo de Castro. *Mauá: restaurando a verdade*. Rio de Janeiro: Editora Universo, 1929.

6 páginas sobre a atuação de Mauá no Uruguai no período anterior a Guerra da Tríplice Aliança. Na abordagem feita por Chiavenatto sobre os negócios de Mauá no Uruguai, fica evidente sua adesão a corrente historiográfica revisionista. O revisionismo histórico surgiu no final da década de 1960, quando intelectuais nacionalista e de esquerda do Rio da Prata promoveram Francisco Solano López a líder antiimperialista. Segundo essa corrente historiográfica, o Paraguai pré-guerra era um país progressista, onde o Estado teria promovido a modernização do país e o bem-estar de sua população, fugindo à inserção na economia capitalista e à subordinação à Inglaterra. Desse modo, o Brasil e a Argentina teriam sido manipulados pelos interesses econômicos ingleses para destruir o desenvolvimento autônomo do Paraguai.

Nas páginas em que Chiavenatto escreveu sobre Mauá, o autor procurou identificar contradições entre os interesses de Mauá, dos estancieiros brasileiros residentes no Uruguai e do governo imperial nos assuntos internos da política uruguaia. Para Chiavenatto, Mauá era o personagem mais contraditório, pois era o que mais agia em nome dos interesses econômicos da Inglaterra no Uruguai. Segundo Chiavenatto, “o Uruguai já era uma presa” para o imperialismo inglês. Já em 1857 o Barão de Mauá fundou o seu banco em Montevideú, mas antes disso operava através de uma casa bancaria. O Barão de Mauá vai, ao longo do tempo, tornando-se cada vez mais íntimo dos interesses ingleses, até que se transforma em seu próprio agente<sup>21</sup>.

O grande nome do revisionismo histórico na América do Sul foi, sem dúvida, o historiador argentino Leon Pomer. Em seus escritos sobre a Guerra do Paraguai, Pomer dedicou capítulo especial para explicar a atuação empresarial e política de Mauá no Rio da Prata. Assim como o brasileiro Chiavenatto, o argentino também busca encontrar contradições no comportamento político de Mauá. Além disso, Leon Pomer afirma que Mauá é um representante dos interesses do capitalismo inglês na região platina<sup>22</sup>.

Além de Jorge Caldeira, são poucos os autores da atualidade que se dedicaram a pesquisar sobre a história do Barão de Mauá. Dentre estes, podemos citar Otaviano de Fiore Di Cropani e Divalte Garcia Figueira. Em 1995, Marcia Naomi Kuniochi concluiu sua dissertação de Mestrado sobre as agências bancárias de Mauá em Rio Grande e Pelotas. A

---

<sup>21</sup> CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. 14. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 104.

<sup>22</sup> POMER, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense*. 2ª ed. São Paulo: Editora Global, 1981, p. 121.

obra trata do modo de funcionamento das agências e a importância delas no desenvolvimento econômico da região sul da província do Rio Grande do Sul no século XIX<sup>23</sup>.

Muito já se escreveu sobre os conflitos políticos e militares do Rio da Prata durante o período de 1850 a 1865. Existe uma vasta produção historiográfica sobre a política externa brasileira no Prata no século XIX. Em obra conjunta, Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno publicam, em 1985, “*História da Política Exterior do Brasil*”. A obra contém 3 capítulos sobre a política externa brasileira no Rio da Prata. Citamos essa obra porque ela é referência acadêmica e historiográfica para qualquer estudo sobre a política externa brasileira do período Imperial. Entretanto, os dois autores não analisaram de forma aprofundada a atuação de Mauá como ator que participou diretamente das questões diplomáticas no Prata.

A própria obra escrita pelo Barão de Mauá “*Exposição aos Credores de Mauá & Cia.*” é de fundamental importância histórica, pois sua leitura permite maior compreensão da atuação do empresário como um dos atores envolvidos na política da região platina durante as guerras civis uruguaias de 1850 e 1865, fatos históricos que tiveram participação direta de Mauá. Em sua autobiografia, Mauá escreveu um pequeno capítulo específico sobre seus “*Serviços prestados à política do Brasil no Rio da Prata*”<sup>24</sup>.

Estudar as relações internacionais sem levar em alta linha de conta concepções pessoais, métodos, relações sentimentais do homem político, é negligenciar um fator importante, às vezes essencial<sup>25</sup>. Mauá foi uma figura importante da história das relações internacionais do Brasil. No Prata, no período de 1850 a 1865, sua atuação política foi relevante. Nosso trabalho pretende enfatizar a participação desse ator no cenário diplomático platino. Para isso, “o exame dos métodos e dos meios de ação de um homem político deve, para tomar seu pleno valor, confrontar numerosos exemplos, que não podem ser utilmente estudados senão com o auxílio de documentos particulares”<sup>26</sup>. E para analisarmos com mais objetividade sua participação nos assuntos diplomáticos nada mais adequado do que os documentos que Mauá escreveu sobre a política externa brasileira para a região do Rio da Prata.

---

<sup>23</sup> KUNIOCHI, Marcia Naomi. *A prática financeira do barão de Mauá*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

<sup>24</sup> SOUSA, Irineu Evangelista de. *Exposição aos Credores de Mauá & Cia*. Rio de Janeiro: Valverde, 1941.

<sup>25</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste; RENOUVIN, Pierre. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, p. 449.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 453.

### 1.3. Memória

Em diversas cidades brasileiras, de praticamente todas as regiões do país, encontramos ruas e avenidas chamadas Mauá. Esta é uma maneira de preservar a memória do Barão de Mauá. Em 2009, Mauá completaria seu aniversário de número 196. Este ano, também lembramos o 120º ano do seu falecimento. No final da década de 1930, diversos centros históricos realizaram reuniões culturais para abordar a vida, as iniciativas e a preservação da memória do Barão de Mauá. Vejamos:

No dia 21 de outubro de 1939, em pleno Estado Novo, completava-se o 50º ano do falecimento do Barão de Mauá. Naquela semana de outubro, em alguns estados, uma série de homenagens e conferências foram realizadas em memória do pioneiro da industrialização brasileira. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, organizou três conferências sobre a trajetória de vida do Visconde de Mauá, juntamente com uma exposição de objetos pessoais do Visconde. Em sessão magna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a primeira conferência foi proferida por Rodrigo Octávio Filho no dia 21 de outubro de 1939, com o título “Mauá”<sup>27</sup>. Dois dias depois, em 23 de outubro, Gustavo Barroso proferiu a conferência “Mauá e o Prata”<sup>28</sup>. A última conferência foi realizada por Alcindo Sodré no dia 26 de outubro e intitulava-se “O Visconde de Mauá”<sup>29</sup>.

Em 25 de outubro de 1939, no Instituto Histórico de Petrópolis, Cláudio Ganns ministrou a palestra “Vida particular de Irineu Evangelista de Sousa”. No dia 28 de outubro, Ganns esteve no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para proferir a palestra “Vida Pública do Visconde de Mauá”. Além disso, Cláudio Ganns, escreveu uma curta biografia sobre o Visconde de Mauá, que era seu tio. Em 75 páginas, o sobrinho de Mauá escreveu sobre as principais empresas do Visconde, ressaltando a importância do pioneirismo industrial de seu tio em meados do século XIX.

Em 1878, Mauá escreveu suas memórias. A obra contém 214 páginas nas quais Mauá relata pontos importantes da criação e do desenvolvimento de suas empresas no Brasil e também no exterior. Mauá, ao longo de suas memórias e também em sua correspondência e nos demais artigos que escreveu, procurava fazer contextualizações e análises de conjuntura,

---

<sup>27</sup> Esta conferência foi publicada primeiramente no Jornal do Commercio no dia 21 de janeiro de 1940 e a seguir na revista do IHGB com o título “*O Visconde Mauá no cinquentenário de seu falecimento*”.

<sup>28</sup> A conferência de Gustavo Barroso foi publicada no Jornal do Commercio em 12 de novembro de 1939 e no ano seguinte na revista do Instituto, juntamente com o texto da conferência de Rodrigo Octávio Filho.

<sup>29</sup> O Jornal do Commercio publicou a conferência no dia 10 de dezembro de 1939. Esta conferência de Alcindo Sodré também foi publicada em 1940 na revista do IHGB.

sempre deixando claro sua opinião sobre determinados fatos ou medidas adotadas pelos governos, tanto no Brasil quanto no exterior.

Mauá idealizava um Brasil como grande potência mundial.

Ninguém desconhece que o Império do Brasil patenteia aos olhos de todo homem pensador que contempla no mapa-múndi a extensão de seu território e a respectiva posição topográfica, a necessidade indeclinável de vias de comunicação aperfeiçoadas para que os tesouros que ele esconde em seus sertões venham auxiliar o desenvolvimento dos grandes recursos que encerra essa zona privilegiada, contribuindo assim para que a nacionalidade espalhada sobre essa superfície, alcance, porventura, em um futuro não mui distante, a posição que lhe compete no congresso das nações, isto é, o primeiro lugar<sup>30</sup>.

As iniciativas de Mauá são muitas, em diferentes campos de atuação e em diferentes regiões brasileiras. No Amazonas, por exemplo, Mauá fundou uma colônia em 1855, com 600 açorianos. No Rio de Janeiro, o empresário era proprietário de vários empreendimentos, desde fábricas e bancos até grandes fazendas. Em São Paulo, era dono de inúmeros imóveis. No Rio Grande do Sul e no Uruguai de grandes estâncias com rebanhos da melhor raça existente na época vindos da Inglaterra. Na política internacional, Mauá foi o empresário-interventor de 1850 da política brasileira contra os grandes caudilhos platenses Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas.

A importância de Mauá só começa a transcender a partir de 1840, pela influência decisiva que passa a ter no progresso do Brasil. As empresas criadas por ele estavam inseridas no contexto econômico brasileiro do Segundo Reinado que começou a ter algumas alterações graças às medidas protecionistas introduzidas pelo ministro da Fazenda Alves Branco em 1844. Com isso, o desenvolvimento industrial no Segundo Reinado teve relativo progresso. Mesmo assim, o processo de industrialização brasileiro enfrentou grandes dificuldades:

- Concorrência de produtos estrangeiros, principalmente ingleses;
- Falta de incentivo do governo imperial;
- Falta de mão-de-obra adequada a essa atividade;
- Preços elevados dos produtos nacionais;
- Baixo poder aquisitivo da população brasileira;
- Grande distância entre as cidades.

---

<sup>30</sup> SOUSA, Irineu Evangelista de. *Exposição aos Credores de Mauá & Cia*. Rio de Janeiro: Valverde, 1941, p. 115.

As indústrias que mais se desenvolveram foram as de tecidos. Aumentou também o número de olarias para fabricar telhas, selarias para fazer arreios e selas, curtumes para curtir couros. Nas regiões mais afastadas das cidades, predominava a indústria doméstica, exercida por escravos e mulheres que fiavam, teciam, costuravam, faziam utensílios domésticos e sabão de cinza ou de sebo de boi.

Durante o Segundo Reinado, o comércio externo brasileiro evoluiu com o aumento das exportações de algodão, açúcar, borracha, cacau, tabaco e, principalmente, café. Já o comércio interno não teve grande desenvolvimento devido a fatores estruturais como o baixo poder aquisitivo da grande maioria da população brasileira, a distância entre as cidades, dificuldades no transporte das mercadorias devido a falta de vias de comunicação e os elevados preços das mercadorias.

A figura de Mauá pode ser estudada sob quatro esferas distintas: a do comerciante, a do industrial, a do banqueiro e a do político. Neste estudo daremos ênfase principal a sua atuação política no Prata e a sua visão sobre política externa.

A original personalidade de Mauá se evidencia nos pequenos detalhes de sua correspondência, encobertos na maioria das vezes pelas tentativas de construir uma pomposa retórica que ele jamais pôde dominar completamente<sup>31</sup>.

Grande parte do progresso material do Segundo Reinado esteve ligado ao nome do Barão e Visconde de Mauá. Suas iniciativas foram muitas e nas seguintes áreas:

- Construção de estradas de ferro. A introdução das ferrovias como meio de transporte transformou o aspecto econômico do Segundo Reinado. Elas facilitaram o transporte de produtos agrícolas, valorizaram as terras, motivaram a formação de vilas e cidades, em regiões até então despovoadas.
- Melhoramento do transporte fluvial e marítimo. Para melhorar o transporte fluvial foram criadas: a Usina de Fundição de Ponta de Areia, em Niterói, para a construção de navios; a Companhia de Rebocadores a Vapor, no Rio Grande do Sul; a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas; a Companhia Fluminense de Transporte.
- Melhoramentos urbanos. Nas grandes cidades foram introduzidos os bondes puxados por burros e, no Rio de Janeiro, a iluminação das ruas, que era feita com óleo de peixe, foi substituída por iluminação a gás.

---

<sup>31</sup> BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 37.

- Melhoramento dos meios de comunicação. Foram implantados o telefone e o telégrafo. A expansão do telégrafo foi motivada pela Guerra do Paraguai. A partir de 1874, o Brasil já estava ligado à Europa por um cabo submarino.
- Fundação do segundo Banco do Brasil. O primeiro fora criado por Dom João VI<sup>32</sup>.
- Cooperativas de abastecimento de água no Rio de Janeiro.

Como afirmamos acima, estudaremos a figura de Mauá sob a esfera de sua atuação política e diplomática no Rio da Prata. Para compreender a ação diplomática, é preciso procurar penetrar as influências que lhe orientam o curso. As condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros, os traços da mentalidade coletiva, as grandes correntes sentimentais, essas as forças profundas que formam o quadro das relações entre os grupos humanos e, em grande parte, lhe determinam o caráter<sup>33</sup>. Nesse sentido, verificamos que nas relações interestatais inexistem dependência ou autonomia em termos absolutos; na inserção externa, cada país se coloca entre os dois extremos a partir de uma junção entre seu poder nacional e o contexto internacional. É, porém, política a decisão de se buscar, no espaço de manobra delimitado por essa junção, o máximo de autonomia possível<sup>34</sup>.

Nosso estudo sobre a participação de Mauá na política externa brasileira no Rio da Prata apresenta-se relevante porque analisa as relações entre a diplomacia brasileira e o empresário, ou seja, é uma pesquisa histórica sobre os interesses do Estado brasileiro e os interesses econômicos privados no nível das relações internacionais.

Mauá teve importantes negócios no Rio da Prata, isto é, na Argentina e no Uruguai. Os dois países mantiveram delicadas relações diplomáticas com o Brasil na segunda metade do século XIX, principalmente no período de 1850 a 1865. Nesta análise histórica que fazemos sobre a visão e a atuação política de Mauá no Rio da Prata, estão presentes elementos específicos do campo de estudo das relações internacionais. Em um estudo que faz essa junção entre história e relações internacionais, nos permite compreender melhor os atores do cenário internacional, as atuações diplomáticas, as organizações empresariais, as forças

---

<sup>32</sup> Em 1851, Mauá fundou seu primeiro banco, chamado de Banco do Comércio. Todavia, no ano seguinte, em 1852, o governo imperial estabeleceu novas leis sobre a abertura de bancos e acabou estatizando a instituição bancária criada por Mauá, passando-a chamar de Banco do Brasil. Mauá permaneceu como um dos maiores acionistas do Banco do Brasil.

<sup>33</sup> DEUTSCH, Karl. *Análise das relações internacionais*. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 72.

<sup>34</sup> DORATIOTO, Francisco. O Império do Brasil e as grandes potências. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: IBRI, 2003, p. 151.

dominantes, o jogo diplomático, estratégico e ideológico, as causas dos conflitos, os tratados, enfim, a elaboração da política externa de cada Estado.

A memória de Mauá não deve ficar limitada ao seu pioneirismo como industrial no Brasil do século XIX. Mauá também faz parte da história diplomática do Brasil. É a história diplomática que estuda as iniciativas do governo, seus gestos, suas decisões, enfim, suas intenções políticas em termos de relações internacionais. Mauá foi figura destacada na política externa brasileira no Rio da Prata na segunda metade do século XIX. Nossa proposta é estudar essa parte da vida pública do Visconde de Mauá.

Como Mauá foi tratado na maioria das vezes pela historiografia brasileira como empresário, vale lembrar que as principais fontes de estudo sobre suas iniciativas econômicas são os documentos de suas empresas. Infelizmente, as fontes empresariais foram no Brasil abandonadas por muito tempo. Somente os documentos oficiais das empresas eram preservados nos arquivos públicos. É muito comum empresas destruírem os documentos mais antigos ou deixarem-nos sem qualquer critério de classificação, acumulados em depósitos. Os arquivos das empresas podem proporcionar informações não só sobre estas unidades de produção, como também sobre a economia em geral<sup>35</sup>.

As fontes para estudo das empresas de Mauá são as atas das assembléias de acionistas, atas de reuniões de diretoria, atas de conselhos fiscais, diários e livros de contabilidade e relatórios anuais das empresas. Também são importantes a correspondência com representantes das empresas, fornecedores, consumidores, governo, contratos e recibos. Pesquisar nessas fontes nos permite analisar a dimensão dos empreendimentos de Mauá no conjunto da economia brasileira no século XIX.

Além de ser o maior capitalista brasileiro do século XIX, tendo suas empresas grande representatividade no contexto econômico brasileira daquela época, o Visconde de Mauá foi um ator constante nas relações estabelecidas entre os governos do Brasil, Argentina e Uruguai no período de 1850 e 1865. Mauá representava uma força econômica significativa nas relações políticas dos países platinos. Sua percepção da política externa brasileira nos ajuda desmistificar algumas análises historiográficas sobre sua participação nos eventos políticos que anteciparam a Guerra da Tríplice Aliança.

---

<sup>35</sup> LOBO, Eulália. História empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997, p. 233.



## **CAPÍTULO 2**

### **A Guerra Grande e o ingresso de Mauá no cenário político platino**

Ao longo do século XIX, as relações diplomáticas do Império com os estados platinos provocavam discussões não somente entre os diplomatas e intelectuais, mas compunha o imaginário político dos estados hispânicos que, em torno de 1840, buscavam consolidar um ideal de autonomia política e defesa de seus territórios em formação, e de sua soberania estatal. Nesse sentido, cabe aqui fazermos os seguintes questionamentos: Como era

o contexto político da região do Rio da Prata no decorrer dos anos de 1850 a 1865? Quais foram as diretrizes da política externa brasileira no Prata no período em questão?

Numa análise mais ampla sobre a política externa brasileira no Rio da Prata, Amado Cervo afirma que

o período que vai de 1844 a 1876 caracterizou-se pela ascensão, apogeu e declínio de uma política brasileira de potência periférica regional, na medida em que se guiava por objetivos próprios, aos quais subordinavam-se os métodos e os meios. O Prata foi a área em que correu solta a política de potência do Estado-Império brasileiro, ensaiada internacionalmente a partir de 1844, com a resistência à hegemonia interna da Inglaterra e às pretensões norte-americanas no Amazonas, com a elaboração do projeto industrial e a determinação de assegurar o território disponível<sup>36</sup>.

Em 1844, o governo imperial buscou iniciar uma política externa de mais autonomia em relação à Inglaterra ao criar a tarifa Alves Branco. Em agosto daquele ano, o governo imperial, com a finalidade principal de aumentar a arrecadação fiscal, determinou novas tarifas de importação, que alcançavam até 60%. A tarifa Alves Branco também tinha precauções protecionistas, favorecendo as indústrias brasileiras nascentes, ao reduzir as importações de manufaturados. Nos anos seguintes, conforme venciam os tratados de comércio assinados com as demais potências européias, a diplomacia brasileira não os renovava<sup>37</sup>.

Já no Prata, no início da década de 1840 o clima político era tenso, principalmente no Uruguai. O cerco de Montevideú é um acontecimento que faz parte da Guerra Grande uruguaia, ocorrida de 1839 a 1851. Para maior compreensão do que significou o cerco de Montevideú, precisamos recuar até a década de 1830 para sabermos o que vinha ocorrendo na política do Uruguai e da Argentina.

Em 1834, foi eleito para a presidência do Uruguai Manuel Oribe, do Partido Blanco. Contra ele se rebelou José Fructuoso Rivera, chefe do Partido Colorado. Em 1839, Rivera derrubou Oribe, que foi buscar apoio na Argentina. Oribe era fortemente ligado ao ditador Juan Manuel de Rosas. Este ditador vinha governando a Argentina com poderes absolutos desde 1835. Com a vitória de Rivera sobre Oribe no Uruguai, a reação do governo argentino foi tentar bloquear o porto de Montevideú.

---

<sup>36</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 56.

<sup>37</sup> DORATIOTO, Francisco. O Império do Brasil e as grandes potências. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: IBRI, 2003, p. 140.

De 1839 a 1851, ocorreu em territórios do Uruguai a Guerra Grande. Inúmeras batalhas ocorreram entre as tropas de Rivera contra as de Oribe, apoiadas por Rosas. Compreender a participação de Rosas na Guerra Grande uruguaia é compreender também a evolução política da Argentina nesse período histórico. Nesse sentido, vejamos:

A independência política da Argentina ocorreu em 1816. Após o processo de emancipação, os argentinos lutaram intensamente entre si pelo controle do poder central. Havia uma grande disputa política entre a capital Buenos Aires e as províncias do interior da Argentina. Buenos Aires levava muita vantagem sobre o interior porque os portenhos detinham o domínio das rendas alfandegárias das mercadorias provenientes das províncias. O porto de Buenos Aires monopolizava todo o comércio fluvial da Argentina via rio da Prata. O porto da capital era a única porta de saída das mercadorias do interior que eram exportadas.

Desde a época colonial, o centro de gravidade econômica era Buenos Aires. Dominando o estuário do rio da Prata, o porto de Buenos Aires monopolizava praticamente toda a exportação platina, principalmente o couro uruguaio, a erva-mate e o tabaco paraguaios. Depois da independência, Buenos Aires continuou monopolizando o comércio platino e prejudicando as províncias interioranas, pois as medidas alfandegárias visavam essencialmente os interesses portenhos. Essa situação econômica refletia-se no plano político: quando Juan Manuel de Rosas assumiu o controle político da Argentina em 1835, o ditador fez de tudo para preservar a navegação do rio da Prata exclusivamente para os comerciantes da Argentina.

Rosas era um caudilho do interior que, defendendo idéias federalistas, derrubou o governo de Buenos Aires e estabeleceu um longo período de ditadura. No entanto, uma vez no poder, realizou uma rígida centralização em torno de Buenos Aires, praticamente fundando a Argentina como Estado-nação. O ditador argentino sempre procurou intervir na política interna do Uruguai e desejava controlar totalmente a navegação dos rios platinos, chegando mesmo a colocar gigantescas correntes, impedindo a passagem de navios que não fossem argentinos pelo rio Paraná.

Em dezembro de 1842, Oribe, com o apoio militar de Rosas, venceu Rivera na batalha de Arroio Grande.

O caminho estava aberto para que Oribe penetrasse no território oriental rumo a Montevideú, o que fez à frente de 17 mil homens. De fevereiro de 1843 até outubro de 1851, a capital uruguaia manteve-se sitiada; foram nove anos de conflito no território oriental, que destruíram sua riqueza pecuária e, praticamente paralisaram o seu crescimento como centro comercial. Montevideú organizou sua defesa com cinco mil homens, dos quais 1400 eram

negros libertos. A cidade-porto contou com o apoio de homens e dinheiro europeus e com a ajuda das esquadras navais da França e da Inglaterra ali estacionadas. A tentativa de Rosas de bloquear o porto de Montevideu foi imediatamente rechaçada pelos ingleses, temerosos do domínio rosista nas duas margens do rio da Prata, bem como pela ameaça aos fortes interesses econômicos e comerciais de seus súditos nessa cidade<sup>38</sup>.

O ato de Rosas de tentar bloquear o porto de Montevideu era uma medida que poderia alterar o equilíbrio de forças entre as nações da região, favorecendo a Argentina. A vitória de Oribe contra Rivera, aumentava ainda mais a influência da força política da Argentina na região platina.

No Brasil, o governo imperial, ocupado em lutas internas<sup>39</sup>, manteve-se afastado dos assuntos do Prata durante a década de 1830 e parte da seguinte. Com a abdicação de Dom Pedro I em 1831, seguiu-se um período de instabilidade política, em que o país foi governado por regentes, pois o Príncipe Herdeiro, Pedro de Alcântara, era menor de idade. Com a abdicação de Pedro I, o poder político passou de vez às mãos dos grandes proprietários rurais brasileiros. Ocorreu, então, a tentativa de implantar um modelo centralizador de Estado, pelo qual Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo buscaram apoderar-se das rendas geradas por outras regiões do país, no que sofreram a resistência armada das oligarquias regionais.

De todas as revoltas brasileiras dessa época, talvez a que se apresentou como o maior desafio à construção do Estado nacional centralizado foi a Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Essa revolta estendeu-se de 1836 a 1845, chegando inclusive a proclamar a República Rio-Grandense. O poder central apresentava-se aos pecuaristas rio-grandenses como opressor, por elevar impostos sobre a província e não apoiar os seus interesses contra a importação de charque do Rio da Prata, consumido pelos escravos no Brasil onde chegava a preços inferiores ao similar do Rio Grande do Sul. Com o bloqueio naval da costa rio-grandense, imposto pela Marinha Imperial, os rebeldes utilizaram-se do porto de Montevideu para suas exportações e recebimento de munições. A relação dos sublevados com o vizinho platino era, em realidade, estritamente comercial.

De 1844 a 1849, quem estava no comando do governo imperial era o Partido Liberal, que “se não era propriamente rosista, opunha-se, entretanto, a embarcar o Brasil em

---

<sup>38</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999, p. 79.

<sup>39</sup> Entre 1835 e 1845, o governo imperial teve que enfrentar revoltas armadas em algumas províncias brasileiras. A Cabanagem, no Pará; a Balaiada, no Maranhão; a Sabinada e a Revolta dos Malês, na Bahia; e a Guerra Farroupilha, no Rio Grande do Sul.

uma guerra exterior”<sup>40</sup>. Por outro lado, o Partido Conservador ia se manifestando, gradualmente, através da imprensa e por seus oradores parlamentares contra os perigos que representava o avanço da força militar e da influência política de Rosas na região platina. Para os conservadores, Rosas era uma ameaça ao equilíbrio de poder entre os países platinos.

Em 1848, chegou ao Brasil o diplomata uruguaio Andrés Lamas e logo tratou de colocar o governo brasileiro a par dos acontecimentos políticos do Rio da Prata. Lamas buscava apoio do Império brasileiro numa tentativa de salvar o governo uruguaio das agressões militares das tropas de Oribe e Rosas. Desde o início da guerra civil no Uruguai, em 1839, o governo colorado encontrava-se em dificuldades financeiras. A situação do governo agravou-se ainda mais quando a cidade de Montevideú ficou sitiada pelas forças de Oribe em 1843. Para piorar o quadro, em 1848, o novo governo da França resolveu suspender os subsídios financeiros que fornecia ao governo uruguaio.

No início de outubro de 1849, o Partido Conservador chegava ao poder ao assumir a chefia do Gabinete de Ministros<sup>41</sup>. No dia 8 de outubro de 1849, Paulino José Soares de Souza, futuro visconde do Uruguai, tornou-se o ministro de Negócios Estrangeiros do Brasil, substituindo Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda. Paulino permaneceu nesse cargo por quase 4 anos, até sua queda em 6 de setembro de 1853. Como chefe do ministério dos Negócios Estrangeiros, Paulino reorganizou o corpo diplomático do Império e estabeleceu novas diretrizes às difíceis e complicadas questões de relacionamento com os países do Prata, principalmente com a Argentina.

A situação de Montevideú começava a ser desesperadora depois de cortadas todas as possibilidades de apoio financeiro da França e da Inglaterra. No dia 21 de março de 1850, Andrés Lamas recebeu uma carta do Ministro Paulino de Sousa na qual este lhe comunicou “haver encontrado quem fornecesse ao governo uruguaio os recursos necessários para defesa de Montevideú, através de um comerciante que proporcionaria a maior parte dos artigos de guerra de que necessitava, além de fretes e outros gastos, além de auxílio em dinheiro”<sup>42</sup>.

A intervenção de Rosas na Guerra Civil Uruguaia (1838-1851), em apoio aos brancos contra os colorados, não era bem vista pelo Império do Brasil, que temia pela

---

<sup>40</sup> FARIA, Alberto de. *Irineu Evangelista de Sousa: Barão de Mauá (1813-1889)*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958, p. 334.

<sup>41</sup> Segundo Doratioto, o Partido Conservador, que governava o Império no fim da década de 1840, implementou a política, para o Prata, de defesa da integridade territorial do Paraguai e do Uruguai, evitando a ampliação da fronteira argentino-brasileira.

<sup>42</sup> BESOUCHET, Lúcia. *O pensamento vivo de Mauá*. São Paulo: Martins, 1944, p. 103.

Independência da República Oriental do Uruguai, país surgido após três anos de guerra (1825-1828) entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro pela posse daquele território.

A pretensão monopolista de Buenos Aires feria frontalmente os interesses brasileiros no Prata e a ambição de Rosas de reconstituir o antigo Vice-reino também não agradava ao Brasil. Para o governo brasileiro, interessava não só a fragmentação platina, como também o equilíbrio de forças entre Argentina, Paraguai e Uruguai, pois pretendia a livre utilização da rede hidrográfica platina – rios Uruguai, Paraguai e Paraná –, que ligava as regiões ocidentais de Santa Catarina, Paraná e sudoeste de Mato Grosso ao litoral atlântico, especialmente Rio de Janeiro.

Nesse sentido, o ministro ficou responsável por reorganizar a política externa com o Prata “interligando ações da diplomacia com as das forças armadas”. Paulino decidiu, então, elaborar uma política de intervenção no Uruguai contra Oribe, que sitiava Montevideú desde 1843. Após derrotar Oribe, o ministro brasileiro pensava em conter o expansionismo de Rosas. Na avaliação de Paulino,

Rosas estava tão fortalecido que não hesitaria em levar adiante seu expansionismo regional. O Uruguai estava sob seu controle com Oribe, para desespero dos gaúchos, que praticavam incursões violentas á busca de gado. Paraguai e Bolívia seriam suas próximas presas e, quiçá, parte do Rio Grande do Sul. Restabelecer-se-ia assim o antigo Vice-Reinado do Prata, sob a forma de grande Estado rival. Correta ou não, essa avaliação brasileira era o principal elemento de cálculo político. Convinha, pois, atacá-lo primeiro, em ação direta, “agredir para não ser agredido”, pensava Paulino<sup>43</sup>.

O ministro Paulino gostou do pedido de ajuda de Lamas, que se encaixavam como uma luva em seus planos. Paulino pretendia apoiar o governo da cidade sitiada, buscar aliados no interior da Argentina, derrubar Rosas e montar governos mais sensíveis aos interesses brasileiros tanto na Argentina quanto no Uruguai<sup>44</sup>.

Em setembro de 1850, o governo imperial oficializou sua ajuda ao governo sitiado de Montevideú. No dia 6 de setembro de 1850, foi firmado um tratado secreto na Secretaria de Negócios Estrangeiros do Brasil<sup>45</sup>, na cidade do Rio de Janeiro. Esse tratado foi protocolado como *contrato* e nele o empresário Irineu Evangelista de Sousa assinou com o Ministro do Uruguai Dom Andrés Lamas e o Ministro da Fazenda do Brasil Rodrigues Torres

---

<sup>43</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 114.

<sup>44</sup> CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 205.

<sup>45</sup> O tratado secreto de 6 de setembro de 1850 encontra-se no Arquivo do Itamarati.

(futuro Visconde de Itaboraí) o compromisso de fornecer as contribuições mensais secretamente ajustadas com o Governo Imperial. O auxílio inicial do Império, através de Mauá, foi de 18.000 pesos mensais a juros de 6% a contar de 1º de julho, por espaço de 13 meses, portanto até agosto de 1851.

Foi naquele dia 6 de setembro de 1850 que Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão e Visconde de Mauá, passou a fazer parte da história platina ao firmar um tratado onde tornar-se-ia credor do governo de Montevideú:

Tendo o governo francês suspenso o pagamento de uma parte do empréstimo mensal, com que auxilia o governo do estado Oriental do Uruguai na defesa da nobre causa que o mesmo sustenta contra a confederação argentina, proponho-me a suprir por meio de empréstimo, em condições razoáveis, o déficit resultante dessa diminuição de suprimento, e por esta me obrigo a entregar a V. Ex.<sup>a</sup> a representada quantia de dezoito mil pesos fortes, cada mês, desde que, pela ulterior e definitiva resolução do governo francês se confirme a recusa por parte do mesmo, de concorrer com quantia estipulada para ocorrer aos indispensáveis gastos extraordinários, a que é obrigado o governo Oriental na posição excepcional em que se acha colocado. Declaro outrossim a V. Ex.<sup>a</sup> que esta oferta e obrigação de suprir a mencionada quantia se considera em seu inteiro vigor até que eu, com antecipação de trinta dias, comunique a V. Ex.<sup>a</sup> ter tomado outro acordo<sup>46</sup>.

Quais foram os interesses de Mauá ao aceitar financiar o governo falido de Montevideú? O empresário brasileiro pensou, em primeiro lugar, em ganhar dinheiro. Além do interesse econômico, comum a qualquer capitalista, Mauá também percebeu que havia tornado-se numa espécie de depositário dos segredos diplomáticos do Governo Imperial. Segundo Alberto de Faria, “não faltou nunca a Mauá a confiança do governo Imperial, solidariedade absoluta. Mauá atuou, como agente financeiro e executor principal da política brasileira no Sul”<sup>47</sup>.

Seguindo as diretrizes estabelecidas pelo ministro Paulino, a diplomacia brasileira tratou de buscar o apoio no Uruguai e na Argentina dos opositores de Oribe e Rosas. A essa altura, um fato novo veio contribuir para a solução do problema de forma favorável ao Brasil. Em 1851, as províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios sob a liderança do general Urquiza, revoltaram-se contra Rosas. Urquiza estabeleceu aliança

---

<sup>46</sup> Bilhete em que Mauá firmou seu compromisso com o governo uruguaio. O bilhete encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no Rio de Janeiro.

<sup>47</sup> FARIA, Alberto de. *Irineu Evangelista de Sousa: Barão de Mauá (1813-1889)*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958, p. 159.

imediate com Rivera e o Império do Brasil. Com a nova aliança, formada por muitas tropas e aliados<sup>48</sup>, Oribe foi derrotado no Uruguai em outubro de 1851.

Em outubro de 1851, após a derrota de Oribe, é assinado o Tratado de Paz que tem como resolução a Independência do Uruguai e a liberdade de navegação no estuário do Prata. Mais especificamente, no dia 12 de outubro de 1851, os representantes governamentais do Brasil e do Uruguai assinam 5 tratados:

- Um de aliança permanente, que permitia a intervenção de um país no outro para assegurar governos constitucionais;
- Um tratado de limites, que colocava a fronteira dos dois países onde o Brasil queria;
- Um tratado de extradição, que obrigava o governo do Uruguai a prender e devolver escravos fugidos do Brasil;
- Um tratado de comércio e navegação, que obrigava o Uruguai a exportar sem impostos seu gado e abria a navegação do rio da Prata a todos os países;
- Uma Convenção de Reconhecimento de Dívida, pela qual o dinheiro emprestado por Irineu Evangelista de Sousa, mais os juros, se tornava dívida pública do país<sup>49</sup>.

Nos tratados de 12 de outubro de 1851, assim, como nos anexos, Irineu Evangelista de Sousa, foi um dos colaboradores, signatário em um dos contratos. O tratado de 12 de outubro de 1851, em seu art. 1º, estabelecia o auxílio mensal de 60.000 patações, a contar de 1º de novembro seguinte em diante. Dessa forma, o tratado de subsídios de 12 de outubro de 1851 estipulou mais fartas contribuições. Em todas essas negociações tomou parte sempre o negociante Irineu Evangelista de Sousa e em dois contratos seu nome está assinado em igualdade com as altas partes contratantes. Essas contribuições foram sempre fornecidas por intermédio de Irineu, e não poucas vezes com o caráter de adiantamentos feitos ao Governo Imperial.

Em 21 de novembro de 1851, foi assinado o novo Tratado de Aliança entre o Império, o governo uruguaio e as províncias de Entre Rios e Corrientes. Declarou-se, explicitamente, que a finalidade era a de fazer a guerra a Rosas. O governo imperial comprometeu-se a financiar a luta, entregando a Urquiza mensalmente, e por quatro meses, 100.000 pesos sobre os quais seriam cobrados juros de 6% ao ano, além de fornecer todo o

---

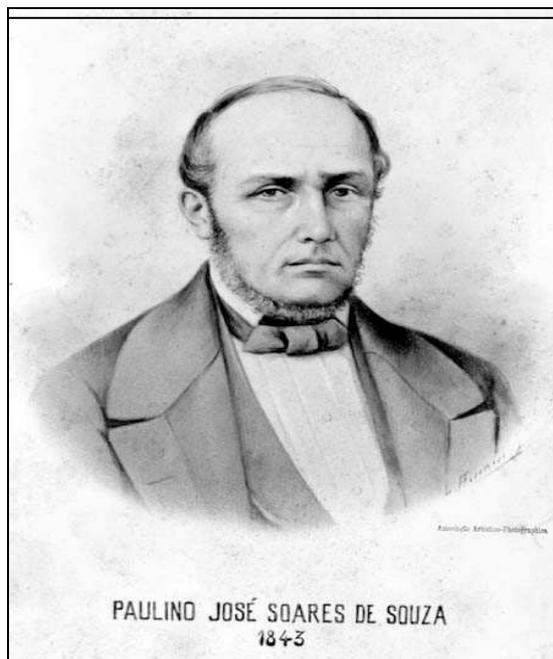
<sup>48</sup> O maior aliado militar do Brasil na guerra contra Oribe era o argentino Jose Justo Urquiza, governador da província argentina de Entre Rios e eterno inimigo de Rosas. As tropas de Urquiza foram fundamentais para derrotar Oribe.

<sup>49</sup> CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. V.3. ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 531.

material de guerra que lhe fosse solicitado, o qual seria considerado empréstimo adicional. Pelo Tratado, a dívida era de responsabilidade daquelas duas províncias, que deram suas rendas e terras públicas como garantia de pagamento enquanto durasse o conflito. Finda a luta, a Confederação reconheceria a dívida.

A derrubada de Oribe ainda não era suficiente para tranquilizar o governo brasileiro. Era necessário derrotar também Rosas e seu expansionismo sobre o Prata. A política do ditador argentino ameaçava a livre navegação dos rios e a independência do Uruguai. Rosas dava clara demonstrações de que pretendia anexar o Uruguai, o Paraguai e até o Rio Grande do Sul à Argentina.

Diante das ameaças anexionistas de Rosas, o ministro Paulino elaborou uma política externa brasileira na área platina com alguns objetivos básicos e, até certo ponto, complementares: manter a livre navegação dos rios platinos (Prata, Uruguai, Paraná e Paraguai), essencial à comunicação com às províncias Centro-Oeste e Sudeste; evitar a reconstituição do antigo Vice-Reinado do Prata, formado por Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia; manter a segurança e tranquilidade da fronteira no Rio Grande do Sul.



**Figura 5.** Paulino José Soares de Souza. Ele foi Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil entre 1849 e 1853.

As discussões em torno da livre navegação do Rio da Prata era tema delicado nas relações diplomáticas entre Brasil e Argentina. O governo brasileiro buscava encontrar uma

solução para esse problema, liberando a navegação dos rios da Bacia do Prata do domínio rosista.

Juan Manuel de Rosas é seguramente o político mais destacado da política sul-americana da época. Ele surgiu lutando contra o controle do comércio e da navegação do Rio da Prata das potências européias, Inglaterra e França. Para Rosas, o controle da Bacia do Prata era a base fundamental da independência da nação argentina.

Paraguai, Bolívia, Uruguai, Argentina e Brasil se defrontavam num jogo mútuo de aspirações nacionais, disputando-se a posse de privilégios comerciais que facilitariam a consolidação de seus territórios como nações independentes. O entrelaçamento de interesses agrava-se com a penetração estrangeira, principalmente da Inglaterra, a qual lutava pela posse do empório de riquezas naturais da América pelo controle e navegação de seus rios.

A consolidação dos Estados Nacionais na América do Sul se manifestou pela agressividade de seus políticos, líderes, caudilhos, que exprimiam as aspirações das classes dirigentes proprietárias de campos, gados, privilégios comerciais, e sentiam a concorrência das classes rivais dos países vizinhos. Eram os rios formadores do Prata e sua larga embocadura os motivos dos conflitos entre os povos que sentiam que eles representavam as bases fundamentais para assegurar a independência de cada país.

A Bolívia aspirava uma saída para o mar; o Paraguai exigia uma saída pelos rios que vão dar ao Atlântico; o Uruguai desejava compartilhar o controle da embocadura do Prata; a Argentina e o Brasil lutavam pela hegemonia do comércio e a navegação dos rios americanos. Diante desse quadro, podemos verificar que

a busca de um acesso ao mar é um fator de primeiríssima importância na orientação da política exterior dos Estados. O controle que uma posição geográfica permite exercer sobre as grandes vias de passagem, terrestres ou marítimas, é um outro aspecto considerável destes problemas. A posse de um território que permita controlar e, se for o caso, interditar o uso de uma grande via de circulação marítima constitui, de longa data, uma vantagem de primeira ordem, tanto do ponto de vista político, quanto do econômico<sup>50</sup>.

O controle do comércio e da navegação do Prata foi o motivo mais claro das campanhas de Rosas contra a Argentina, Uruguai e Paraguai. A embocadura do Prata apresentava a possibilidade do comércio ativo com o exterior e com o interior da América fora do controle britânico. O escoamento das mercadorias através dos portos fluviais

---

<sup>50</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste; RENOUVIN, Pierre. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, p. 32.

contrariava os interesses de Rosas, que com isso perdia o controle efetivo do território paraguaio e uruguaio.

Rosas sabia que o ponto central da competição comercial e política se localizaria no Estado Oriental. A formação da política rosista através das duras campanhas sustentadas contra a penetração estrangeira somente encontrava defesa no bloqueio dos rios.

A consciência da importância dessa hegemonia para assegurar a supremacia continental está patente em todos os dirigentes políticos brasileiros da época. O trabalho desenvolvido pela diplomacia uruguaia no Brasil através de seu representante Andrés Lamas demonstram que o Uruguai acenava com “a bandeira da livre navegação da embocadura do Prata” para obter do Brasil o apoio à independência uruguaia, também ameaçada pela Argentina.

Com o fortalecimento da ditadura rosista no interior da Argentina, o poder do ditador argentino torna-se demasiado grande para se manter dentro das fronteiras argentinas e suas pretensões expansionistas-anexionistas levaram o governo brasileiro a intervir contra Rosas.

Além do governo imperial denunciar o expansionismo rosista, o fato de os três grandes rios formadores do Prata nascerem em território brasileiro parecia dar ao Brasil o direito de exercer o controle da embocadura do Prata. A navegação fluvial assumia o caráter de uma exigência nacional, já que a longa costa brasileira tinha a forte presença da marinha britânica.

Após a queda de Oribe no Uruguai em 1851, o ministro das Relações exteriores do Brasil decidiu que era o momento de uma intervenção armada direta contra Rosas. Nesse sentido, a intervenção contra Rosas, decidida por Paulino, correspondeu a uma política nacional autônoma, cuidadosamente preparada. O Parlamento brasileiro também desempenhara um papel importante na guerra contra Rosas: apoiando, em sua maioria, a política do governo, deu-lhe força moral e material para garantir êxito.

A manutenção de uma política não-intervencionista foi a linha seguida pela Regência e pelo Segundo Reinado, até que o movimento farroupilha vem entrelaçar os interesses gaúchos aos das províncias do Prata, provocando uma modificação da atitude do Brasil. A interdependência de interesses de estancieiros rio-grandenses, uruguaio e argentinos estabelece ligações que o governo imperial não podia evitar. Com isso, as propriedades rurais confinavam; as terras fronteiriças se entrosavam, tornando impossível qualquer controle aduaneiro, já que a entrada e a saída dos produtos se faziam através das

propriedades que não tinham fronteiras. A vigilância dos governos, era, pois, ineficiente contra o entrelaçamento das propriedades particulares.

Assim, mesmo depois da grande vitória contra as tropas brancas de Manuel Oribe no Uruguai, a luta continuou com os brasileiros subindo o rio Paraná e enfrentando as tropas argentinas de Rosas. O general Urquiza somente depois de grandes indecisões pusera-se à frente de suas tropas contra Rosas. Caxias, chefe das tropas brasileiras, ao contrário, teve sempre em mira primeiro libertar Montevideú e depois atacar Rosas. Por uma questão de tática política, Caxias estabeleceu seu quartel-general na Colônia do Sacramento, enquanto uma divisão de quatro mil homens, sob o comando de Manuel Marques de Sousa (futuro Conde de Porto Alegre), cooperava com as milícias de Urquiza, marchando sobre Buenos Aires.

Auxiliados pelo almirante inglês John Grenfell, o grande exército aliado libertador da América do Sul, composto por quatro mil brasileiros, 1700 uruguaios sob o comando de César Dias e 20 mil correntinos e entrerrianos, venceram Rosas na batalha de Monte Caseros no dia 3 de fevereiro de 1852. Com a derrota, Rosas enviou carta ao legislativo argentino renunciando ao poder e depois partiu para o exílio na Inglaterra, onde ainda viveu por mais 25 anos. Com a renúncia de Rosas, o controle político da Argentina passou às mãos do então governador de Entre-Rios Jose Justo Urquiza.

A batalha de Monte Caseros pode ser considerada o final da guerra contra Rosas. Apesar de todas as táticas políticas e diplomáticas empregadas a fim de não ferir os sentimentos argentinos, as tropas militares vencedoras fizeram prevalecer seu ponto de vista e desfilaram pelas ruas de Buenos Aires.

Antes da diplomacia brasileira concretizar o plano de intervenção contra Oribe e Rosas planejado pelo ministro Paulino, o parlamento brasileiro promoveu grandes debates em suas tribunas.

No Prata, a neutralidade, estabelecida anteriormente como diretriz política, torna-se aos poucos insuportável, por ter convertido o Brasil em mero espectador diante das constantes ingerências franco-britânicas e das intenções expansionistas de Rosas, cada vez mais evidentes. Os debates, quando se referem às relações pacíficas e amigáveis do Brasil com as outras nações, traduzem explicitamente a dificuldade em mantê-las sobretudo no Prata, sem quebra da honra, dos interesses e da dignidade nacionais<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> CERVO, Amado Luiz. O Rio da Prata. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 31.

Para os parlamentares brasileiros, a pergunta fundamental ante os eventos do Sul permanece: o que fazer, qual a política a seguir? Observar, intervir diplomaticamente ou militarmente? Surge um problema, a situação dos brasileiros residentes no Uruguai. O clima em que se desenvolvem as idéias é propício ao abandono da neutralidade no Prata. Em 1851, uma política ativa do governo, que incluísse a intervenção armada, recolheria o apoio do Parlamento, independentemente de filiação partidária. Para fazer guerra contra Oribe e Rosas, era necessário justificá-la e das esperanças de êxito, porque, afinal, caberia ao corpo legislativo votar os meios, sem os quais não haveria guerra alguma<sup>52</sup>.

Após a derrota sobre Oribe e Rosas, as missões diplomáticas brasileiras enviadas a República Oriental do Uruguai, na década de 1850, procuraram um entendimento sobre as fronteiras limítrofes com o Rio Grande do Sul, a navegação no estuário do Prata e a extradição de criminosos e escravos. Estas questões permearam a assinatura dos Tratados de 1851, que foram assinados com o envio da Missão Especial do Marquês do Paraná, que finalizou as negociações com o Uruguai. Os Tratados foram assinados na Província do Rio de Janeiro por Andrés Lamas, Ministro Residente do Uruguai, no Império, e os Plenipotenciários brasileiros Visconde de Abaeté, e Marquês de Paraná. Ainda foram realizadas varias negociações diplomáticas na década de 1850 em relação a suas ratificações e cumprimentos.

No dia 21 de abril de 1852, Mauá escreveu, de Montevideú, uma carta endereçada a Andrés Lamas no Rio de Janeiro, na qual pede ao diplomata uruguaio que retorne ao Estado Oriental para organizar o governo daquele país:

Tomo a liberdade de comunicar a V. Ex<sup>a</sup>. que aqui cheguei sem a menor novidade, e ainda que de quarentena tenho procurado assenhorear-me da situação dos negócios e creio tê-lo conseguido.

Parece-me que V. Ex<sup>a</sup>. faria o maior serviço ao seu país em aproveitar o primeiro vapor para cá vier para organizar o novo ministério que terá de governar depois da queda dos blancos.

Honório concorda que V. Ex<sup>a</sup>. é o único homem que tem atualmente o seu país que possa talvez reger os seus destinos; e em tais circunstancias V. Ex<sup>a</sup>. que tantos e tão extraordinários esforços tem feito pela causa desta República não hesitara em vir assumir a posição que lhe compete. Se V. Ex<sup>a</sup>. o fizer demorar-me-ei o tempo que V. Ex<sup>a</sup>. quiser para coadjuvar com todo o zelo e lealdade em arranjar a questão financeira que me parece também susceptível de arranjo amigável, pronto e satisfatório para o país e para os credores, havendo boa fé e franca inteligência de parte a parte.

O Sr. Honório sustenta com energia a existência legal e completa dos tratados e diz ser a única política que ele executará. Meios de governo não faltarão porém a V. Ex<sup>a</sup>., pois com um governo que inspire

---

<sup>52</sup> Ibid., p. 32.

confiança será fácil libertar as renda públicas de acordo com os credores. Enfim, V. Ex.<sup>a</sup>. resolverá com entender, porém não hesito em dizer que o bem do seu país o chama a estas paragens<sup>53</sup>.

A partir do momento em que Irineu Evangelista de Sousa firmou tratados com o governo de Montevideu, Andrés Lamas passou a ser uma figura política com quem Mauá manteve permanente contato político até 1885. Foram inúmeras as cartas que Mauá escreveu para Lamas. Por sua vez, o uruguaio sempre buscava respondê-las. Cabe aqui fazermos os seguintes questionamentos: como foi que Mauá criou vínculos políticos tão estreitos com Andrés Lamas e por tanto tempo? Qual era o conteúdo da correspondência que Mauá emitia ao diplomata uruguaio? Para Alberto Faria, “Andrés Lamas e Mauá são, de fato, os dois grandes atores da política que levou o Brasil a Montevideu para salvar o Estado Oriental das garras de Juan Manuel de Rosas”<sup>54</sup>. Ainda de acordo com Faria, “a política externa do Império brasileiro salvara uma causa; não a causa de um partido, mas a causa da independência da nossa antiga província emancipada, o Uruguai”<sup>55</sup>. Já o conteúdo das cartas trocadas entre Andrés Lamas e Irineu Evangelista de Sousa trata essencialmente de questões políticas e econômicas, onde é possível perceber os pontos de vistas, as idéias e os pensamentos do empresário brasileiro sobre os contornos da política platina a partir da segunda metade do século XIX.

As décadas de 1840 e 1850 são as mais fecundas na formulação de um pensamento político aplicado às relações exteriores. Para tanto, um dos fatores que concorrem para tal é a necessidade de repensar as relações com o Prata à vista dos acontecimentos recentes e a reorientação da ação diplomática para o continente americano<sup>56</sup>. É naquele momento histórico, representando os interesses do Império e seus interesses pessoais, que surgiu a figura de Mauá, do negociante Irineu Evangelista de Sousa, “a alma da intervenção no Rio da Prata”<sup>57</sup>, e que vai desempenhar papel decisivo na queda de Rosas, na implantação do futuro governo argentino e da consolidação de Justo Jose Urquiza à frente da Confederação Argentina.

---

<sup>53</sup> MAUÁ, Barão de. Montevideu, 21 de abril de 1852. In: BESOUCHET, Lúcia. *Mauá e seu tempo*. São Paulo: Anchieta, 1942, p. 93.

<sup>54</sup> FARIA, Alberto de. *Irineu Evangelista de Sousa: Barão de Mauá (1813-1889)*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958, p. 299.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 301.

<sup>56</sup> CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p.71.

<sup>57</sup> FARIA, Alberto de. *Irineu Evangelista de Sousa: Barão de Mauá (1813-1889)*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958. p. 347.

Dentre as forças que contribuíram para a queda de Rosas estão a diplomacia brasileira e uruguaia, forças militares do Império e do general entrerriano Urquiza e a fortuna de Mauá. O empresário brasileiro compreendia os perigos que Rosas representava para a consolidação de um verdadeiro federalismo firmado na industrialização e na liberdade das vias de comunicação.

Desde o início das negociações entre Mauá e as diplomacias do Brasil e do Uruguai em 1850, o empresário tinha consciência de que havia investido uma fortuna no Uruguai para objetivos não-imediatos. Mauá nunca acreditou que esse país tivesse meios para indenizá-lo senão em um futuro longínquo. Andrés Lamas, no entanto, sempre tratou de resguardar os interesses do amigo. Isso fica evidente nas correspondências trocadas entre os dois.

Como representante diplomático do Uruguai no Rio de Janeiro, Andrés Lamas lutava desde 1848 para manter viva a resistência da cidade de Montevideú. Lamas conviveu na corte com o Imperador, de quem tornou-se amigo e, freqüentando os salões políticos, fez-se amigo de Paulino Soares de Souza e de outros ministros. Foi a política inaugurada pelo governo brasileiro no Prata que fez de Andrés Lamas um amigo pessoal de Dom Pedro II, veranista em Petrópolis por doze anos seguidos, proprietário aí de uma vasta chácara e aliado sincero na política brasileira no Rio da Prata<sup>58</sup>.

Tornando-se credor do governo uruguaio, Mauá ampliou seu campo de atuação empresarial para além das fronteiras brasileiras. Comprar terras no Uruguai foram os negócios iniciais do empresário brasileiro no Prata. Mauá também foi o primeiro proprietário de terras no Rio da Prata a delimitar suas propriedades com cercas de arame. Apesar disso parecer uma providência comum a qualquer proprietário rural, o cercamento das terras de Mauá representou uma “revolução” muito significativa nos tradicionais campos platinos.

A singularidade do Mauá-estancieiro no Uruguai está justamente no progressismo de suas intenções que não se detêm diante das imensas pastagens povoadas de cavalos selvagens, de manadas de búfalos, de avestruzes em que os gaúchos adestravam suas boleadeiras. Mauá pensava nos trigais de grão duro, no gado de raça selecionada, no cavalo importado, nos moinhos, na irrigação das terras, no aproveitamento das quedas d'água, nos transportes e, principalmente, pensava na mão-de-obra livre. A semi-escravidão e a caudilhagem dos gaúchos não o satisfaziam; malgrado o pitoresco do nativismo, Mauá foi buscar trabalhador livre até na China para semear suas terras, produzir chá, arroz... Nunca se

---

<sup>58</sup> FARIA, Alberto de. *Irineu Evangelista de Sousa: Barão de Mauá (1813-1889)*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958, p. 432.

conformou com o sistema de trabalho escravo que prevalecia no Brasil nem com o trabalho servil utilizado pelos caudilhos americanos<sup>59</sup>.

Ao longo da década de 1850, o pensamento empresarial de Mauá não limitava-se mais apenas ao Brasil, mas também ao desenvolvimentos de atividades econômicas no Rio da Prata. Mauá começou a pensar que, com o apoio do governo brasileiro, seria possível atrair o comércio do Paraguai e da Bolívia para o Atlântico, unindo o Atlântico ao Pacífico por um grande caminho transcontinental.

Quando Mauá escreveu sua autobiografia em 1878, o empresário brasileiro relatou o início de seu envolvimento com os assuntos da política externa brasileira no Prata. Seu primeiro contato diplomático foi o Ministro das Relações Exteriores do Brasil Paulino José Soares de Souza e com o representante do governo uruguaio no Rio de Janeiro Andrés Lamas.

O Ministério de que fazia parte o grande homem de Estado, Paulino José Soares de Souza, depois Visconde de Uruguai, cabeça política como não temos tido meia dúzia desde a separação da mãe-pátria, compreendeu a gravidade da situação e tratou de quebrar a força dos elementos que se preparavam para hostilizar-nos.

Desde o começo de 1850 acompanhei todas as evoluções da política do Brasil no Rio da Prata pela confiança com que me honraram os Srs. Ministros. Em meados desse ano, declarou o Sr. Conselheiro Paulino que, posto que a atitude da Legação argentina se tornasse cada dia mais pronunciada, o Brasil não estava preparado para aceitar a luva, e cumpria ao governo reunir, sem fazer barulho, os elementos precisos para dar o golpe... E S. Excia. me fez saber que, abandonado o governado da praça de Montevideú pela França, inevitável era sua queda e completar-se-ia o domínio de Rosas na República, perdendo o Brasil sua base de operações na guerra inevitável que se aproximava; que era preciso a todo transe sustentar a praça com recursos financeiros enquanto não estava o Brasil preparado para fazer a guerra e que o governo confiava em mim para prestar os auxílios indispensáveis com os suprimentos de dinheiro por mim feitos<sup>60</sup>.

Mauá aceitou o pedido de ajuda do governo brasileiro para financiar a guerra civil uruguaia e tornou-se francamente partidário da política brasileira de intervenção armada no Uruguai contra Manuel Oribe e depois contra Rosas. Fora em nome da paz e do progresso do Brasil que Mauá auxiliou financeiramente a derrocada de Oribe e Rosas. A situação do

---

<sup>59</sup> GANNS, Cláudio. *Visconde de Mauá*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1998, p. 86.

<sup>60</sup> SOUSA, Irineu Evangelista de. *Exposição aos Credores de Mauá & Cia*. Rio de Janeiro: Valverde, 1941, p.16.

Uruguai, após a queda de Rosas e o cerco de dez anos pelas forças de Oribe, era em 1851, quase desesperadora. No dizer de Mauá. “Seu estado econômico era o de um verdadeiro cadáver”<sup>61</sup>.

Por vinte e oito anos, até 1878, Mauá havia guardando discreta atitude sobre esses fatos da história diplomática brasileira, quando resolveu escrever sobre isso:

A pedido do governo imperial, tive de auxiliar com recursos financeiros o governo da praça de Montevideú, que, apertado pelas aguerridas hostes de Rosas, ameaçava sucumbir a cada hora.

Como já foi dito, além do dinheiro que o governo imperial fornecia por meu intermédio, e de que me não aproveitei, com é sabido, nem um real de benefício, sendo indispensáveis maiores auxílios, e tendo eu profunda convicção que a sabedoria, previsão e tino, com que era dirigida a política internacional do Brasil pelo Visconde de Uruguai, daria em resultado o triunfo completo dessa política no Rio da Prata, evitando-se os perigos de uma guerra prolongada, não hesitei em auxiliar o pensamento do governo do meu país com todos os recursos que me dispunha, que eram de alguma monta.

Ao terminar a guerra achei-me com uma forte soma comprometida; fazia reconhecer essa dívida pelos poderes legais, que iam ser constituídos e cuidar dos meios de ser reembolsado foram assuntos para mim de grandes preocupações<sup>62</sup>.

Mauá, desde o momento em que aceitou financiar o governo do Uruguai, mostrou-se consciente de que estava metido totalmente em um empreendimento arriscado, mas sentia-se apoiado pelo governo imperial. Mauá sabia que a cartada que estava em jogo era para o futuro.

A política internacional do Brasil, criada pelo Partido Conservador, formulada principalmente pelo ministro Paulino, consistia em manter a independência dos dois estados ameaçados pela ambição argentina: o Paraguai e o Uruguai. O braço direito do Visconde de Uruguai e do Partido Conservador em 1850 foi Mauá, Irineu Evangelista de Sousa, o negociante cuja assinatura figurava ao lado da do ministro da Fazenda Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) e do Plenipotenciário uruguaio Andrés Lamas, no pacto de fornecimento de auxílios pecuniários. Mauá assumiu, desse modo, uma posição de diplomata secreto do governo brasileiro.

---

<sup>61</sup> Ibid., p. 35.

<sup>62</sup> SOUSA, Irineu Evangelista de. *Exposição aos Credores de Mauá & Cia.* GANS, Cláudio. (Org.). *Autobiografia*. Rio de Janeiro: Valverde, 1941, p. 159.

Paulino de Souza julgava que o Brasil devia firmar sua hegemonia no continente sul-americano afastando a pedra central do sistema estrangulador da influência brasileira no Prata, o ditador argentino Rosas. Até 1849, Rosas vinha buscando evitar um enfrentamento direto com o Brasil e Tomás Guido, representante do governo argentino no Rio de Janeiro, estava convencido de que o Imperador jamais consentiria em uma intervenção armada contra Rosas. Quando, em 1850, as negociações organizadas por Paulino de Souza, Andrés Lamas e Mauá não deixavam mais dúvida sobre as intenções do Brasil, Tomás Guido pediu passaportes e as relações diplomáticas se romperam entre os dois países e somente se restabeleceram em 1852 após a queda de Rosas.

Como já foi mencionado acima, ao longo da década de 1850, foi crescente a influência e a presença de Mauá na economia e na política platina. No Brasil, os negócios de Mauá tornavam-se cada vez mais lucrativos e o sucesso de seu enriquecimento faz também crescer sua influência entre a elite política imperial. O pioneirismo em atividades econômicas diversificadas transformaram o empresário Irineu Evangelista de Sousa em um nobre digno do título de Barão. O título veio como reconhecimento pela inauguração do primeiro ramo da Estrada de Ferro Mauá que realizou-se em 30 de abril de 1854, 22 meses e 18 dias após o empresário haver obtido a concessão para sua construção. O trecho inaugurado era o do Porto da Estrela, passando por Inhomirim, estação do Frágoso, num total de 14 quilômetros e 500 metros. A Estrada de Ferro Mauá, assim designada espontaneamente pelo povo, colocava o Brasil em terceiro lugar entre os países sul-americanos que utilizavam esse meio de transporte, pois já o Peru e o Chile nos anteciparam, e o 19º do mundo. A importância do empreendimento residia também em ter sido idealizado por brasileiros, com capitais nacionais, enquanto nos outros dois países sul-americanos a exploração das ferrovias era exclusivamente britânica<sup>63</sup>.

Segundo Figueira, “Mauá mescla em si idealismo (interesse público) e realismo, pois desejava acelerar o progresso do Brasil no século XIX”<sup>64</sup>. A luz dos lampiões a azeite de peixe não coincidia absolutamente com o sonho das cidades claras, com portos aparelhados, calçamento adequado, águas canalizadas, transportes modernos e fábricas fundindo em altos-fornos o aço, o ferro, o metal libertador das outras indústrias<sup>65</sup>.

---

<sup>63</sup> DI CROPANI, Otaviano de Fiore. Irineu Evangelista de Sousa, Barão de Mauá: empresário e político. São Paulo: Bianchi, 1987, p. 56.

<sup>64</sup> FIGUEIRA, Divalte Garcia. *A era Mauá: os anos de ouro da monarquia no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 71.

<sup>65</sup> GANNS, Cláudio. *Visconde de Mauá*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1998, p. 43.

Muitos dos empreendimentos de Mauá nem sempre foram muito lucrativos. Em seus escritos, é possível perceber que o empresário buscava zelar pelo interesse público dos seus empreendimentos. Para a maioria dos seus biógrafos, Mauá foi, acima de tudo, um idealista.

Em termos práticos, para compreender o pensamento de Mauá, basta citar que do estabelecimento da Ponta de Areia saíram fabricados tubos de ferro para o encanamento das águas do Maracanã. Tubos de ferro para o encanamento das águas de rios cariocas. Lâmpioes de ferro, canos destinados ao fornecimento de gás para a cidade do Rio de Janeiro. Navios utilizados pelo Brasil nas lutas contra Oribe, Rosas e Solano López. Navios para a navegação do Rio Amazonas. Rebocadores a vapor para a barra do Rio Grande. Navios costeiros, que franqueavam toda a costa brasileira de Manaus ao Rio Grande do Sul, concorrendo com navios ingleses e franceses. Pontes de ferro, máquinas para a Imprensa Nacional, enxadas, martelos, pregos, trilhos, etc<sup>66</sup>.

Também a faceta colonizadora da obra de Mauá foi sumamente importante. No correr de sua vida fundou colônias agrícolas no Amazonas e no Pará, com trabalhadores que fez vir da Alemanha, da Suíça, de Portugal, da Índia e até da China. Nas suas fazendas de Atalaia, em Macaé, na de Sapopemba, empregou milhares de trabalhadores açorianos, galegos, chineses<sup>67</sup>.

A influência política de Mauá no Prata foi tão significativa quanto sua influência política no Brasil. No Brasil, Mauá foi membro do Partido Liberal rio-grandense, apesar de seus principais aliados políticos serem do Partido Conservador, como por exemplo José Maria da Silva Paranhos, Visconde de Rio Branco, um dos poucos políticos brasileiros com quem Mauá contava no esforço para pacificar os “espíritos exaltados” do Prata.

Na política platina, Mauá insistia que as facções colorada (no Uruguai) e unitária (na Argentina) eram formadas por demagogos e aventureiros sem escrúpulos, como por exemplo Venâncio Flores e Bartolomé Mitre, do Uruguai e da Argentina, respectivamente<sup>68</sup>. Pessoalmente, Mauá admirava a política “civilizada” dos blancos tal como deixa transparecer em toda a sua correspondência com Andrés Lamas. Mauá sabia das fraquezas do Império e das debilidades financeiras dos países vizinhos. Por isso, realizava empréstimos ao Uruguai, à

---

<sup>66</sup> DI CROPANI, Otaviano de Fiore. Irineu Evangelista de Sousa, Barão de Mauá: empresário e político. São Paulo: Bianchi, 1987, p. 44.

<sup>67</sup> FARIA, Alberto de. *Irineu Evangelista de Sousa: Barão de Mauá (1813-1889)*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958, p. 329.

<sup>68</sup> BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 24.

Argentina e a província de Entre-Rios<sup>69</sup>. Para mediar todo esse confuso esquema dentro do labirinto platense, tanto Mauá como o Império só possuíam um aliado constante e leal: o diplomata uruguaio Andrés Lamas, do Partido Colorado.

A complexidade da conjuntura platense, sem que os interesses da confederação pudessem se desligar dos da Província de Buenos Aires e os de Montevideú (onde as lutas entre colorados e blancos nunca pararam de fato), obrigava Mauá a um desgaste de forças financeiras quase impossível de suportar. Em sua correspondência com Andrés Lamas, Mauá sempre fazia referência aos prejuízos que o não-cumprimento de certas cláusulas dos tratados firmados entre o Brasil e o Uruguai poderiam causar nas relações diplomáticas entre os dois países.

Até o início da década de 1860, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul representara a guarda avançada das fronteiras brasileiras no sul. A província era fornecedora de gente combativa, montada, sempre disposta a empunhar armas na defesa do território nacional. A partir de 1860, a província começa a revelar sua capacidade econômica. A colonização estrangeira (alemã) intensificara o progresso e o comércio com os países auxiliara a formação da consciência dos direitos econômicos e políticos que lhe correspondia na partilha nacional<sup>70</sup>.

Os rio-grandenses começaram a se rebelar contra o abandono do poder central, “que tudo lhes negava e tudo lhes exigia”. Sempre dispostos a contribuir com seus soldados para a defesa dos territórios fronteiriços, pareciam estar dispostos a exigir a parte que lhes cabia na política brasileira; a exigir tarifas especiais, arrecadações aduaneiras mais equitativas, tributação menos pesada e, principalmente, conexões ferroviárias, comunicações, enfim, tudo aquilo que lhes permitiria consolidar sua expressão regionalista<sup>71</sup>.

Mais de cinquenta mil gaúchos haviam adquirido terras nas zonas fronteiriças do Uruguai e da Argentina. O comércio, principalmente com Uruguai era intenso. A interação política na fronteira entre Brasil e Uruguai também era muito intensa. A semelhança da formação sócio-econômica levou a uma fácil identificação política entre brasileiros e uruguaiois. Tradicionalmente, o Rio Grande do Sul foi local de asilo para políticos em desgraça na república vizinha, assim como do Uruguai se socorreram políticos brasileiros sob

---

<sup>69</sup> Ibid., p. 26.

<sup>70</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, p. 81.

<sup>71</sup> FIGUEIRA, Divalte Garcia. *A era Mauá: os anos de ouro da monarquia no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 97.

perseguição ou insegurança. No geral, as cidades fronteiriças eram pontos de eleição para tais asilados<sup>72</sup>.

Todos os chefes gaúchos atribuíam as invasões aos territórios brasileiros, as interferências na política gaúcha, às incitações aos trabalhadores escravizados para que cruzassem as fronteiras a fim de obter trabalho livre nas estâncias uruguaias, à política desenvolvida pelo Partido Blanco. Os brasileiros radicados como estancieiros no norte do Uruguai tiveram papel decisivo no movimento revolucionário de Venâncio Flores, que, apoiado pelas armas do Exército Brasileiro, chegou ao poder em fevereiro de 1865. Ninguém ignorava que a influência política exercida pelo General Antonio de Souza Neto e outros patrícios radicados no Uruguai foi o fator determinante da abusiva intervenção imperial na política uruguiaia na década de 1860<sup>73</sup>.

Desde 1856, funcionava em Montevideu o Banco Mauá & Cia. Ao seu amigo Andrés Lamas, Mauá facilitara grandes somas em dinheiro para salvar o Uruguai de graves embaraços financeiros. Mauá procurava conhecer toda a gama da demagogia política, da falsa auréola que envolvia algumas figuras políticas do Prata, principalmente Venâncio Flores, apesar do empresário brasileiro ter auxiliado este político quando tornou-se presidente da República Oriental no início de 1865<sup>74</sup>.

O Banco Mauá & Cia fez parte da história do desenvolvimento econômico uruguaio no século XIX. Os fatores econômicos sempre devem ser analisados em qualquer estudo que envolva a história das relações internacionais. As empresas multinacionais estão inseridas no contexto das relações entre os países. Os Estados, ao elaborarem sua política externa, estão atentos aos interesses das empresas multinacionais e ao significado da presença dessas empresas em determinados países.

Geralmente a política internacional envolve grupos e Estados. Em toda atividade política, é comum os indivíduos agirem eficazmente através de grupos de que participam, através de outros grupos sobre os quais possam exercer alguma influência, ou influenciando algum governo. E muitas das ações governamentais poderão ser mais bem compreendidas em termos de interação dos interesses e esforços de alguns dos grupos existentes por detrás dele<sup>75</sup>.

---

<sup>72</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Panorama sócio-cultural da fronteira Brasil-Uruguai. In: *Verso e Reverso*: Ano VI, Nº11, 1992, p. 36.

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 37.

<sup>74</sup> FARIA, Alberto de. *Irineu Evangelista de Sousa: Barão de Mauá (1813-1889)*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958, p. 347.

<sup>75</sup> DEUTSCH, Karl. p. 67.

Existe um critério que define as relações internacionais como aquelas que se desenvolvem entre grupos de poder detentores de primazia política, econômica, ideológica, cultural, jurídica e/ou militar. Seus seguidores defendem a existência de um complexo relacional internacional, que seria um entrelaçamento de relações de classe entre os diversos Estados, fundado no seio desse meio especial, que se denomina, comumente, sociedade internacional”<sup>76</sup>. Nesse sentido, nossa intenção é analisar a atuação política de Mauá na região platina. Compreender seus interesses pelas decisões políticas dos governos do Brasil, da Argentina e do Uruguai. Mauá, sendo o maior capitalista brasileiro daquele período, representou um grupo econômico de interesse e de pressão sobre a diplomacia brasileira. Por isso, no próximo capítulo, verificaremos a participação do Banco Mauá & Cia. na história uruguaia e sua relação no desenvolvimento das relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai.

---

<sup>76</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999, p. 15.

## **CAPÍTULO 3**

### **O Banco Mauá & Cia. no Uruguai**

A partir de 1854, a atividade econômica de Mauá no Prata tornou-se mais intensa. Como ele não era um simples exportador de matérias-primas, destacou-se sua ação

progressista em contraposição aos comerciantes brasileiros exportadores de café, cacau, algodão, fumo e madeiras. Mauá era um exportador de capitais, de empresas, de financiamentos, de obras de melhoramentos públicos.

Em 1856, apesar da conjuntura política do Império ter-se modificado bastante com relação ao Uruguai, Mauá, em setembro daquele ano, apresentou um projeto para o estabelecimento de um banco no Rio da Prata com sede em Montevidéu. Dessa forma, a partir de 1856, Mauá começou organizar a parte legal da instalação de sua agência bancária em Montevidéu. Em carta a Andrés Lamas, Mauá comunicou:

enviei a V. Ex<sup>a</sup>. o último Relatório do Ministério da Fazenda que contem os detalhes que V. Ex<sup>a</sup>. diz precisar. Qualquer destes dias mandarei a V. Ex<sup>a</sup>. os estatutos de um grande banco para o Rio da Prata cujo centro de operações seja Montevidéu, para V. Ex<sup>a</sup>. corrigir o que julgar necessário, e mandar verter em espanhol<sup>77</sup>.

No início de janeiro de 1857, Mauá escreveu a Lamas num tom muito pessimista sobre o encaminhamento da criação de seu banco em Montevidéu, principalmente quando se referia ao fato de que estava sendo dificultoso reorganizar os assuntos políticos e econômicos da nação uruguaia. Nesta correspondência é nítida a falta de otimismo de Mauá com os políticos uruguaiois:

Como tenho intenção de seguir no Amazonas reservo-me para pessoalmente conversar com V. Ex<sup>a</sup>. sobre as coisas deste seu país. – Creio que é remar decididamente contra a maré pretender reorganizar esta nacionalidade: os homens que existem não prestam, a geração que se levanta, já vem corrompida. – Não vejo a salvação possível nem na gente que influi nem na que pode influir nos próximos 15 anos, no meu franco juízo, só resta ao patriota desta terra acompanhar o enterro de sua nacionalidade com o coração magoado. Sem ser Oriental, dói-me o que aqui vejo, porém o remédio só pode vir das gerações futuras<sup>78</sup>.

Dois meses depois, Mauá mostrava-se mais otimista. A carta à Lamas deixava transparecer que o empresário brasileiro começava a conquistar avanços políticos no sentido de aprovação do Senado uruguaio para a instalação do banco em Montevidéu.

No mais as coisas aqui não vão mal: o espírito público firma-se no sentido da manutenção da paz. Os meus arranjos vão bem, pois de todos os lados me tratam bem. Passou no sábado no Senado o que eu pedi a respeito do banco, sem bem que com uma modificação importante, como só fará diferença para o futuro ano<sup>79</sup>.

---

<sup>77</sup> MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1856. In: BESOUCHET, Lídia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 98.

<sup>78</sup> MAUÁ, Barão de. Montevidéu, 5 de janeiro de 1857. In: BESOUCHET, Lídia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 103.

<sup>79</sup> MAUÁ, Barão de. Montevidéu, 2 de março de 1857. In: BESOUCHET, Lídia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 105.

Ao longo do ano de 1857, Mauá conseguiu todas as concessões e direitos do governo uruguaio para a instalação do Banco Mauá. Já devidamente oficializado, o banco se transformou em entidade financeira emissora de descontos e depósitos.

Mauá surgiu como o mais importante capitalista com que o presidente argentino, Justo José Urquiza, podia contactar naquela época para empreendimentos e realizações progressistas na Confederação Argentina. Mauá sabia da necessidade premente das províncias confederadas, para levar a efeito um plano de realizações, de capitais e de créditos estrangeiros.

Em dezembro de 1857, Mauá chegou pela primeira vez na residência do presidente Urquiza. A partir dessa visita, Mauá estabeleceu laços de amizade com Urquiza e estará sempre no eixo de todas as iniciativas industriais e bancárias que ele realizou na Confederação.

A agência bancária era sediada no centro de Montevideú e, segundo o próprio Mauá, tinha como principal objetivo “financiar o desenvolvimento daquele país”. A instituição financeira criada pelo brasileiro tinha algumas vantagens sobre os orientais que costumavam emprestar seu dinheiro através de cobrança de juros. “O Banco Mauá competia apenas com os velhos agiotas de Montevideú, sempre dispostos a cobrar muito caro por cada centavo emprestado – e pouco inclinados a emprestar muito dinheiro. O banco tinha uma organização muito eficiente, o que significava custos mais baixos e, mesmo cobrando juros menores que o de seus concorrentes, uma margem brutal de lucros”<sup>80</sup>.

Com o passar do tempo, os uruguaios foram adquirindo os hábitos que fazem parte de sociedades onde as instituições bancárias estão presentes na vida cotidiana:

os fazendeiros, comerciantes e trabalhadores, os homens de sociedade, se familiarizavam com o funcionamento do banco; paulatinamente eles foram ganhando a confiança do público, e o papel-moeda que ele emitia era recebido sem problemas – a um ponto tal que logo comerciantes começaram a emitir títulos próprios, apesar de não terem autorização legal para tanto<sup>81</sup>.

A fundação e, posteriormente, a consolidação do Banco Mauá no Uruguai como sólida instituição financeira, devido à seriedade de suas operações, é um marco na história da formação e do desenvolvimento do capitalismo na Banda Oriental. É inegável que a presença

---

<sup>80</sup> CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 358.

<sup>81</sup> PIVEL DEVOTO, Juan E. *Los bancos: 1824-1868*. Montevideú: A. Monteverde, 1976. p. 149.

do Banco Mauá no Uruguai trouxe modernização e progresso àquele país a partir da segunda metade do século XIX.

a partir de 1858, uma coisa mudou no Uruguai: os que tinham dinheiro – em geral em ouro ou prata – preferiram deixar tudo guardado em segurança no banco, recebendo juros, e usar os bilhetes que ele emitia – possibilitavam ao banco dar cada vez mais crédito, com juros cada vez menores. O resultado dessas operações foi uma onda de progresso. Muitas estâncias começaram a investir em melhoramentos, e a cidade de Montevideú saiu da letargia em que vivia<sup>82</sup>.

É freqüente, nos processos de modernização de muitas sociedades, o empresário ser representado como um sujeito inovador, o pioneiro, o produtor do progresso econômico e técnico, o “motor” das transformações. Ele passa a ser o principal “organizador” dos processos de produção econômica<sup>83</sup>. No caso do Uruguai, é possível perceber que o Barão de Mauá representou esse sujeito pioneiro na inovação da economia uruguaia no século XIX. A criação do Banco Mauá para financiar melhoramentos técnicos em estâncias e na criação de novas indústrias, são exemplos do papel inovador que o empresário rio-grandense assumiu no Uruguai, sem esquecer, é claro, que este empresário também tinha o objetivo de lucrar com todo esse desenvolvimento econômico.

Em 1859, Mauá decidiu abrir agências do seu banco em Salto e Paissandu, no oeste uruguaio. Depois de mais de três séculos, os uruguaio vivenciavam inovações materiais históricas que estavam sendo proporcionadas pela instalação do Banco Mauá.

O Barão de Mauá foi responsável por “inaugurar uma nova era no Uruguai”<sup>84</sup>. Desde sua independência em 1828, a História do Uruguai vinha sendo escrita por constantes crises e violentos confrontos político-militares. Com a criação do Banco Mauá em 1857, “muita gente que acreditava nas armas como único caminho da salvação do Uruguai mudou de idéia. Em vez de correr atrás de adeptos e campanhas militares, passaram a procurar negócios com avidez, fazer projetos para melhorar suas fazendas, investir em empresas”<sup>85</sup>.

Como já foi dito acima, Mauá começou a fazer parte da História do Uruguai ao firmar um tratado em setembro de 1850, onde tornou-se credor do governo de Montevideú. O governo daquele país encontrava-se em crise financeira desde 1843, quando começou o cerco à cidade de Montevideú pelas tropas do uruguaio Manuel Oribe com o apoio de Juan Manuel

---

<sup>82</sup> CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 365.

<sup>83</sup> LOBO, Eulália. História empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997, p. 226.

<sup>84</sup> CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 365.

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 367.

de Rosas. O tratado foi mediado pelo governo brasileiro, que tinha o objetivo de derrotar Oribe e Rosas.

Com a vitória sobre Oribe, em 1851, e de Rosas, em 1852, Mauá esperava receber o dinheiro que emprestara ao governo uruguaio. Todavia, anos de guerra deixaram a economia uruguaia muito instável e o governo oriental ainda não tinha condições de pagar suas dívidas ao Barão de Mauá.

O empresário rio-grandense decidiu então investir no progresso do Uruguai. Fundou o Banco Mauá, com matriz em Montevidéu e filiais no interior uruguaio, para financiar o desenvolvimento das atividades econômicas no Estado oriental. Seu objetivo era emprestar dinheiro a juros baixos para que os uruguaios pudessem investir em atividades que dinamizassem a economia interna que se encontrava estagnada a vários anos. Com uma economia em crescimento, o governo arrecadaria mais receitas e, era dessas receitas que Mauá pensava em receber o dinheiro que havia emprestado ao governo uruguaio no início da década de 1850.

O Banco Mauá não dinamizou apenas o comércio e a economia de Montevidéu e da região oeste do Uruguai, onde estavam as agências bancárias. A instituição financeira do Barão também foi responsável pela reorganização do crédito nacional do Estado oriental:

De fato este era o único banco que pelo alcance de seus trabalhos havia se tornado um banco nacional. Artesãos, estancieiros, agricultores, industriais e comerciantes haviam usufruído os benefícios do crédito concedido por Mauá, a quem confiaram também a custódia de suas economias. O banco exerceu indubitável influência em outros aspectos: contribuiu para acabar em nosso meio com as práticas observadas por capitalistas enriquecidos ao amparo dos favores do Estado e da miséria coletiva, habituados à prestações de usurários; organizou o crédito nacional, a dívida pública e influiu no manejo rigoroso das rendas nacionais<sup>86</sup>.

O maior aperfeiçoamento da economia do oeste uruguaio é uma extensão do que vinha ocorrendo na capital Montevidéu. O Banco Mauá acabou gerando transformações econômicas em praticamente toda a vida econômica do Uruguai. Os uruguaios não estavam acostumados com os hábitos (depósitos, saques bancários, investimentos) que fazem parte do cotidiano das atividades bancárias. O contato com essas operações bancárias significou o início de um novo ciclo na vida dos uruguaios: o capitalismo chegava ao Uruguai e transformaria sua sociedade.

---

<sup>86</sup> PIVEL DEVOTO, Juan E. *Los bancos: 1824-1868*. Montevidéu: A. Monteverde, 1976. p. 156.

Em dezembro de 1860, Mauá enviou uma carta à Andrés Lamas escrevendo sobre a criação de um banco no Rio da Prata:

Só um interesse mais alto que o mero lucro podia aconselhar-me a entrar em tais operações que tive que estudar a fundo, e não meramente pela rama, como tem feito a maior parte dos brasileiros. Durante este longo estudo a troca freqüente de nossas idéias fez-nos de perfeito acordo sobre as conveniências de uma política internacional entre o Brasil e o Rio da Prata. A base meramente política não dava senão resultados parcialmente favoráveis, e muitas vezes negativos, ou tratados que foram a tábua de salvação em que escapara de um naufrágio infalível a nacionalidade oriental, mas foram mal apreciados pelos orientais e tornaram-se a origem de lamentáveis recriminações, quer de parte da imprensa periódica de ambos os países quer de membros do Parlamento, tanto em Montevideú como aqui, azedando os ânimos e dificultando o acordo de idéias entre os governos do Brasil e do rio da Prata, tão necessários para se firmarem em bom pé as relações políticas comerciais, e de boa vizinhança, que as conveniências recíprocas aconselhavam ficassem estabelecidas.

Neste ponto V. Exa. conhece perfeitamente minhas idéias: bons ou maus somos os vizinhos mais próximos que tem por ora o rio da Prata, os vizinhos que nos estão mais chegados; são fatos preexistentes que cumpre aceitar e respeitar. Em tais circunstancias, repetirei até o cansaço: o que cumpre aos estadistas, aos homens que refletem, aos homens bons do Brasil e do Rio da Prata, é afastar as causas de desagrado que predominam, discutir com calma, esclarecer. Guiar a opinião em vez de transviá-la por manifestações radicais que possam gerar perpétuos ódios de raça e dificultar cada vez mais a solução pacífica das questões pendentes, tornando necessária a guerra para o desenlace de tais dificuldades, sem querer lembrar-se que este recurso é um atentado contra a civilização e bem-estar dos povos, porquanto só deve ser empregado quando esgotados todos os outros meios<sup>87</sup>.

Mauá falava em afastar os motivos que causavam o agravamento nas relações entre os países platinos. Sugeria aos homens que tratavam da política de cada país que buscassem, em primeiro lugar, o esclarecimento e o diálogo. Deixar de lado os radicalismos que acirravam os ódios e os rancores que dificultavam o estabelecimento da paz nas relações entre os povos do Brasil e do Prata. Mauá estava buscando meios para acabar com as sempre possíveis idéias de guerra que passavam pela cabeça das pessoas responsáveis pela organização política do Brasil e do Prata.

Compreendi desde logo que aceita a base econômica, como ensaio, para firmar-se em um futuro não mui distante as relações entre o Brasil e o Estado Oriental, cumpria estender a ação desta influência ao outro lado do rio da Prata, e daí nasceu em mim a idéia de um banco na Confederação Argentina, obtendo as concessões que pedi. Conheço até onde pode entender-se a influência destes estabelecimentos quando bem organizados

---

<sup>87</sup> SOUSA, Irineu Evangelista de. *Exposição aos Credores de Mauá & Cia.* Rio de Janeiro: Valverde, 1941.

e bem dirigidos no trabalho, no desenvolvimento da indústria, no progresso e bem-estar dos povos e finalmente na criação de riquezas.

Industrialização, progresso, bem-estar social, aumento das riquezas. Observando os escritos de Mauá para Lamas, nota-se que estes eram os objetivos que levaram o empresário brasileiro a estabelecer instituições bancárias no Uruguai e na Argentina, além é claro, da busca de muitos lucros.

Acreditei que fazendo mover este mecanismo desde Montevideu até Paraná, ainda que em escala modesta, e sob bases muito seguras, eu farei o maior de todos os serviços: a idéia nova que queríamos plantar, isto é, preparar o terreno para que uma base econômica, ou os interesses dos povos do rio da Prata com o Brasil entrassem como o principal elemento da política dos governos e entre os povos vizinhos chamados a estreitar e desenvolver relações entre si, assim de boa vizinhança como comerciais, industriais e monetárias de que podiam fazer recíproca e vantajosa troca.

Desenvolver uma base econômica bem estruturada no Uruguai e na Argentina era a idéia de Mauá para o estabelecimento de uma relação de boa vizinha entre o Brasil e essas nações do Prata. Estreitar as relações através de atividades industriais, comerciais e monetárias, traria vantagens para todos.

Para o principal biógrafo de Irineu Evangelista de Sousa, a memória do empresário brasileiro destacou-se no desenvolvimento econômico do Uruguai durante o século XIX.

A Mauá e ao Banco Mauá & Cia. coube, nessa transformação, o principal papel. O movimento comercial, o impulso industrial que daí resultou e os progressos materiais vieram em consequência. O nome de Mauá viverá na memória dessa época de renascimento. Seus capitais e seu credito, ao serviço do governo e dos particulares, foram fatores indiretos de grandes empreendimentos; a sua ação direta fez-se sentir em muitas delas.

Foi o Banco Mauá & Cia., a respeito de tudo, das hostilidades naturais dos concorrentes, do preconceito nativista, de esporádicas perseguições políticas, o principal banco do Uruguai durante esse largo período que vai de 1857 até 1869, quando leis absurdas, leis pessoais, leis tristíssimas, que a nossa diplomacia havia de qualificar , sem reticências, “ataques à propriedade”, “assaltos” em notas de chancelaria a chancelaria. E dizemos o principal banco, porque não queremos dizer o único, e dizemos do Uruguai – quando podíamos dizer do Rio da Prata.

O Barão de Mauá era figurava sempre presente nas melhorias industriais do Uruguai: foi responsável pela construção de diques, estaleiros, fábricas de gelo, olarias, charqueadas, curtumes (as peles curtidas figuraram na Exposição de Londres), plantações e moinhos de trigo (o seu trigo também figurou na Exposição). “Seria difícil encontrar nesse período, que vai de 1857 a 1868, alguma empresa útil ao progresso da República

vizinha em que Mauá não estivesse interessado, ou como promotor ou como fornecedor de capital.

De 1853 até o ano de 1868, quando começaram leis e atos de exceção criminosamente urdidos contra o Banco Mauá & Cia., nenhum outro nacional ou estrangeiro teve na República vizinha ação tão vasta e talvez pudéssemos dizer que nenhum lhe prestou tão grandes serviços. Ver-se-á nestas paginas o que fez esse banqueiro ao serviço do Brasil e o que fez esse hábil político, com a força que adquiriu, insinuando-se e tornando-se forte e querido em todas as classes.

Envolvido na vida nacional, como um filho da terra, seu nome figurou em todos os empreendimentos que criaram a riqueza do Uruguai.

Na Exposição Universal de Londres em 1862, o Barão de Mauá não apareceu somente como grande expositor brasileiro; seu nome figurou também entre os melhores prêmios de várias indústrias do Uruguai.

As grandes estâncias de Mauá não apareciam, porém, somente com as lãs de suas ovelhas de primeira ordem. Também o gado vacum ia figurar em Londres, chamando a atenção para os magníficos campos do Uruguai”<sup>88</sup>.

Muitos políticos uruguayos reconheciam a importância das realizações de Mauá para o desenvolvimento econômico do Uruguai no século XIX. Gabriel Terra, ex-ministro da fazenda do Uruguai, com quem Mauá manteve estreito contato, afirma que

Ele representou a grande força econômica a favor do progresso com que contou nosso país, colocando entre nós parte importante de seus caudais em ferrocarris, iluminando a gás nossa capital, organizando estabelecimentos pecuários em quase todos os departamentos da República para melhorar a raça com produtos importados, fundando saladeros para a elaboração de nossa carne, diques para construir e reparar nossos barcos que navegam nossos rios<sup>89</sup>.

O Banco Mauá & Cia. foi o empreendimento de maior envergadura, a funcionar naquela época no Rio da Prata, realizado por um particular. Foi esse banco que permitiu a mobilização de capitais para a criação de empresas de melhoramentos públicos. Foi esse banco que financiou companhias destinadas ao cultivo de algodão, à instalação de fábricas de gelo, de ladrilhos, de azulejos; foi esse banco que financiou indústrias de exportação de mercadorias para Londres e Paris, enfim, foi o Banco Mauá & Cia. que proporcionou grande prosperidade para a nação uruguiaia, num momento de grave crise política e econômica da História do Uruguai.

---

<sup>88</sup> FARIA, Alberto de. *Irineu Evangelista de Sousa: Barão de Mauá (1813-1889)*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958, p. 314.

<sup>89</sup> TERRA, Gabriel (apud) BESOUCHET, Lídia. *Mauá e seu tempo*. São Paulo: Anchieta, 1942, p. 159.

“Desde o início da guerrilha de Venâncio Flores, em abril de 1863, o Banco Mauá de Montevideú tinha aumentado os créditos para o governo uruguaio, que precisava de dinheiro para combatê-la. De empréstimo em empréstimo, quando a guerra chegou ao final, em fevereiro de 1865, o banco tinha em sua carteira 5,6 milhões de pesos uruguaio em títulos do governo”<sup>90</sup>. Em linhas gerais, aquela guerra civil tratava-se de um enfrentamento dos interesses da cidade com os interesses do campo patriarcalista, isto é, os interesses da burguesia doutoral e letrada de Montevideú contra os interesses do campo, que arrastavam consigo peões e camadas sociais subalternas. O campo, nacionalista em sua essência, insurgia-se contra a cidade cosmopolita, europeizada. O choque dessas duas tendências dissolvia qualquer tentativa de reorganização administrativa e facilitava uma perpétua agitação partidária.

Mauá era progressista convicto, mas ao mesmo tempo estancieiro, grande proprietário de terras e de gado e interessado também na colonização de vastos territórios inexplorados. Ele procurou ignorar o faccionismo político reinante, julgando que o progresso era a verdadeira solução para o campo, que o progresso ajudaria a nivelar as desigualdades sociais e as misérias urbanas. Mauá tinha muita fé nas indústrias e nas companhias colonizadoras, pois as julgava serem capazes de reformar os sistemas caudilhescos que persistiam no Uruguai. Desejava, como ele próprio confessou em sua autobiografia, “entranhar nas veias enfraquecidas daquela sociedade ânimo e vigor financeiro”.

No caso da política com o Uruguai, o governo imperial brasileiro e Mauá coincidiram no interesse comum diversas vezes. No início da década de 1850, as duas forças paralelas convergiam e Mauá estava amparado pelo apoio do governo brasileiro. Porém, com a iniciativa individual de criar um banco no Uruguai em 1856, uma mudança fundamental ocorreu na relação entre Mauá e o governo imperial. Se as derrotas ou vitórias políticas do Império no Uruguai estariam representadas pelas chancelarias, consulados e demais organismos oficiais, as vitórias de Mauá seriam suas próprias e as derrotas não poderiam buscar apoio oficial nas legações brasileiras. Mauá ganharia ou perderia sozinho, isolado ou melhor, colocado acima das contingências da política oficial do Império. A diferença, porém, é que os lucros das empresas de Mauá revertiam sempre a favor do Brasil, ao passo que suas perdas ele tinha que afrontar sozinho ou buscar auxílio em grupos financeiros estrangeiros, principalmente ingleses. É preciso ressaltar também que o grupo financeiro britânico, constituído pelos Rothschilds (oficialmente ligados ao Império desde a Independência do

---

<sup>90</sup> CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 349.

Brasil), era um rival poderoso dos grupos a que Mauá estava integrado na Inglaterra: Baring, Mac Gregor, Carruthers.

Em conjunto, a complexidade da ação econômica de Mauá no Uruguai decorreu do fato de que ela abordou simultaneamente quase todos os aspectos do comércio, da indústria e das finanças. Mauá foi estancieiro, industrial e banqueiro. Nunca empregou mão-de-obra escrava e se preocupava fundamentalmente pela colonização e pela emigração de trabalhadores livres. Fundou a Companhia Agrícola Pastoril e Industrial, uma das mais importantes empresas colonizadoras da época. Suas propriedades na Argentina e no Uruguai eram modelos de organização. Melhorou as raças vacum e cavalari. Importou rebanhos de carneiros para o melhor aproveitamento da lã. “A Estância de Soriano (Mercedes), no Uruguai, foi um modelo de progresso e de organização”<sup>91</sup>.

Em 1860, o Barão de Mauá publicou avisos na Imprensa européia oferecendo prêmios ao inventor do melhor procedimento para conservar a carne congelada. Na Grande Exposição Universal de Londres, em 1861, Mauá concorreu com produtos brasileiros e uruguaios de suas estâncias modernizadas: lãs de seus rebanhos, gado vacum e carne congelada, destacando-se principalmente os produtos do Uruguai. As lãs do Estado Oriental guardavam uma elasticidade superior às de Buenos Aires, devido à boa alimentação dos pastos uruguaios<sup>92</sup>.

Mauá não era um regionalista ou sequer um nacionalista exaltado: ele era um brasileiro de idéias cosmopolitas e liberais, avançadas para o tempo brasileiro, mas bastante lógicas dentro do tempo universal. A amizade que o ligou a políticos, estadistas, comerciantes e banqueiros, tanto no Brasil como no Rio da Prata ou na Europa, não está circunscrita a interesses imediatistas ou faccionistas. Para o empresário brasileiro, os políticos platinos às vezes apresentavam-se como amigos, outras vezes inimigos, conforme as exigências do momento político. O esforço de Mauá consistia em se colocar acima das contingências imediatistas, guardando sempre certa coerência política. O fator principal para ele era o progresso, a expansão industrial, os melhoramentos públicos, a elevação do nível de vida, pois compreendia que eram esses os fatores determinantes da grandeza das nações.

Mauá não nutria simpatias pelos colorados uruguaios, tampouco pelos unitários de Buenos Aires, liderados pelo general Bartolomé Mitre. No decorrer dos tempos, os antagonismos das alianças que ele realizou com Justo José Urquiza vão de encontro com os

---

<sup>91</sup> ACEVEDO, Eduardo (apud) BESOUCHET, Lúcia. *Mauá e seu tempo*. São Paulo: Anchieta, 1942, p. 211.

<sup>92</sup> BESOUCHET, Lúcia. *Mauá e seu tempo*. São Paulo: Anchieta, 1942, p. 251.

interesses políticos do Império, pois tanto o uruguaio colorado Venâncio Flores quanto o argentino Bartolomé Mitre eram considerados como aliados do governo brasileiro e como tal tratados pelos políticos do Brasil.



**Figura 6.** General Justo José Urquiza: Foi um dos principais políticos argentinos do século XIX e tornou-se amigo e cliente de Mauá. Nascido em Entre-Rios em 1800, filho do comandante militar dessa província, Urquiza entrou para o exército e alcançou rapidamente altos postos. Em 1842, assumiu o governo de Entre-Rios. Em 1850, tornou-se o comandante em chefe das operações militares contra Oribe e Rosas. Foi presidente da Confederação argentina de 1852 a 1862.

O Banco Mauá teve que ser liquidado em 1875, após a criação de inúmeras políticas do governo uruguaio contrárias às políticas de crédito do banco. O governo uruguaio, no decorrer dos anos, tornou-se cada vez menos simpático a presença de um banco brasileiro atuando no centro da economia oriental. Além disso, crises econômicas no Uruguai decorrentes das constantes lutas políticas também contribuíram para a ruína do Banco Mauá.

O espírito empreendedor de Mauá como banqueiro já havia sido demonstrado cinco anos antes da fundação do Banco Mauá em Montevideu. No dia 2 de março de 1851, o Jornal do Commercio publicava a notícia de uma reunião, no pavimento superior da Praça de Comercio, destinada a marcar o ato de fundação de grande banco na cidade do Rio de

Janeiro<sup>93</sup>. O discurso abaixo proferido por Mauá foi dirigido aos acionistas do seu primeiro banco. Era um discurso inflamado, mas que já revelava o otimismo do empresário no desenvolvimento econômico do Brasil, que seria proveniente das atividades financeiras operadas pelo primeiro banco nacional privado.

Srs. Acionistas do Banco Commercio e da Indústria do Brasil:

Colocado nesta cadeira por vossa eleição, é meu primeiro dever agradecer-vos a honra que acabais de fazer-me quando tantos entre vós eram sem dúvida muito mais dignos de vossa escolha.

O que infelizmente nos falta, senhores, é perseverança, a força de vontade, tão necessária para se alcançar tão grandes fins. Quando ela aparece, e é convenientemente sustentada, tudo se vence, tudo se consegue!

O espírito de associação, senhores, é um dos elementos de prosperidade mais fortes de qualquer país, e, por assim dizer, a alma do progresso.

Na primeira parte do discurso, Mauá mencionava que o espírito de associação era o elemento essencial para o progresso das nações. A perseverança e a força de vontade eram as características que contribuía para a formação da prosperidade das nações.

Quando o sábio em suas meditações descobre os segredos da natureza, apenas mostra o germe; é o espírito de associação quem, desenvolvendo-o, faz crescer a árvore que mais tarde nos brinda com seus frutos sazonados.

É o espírito de associação que fez e faz a prosperidade da Inglaterra, pois é ele quem fornece os meios de se executarem essas obras gigantescas que, dando um valor a todos os cantos daquela nação, operam esta prodigiosa multiplicação dos capitais que ali se observa. É o espírito de associação que dotou este país em vinte anos com 1600 léguas de caminhos de ferro, que, atravessando o país em todas as direções leva barateza e a abundância por toda a parte.

É o espírito de associação que deu aos ingleses os meios de se comunicarem seus pensamentos de um extremo a outro da ilha, com a velocidade dos raios por meio de telégrafos elétricos; descoberta de tão poucos anos e que já dá emprego, só na Inglaterra, a mais de 70 mil contos. É o espírito de associação que faz com que os Estados Unidos, seguindo as pisadas da mãe pátria, emparelhando-a logo maravilhem o mundo com o exemplo de seu progresso. Se é pois esta a causa a que eu em grande parte atribuo os resultados, por assim dizer, fabulosos que se observam em outros países, eu que ambiciono para meu país a mesma posição e vantagens, não posso deixar de saudar com entusiasmo esta reunião que me convence que este espírito se manifesta também entre nós.

---

<sup>93</sup> CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 220.

No decorrer do discurso, Mauá citou como exemplos de desenvolvimento econômico a Inglaterra e os Estados Unidos. Ele reconhecia nessas duas nações a existência do espírito de associação como elemento fundamental para o progresso material dos respectivos países.

O pensamento de Mauá como banqueiro também estava presente no Mauá diplomata. O banqueiro sempre defendeu a tese de que a prosperidade pública deveria ser colocada em primeiro lugar pelos políticos e empresários. Todas as iniciativas econômicas governamentais ou privadas deveriam zelar pelo princípio fundamental da prosperidade pública.

Senhores acionistas do novo banco, no meu modo de ver, o estabelecimento de que fazeis parte abre uma picada, que com o andar do tempo se transformará em larga estrada a prosperidade pública<sup>94</sup>.

Em suas iniciativas como empresário, político ou diplomata, Mauá pensava que era preciso a associação de todas as forças possíveis para o progresso dos povos. Políticos, empresários, acionistas e banqueiros deveriam unir esforços para se alcançar um nível de prosperidade como o da Inglaterra e dos Estados Unidos. No entanto, ao longo dos anos em que manteve negócios no Prata, principalmente no Uruguai, Mauá percebeu que os políticos platinos não estavam sempre inclinados e dispostos a desenvolver o espírito de associação. As rivalidades políticas históricas entre blancos e colorados não permitiram que esse espírito fizesse parte da fundamentação política dos líderes uruguaios. Mauá buscou criar condições no Uruguai para o desenvolvimento do espírito de associação. Tentou, diplomaticamente, substituir tensões por conciliações e acordos políticos. A atuação internacional dos diplomatas imperiais nem sempre tentou conciliar e evitar conflitos diretos na Região Platina, que ameaçavam a estabilidade das fronteiras e as relações entre os estados. Mauá contava com o apoio de diplomatas do Partido Conservador, como o Visconde do Uruguai, o Marquês de Paraná e, principalmente o Visconde do Rio Branco. Para Mauá, esses eram os poucos políticos moderados do Brasil que sabiam atuar diplomaticamente, ao contrário dos espíritos aventureiros que contagiavam muitos diplomatas que trabalhavam nas delicadas questões platinas.

O Banco Mauá & Cia. foi mais do que uma instituição bancária. Com a sua criação, Mauá pensou em desenvolver novas relações econômicas no Prata. Para isso, o

---

<sup>94</sup> CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 226.

primeiro passo seria desenvolver internamente a economia uruguaia através da facilidade de disponibilidade do crédito. Com o crescimento econômico do Uruguai, principalmente com o aumento da produção e do consumo interno, o segundo passo seria o aumento das exportações uruguaias. Mauá sabia que a melhor maneira para receber o dinheiro que havia emprestado para o governo oriental era através das rendas alfandegárias. Por isso, o Uruguai precisava exportar suas mercadorias e Mauá via no Brasil o grande parceiro comercial dos orientais. Depois de consolidar uma maior aproximação comercial entre brasileiros e uruguaios, Mauá visualizava a integração econômica entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Tudo isso dependia, é claro, do desenvolvimento do espírito de associação nos agentes políticos do Brasil e do Prata.

Mauá tomou como exemplos de desenvolvimento países como Inglaterra e Estados Unidos. Um país europeu e outro do próprio continente americano. Em 1840, Mauá fez sua primeira visita a Inglaterra e voltou para o Brasil muito entusiasmado com o progresso gerado pela industrialização e pela aplicação da ciência no processo produtivo. Com todos os recursos naturais disponíveis, Mauá idealizava um Brasil muito mais industrializado do que a Inglaterra, que era territorialmente bem menor do que nosso país e com uma disponibilidade de recursos naturais ainda menor.

A indústria do ferro foi a obsessão industrial de Mauá. Como ele próprio dizia, a indústria do ferro seria a mãe de todas as indústrias. Mas as elites dirigentes do Brasil não tinham como prioridade industrializar o país. Manter a estrutura agrária e escravocrata concentrava a maioria dos esforços dos políticos brasileiros. No Prata, os dirigentes políticos também não priorizavam a industrialização como meio para se alcançar o desenvolvimento econômico. Mauá, ao contrário, pensava em industrializar o Brasil e recuperar e dinamizar a economia uruguaia. O empresário brasileiro idealizava os povos do Brasil e do Prata como sociedades industriais. Sociedades baseadas no espírito de associação, modernas, com desenvolvimento científico, onde os cidadãos possam compartilhar de bem-estar social. Sociedades caracterizadas pelo livre comércio e pela cooperação econômica.

Mauá sabia que os políticos platinos eram minorias que ocupavam posições estratégicas e que exerciam influência decisiva sobre a maioria dos outros homens e sobre a direção da sociedade. O empresário não gostava daquele espírito caudilhesco que em muitas situações fazia política através da bala. Na visão de Mauá, esse tipo de perfil político não contribuía para o desenvolvimento econômico. As sociedades deveriam ser dirigidas por “espíritos” moderados, que buscassem em primeiro lugar a prosperidade pública e o bem-estar da sociedade. Eram os políticos moderados e prudentes que poderiam modernizar as

sociedades e criar políticas que se dedicassem a exploração racional dos recursos naturais. Políticos pacíficos que pensassem na produção de riquezas e no enriquecimento dos povos.

## **CAPÍTULO 4**

**A guerra civil no Uruguai – 1863 a 1865**

O período entre as duas guerras civis no Uruguai, de 1851 a 1863, foi de relativa paz, apesar das grandes disputas políticas pelo poder entre blancos e colorados. No entanto, essas disputas foram apenas internas, sem intervenções armadas do governo brasileiro ou governo argentino no Uruguai. Assim, entre 1852 e 1863, não ocorreram conflitos armados envolvendo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. As principais transformações ocorreram na política interna do Brasil, da Argentina e do Paraguai. As mudanças políticas no interior desses países, iniciadas a partir de 1862, irão alterar também as relações diplomáticas no Prata. No Brasil, em 24 de maio de 1862, o Partido Liberal ascendeu ao poder, e o deputado Zacarias de Góes e Vasconcellos foi nomeado presidente do Conselho de Ministros. Porém, a permanência de Zacarias a frente da chefia do Ministério foi muito curta, apenas uma semana. No dia 30 de maio de 1862, o gabinete Zacarias foi substituído por um gabinete conservador, presidido por Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda.

Na Argentina, no dia 12 de outubro de 1862, Bartolomé Mitre tornou-se o primeiro presidente da República argentina. Desde a derrota de Rosas em fevereiro de 1852, o país estava dividido em dois Estados: um deles era a Confederação Argentina, reunindo as províncias do interior e o outro era Buenos Aires, a província mais rica daquele país. Em outubro de 1862, Bartolomé Mitre, governador de Buenos Aires, derrotou o chefe da Confederação, o entrerriano Justo Jose Urquiza, na Batalha de Pavón. Com esta vitória, Mitre passou a ser considerado o unificador da República Argentina. Ainda em outubro de 1862, Francisco Solano López assumiu a presidência do Paraguai após a morte de seu pai Carlos Antonio López.

Com os liberais a frente do ministério brasileiro, Mitre e López no comando político de Argentina e Paraguai, respectivamente, um novo contexto nas relações platinas iniciou. O novo quadro político platino completava-se com o governo de Bernardo Berro, do Partido Blanco, na presidência do Estado Oriental desde 1860.

A formulação e o exercício da política externa desses quatro países criará, a partir de 1863, uma situação de constantes conflitos diplomáticos no Prata que desembocará na Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870).

O agravamento das tensões no Prata tem seu ponto de partida com a Guerra Civil uruguaia, iniciada em abril de 1863. Depois da intervenção brasileira contra Oribe (1851) e de pouco mais de uma década de paz (1851-1863), o Uruguai viu reascender a luta entre blancos e colorados, com os habituais reflexos no Rio Grande do Sul: estâncias invadidas, gado roubado e violências das mais diversas.

No dia 19 de abril de 1863, tropas do general Venâncio Flores<sup>95</sup>, que estava exilado na Argentina com outros membros do Partido Colorado, iniciaram uma revolta armada contra o Partido Blanco. A revolta de Flores era uma tentativa colorada de retomar o poder central que estava nas mãos do partido rival. Flores organizou suas tropas com o apoio do governo argentino do presidente Bartolomé Mitre e de muitos estancieiros rio-grandenses que residiam na fronteira entre o Brasil e o Uruguai.

A visualização dos grupos armados já era a expressão de uma articulação que se ramificava desde a Argentina de Mitre, a partir de comandantes militares e estancieiros rio-grandenses e uruguaios, e expressa na figura do caudilho Venâncio Flores, que vivia exilado em Buenos Aires<sup>96</sup>.

No ano de 1863, a população do Uruguai era de aproximadamente 180 mil habitantes, sendo que cerca de 40 mil eram brasileiros. Esses brasileiros eram donos de 25% das terras do Uruguai, com propriedades significativas, numa grande região que estendia-se da fronteira do Rio Grande do Sul até o rio Negro. Nessas propriedades, os estancieiros rio-grandenses estabeleceram um sistema escravista. Além disso, esses estancieiros buscavam exercer um amplo domínio político local.

Os rio-grandenses que residiam no Uruguai reclamavam de assaltos às suas propriedades, violências de autoridades uruguaias, recrutamentos de brasileiros para as tropas legais, assassinatos impunes, roubos consentidos. Mas a grande reclamação era a de que o governo oriental não dava a merecida atenção a esses fatos.

Essas reclamações vinham de anos, mas foi durante a presidência de Bernardo Berro, 1860 a 1864, que se revestiram em caráter de maior seriedade, causando um grande mal-estar nas relações diplomáticas entre Uruguai e Brasil.

Com o início da rebelião de Flores em abril de 1863, muitos brasileiros tomaram as armas ao lado deste caudilho e as violências e extorsões redobram nas vinganças particulares entre blancos e colorados. Diversos estancieiros brasileiros passaram a solicitar proteção do governo oriental contra os grupos organizados na fronteira, em território brasileiro<sup>97</sup>.

Devido a grande mobilidade de pessoal na fronteira entre Uruguai e Brasil, políticos uruguaios temiam a brasileiração de suas fronteiras. Diante dessa situação, o governo de Bernardo Berro tomou algumas medidas: uma delas foi a proibição da escravidão

---

<sup>95</sup> Venâncio Flores já havia sido presidente da República Oriental entre os meses de março de 1854 e agosto de 1855.

<sup>96</sup> GOLIN, Tau. *A fronteira*. V. 2. Porto Alegre: L&PM, 2002.

<sup>97</sup> *Ibid.*, p.

nas fazendas de rio-grandenses residentes no Uruguai. O chefe de Estado uruguaio pretendia evitar em seu país o uso de mão-de-obra escrava por fazendeiros brasileiros, trabalho que barateava sua produção de charque em prejuízo dos produtos uruguaios, que tinham custos maiores decorrentes da utilização do trabalho livre<sup>98</sup>.

Aproximadamente 75% do rebanho bovino do Uruguai encontrava-se na região de fronteira com o Brasil. Os ânimos dos estancieiros rio-grandenses era exaltado principalmente porque, desse rebanho brasileiro em terras uruguaias, obtinha-se o charque que era vendido no Brasil para alimentar os escravos. Além disso, as terras do Uruguai nessa região fronteiriça eram usadas pelos brasileiros como uma simples internada. Ali criava-se o gado e, geralmente, contrabandeavam-se rebanhos inteiros para o Brasil, deixando-se de pagar as taxas e impostos devidos ao governo uruguaio. Bernardo Berro aumentou os impostos sobre as exportações de gado em pé para o Rio Grande do Sul. Outra importante medida do presidente uruguaio foi aumentar o valor das terras orientais.

Essas medidas do governo uruguaio atingiram diretamente os interesses dos estancieiros rio-grandenses residentes no Uruguai. Para esses fazendeiros brasileiros, o governo de Montevideu deveria estar mais sintonizado com seus interesses econômicos e, para muitos, uma possível mudança no governo oriental seria fundamental para a manutenção dos seus privilégios. Nesse sentido, os fazendeiros brasileiros que tinham propriedades na Banda Oriental perderam seus privilégios econômicos com as leis criadas pelo governo do presidente Berro. Isso explica a adesão militar de muitos latifundiários rio-grandenses na invasão armada do colarado Venâncio Flores ao Uruguai em abril de 1863 para derrubar o governo blanco de Bernardo Berro.

No início de 1863, Mauá disse com o seu natural desembaraço, em carta ao seu amigo, o Ministro de governo uruguaio Juan José Herrera,

... Vamos, pois, por meio da paz, aumentar a população e a riqueza do país; e, quando a República tiver 1.000.000 de habitantes e uma fazenda pública bem organizada, será tempo de bater o pé como nacionalidade real<sup>99</sup>.

Nesta carta Mauá revelava grande otimismo no desenvolvimento da economia uruguaia. Porém, o empresário brasileiro não contava que uma nova guerra civil iniciada em abril de 1863 entre o Partido Blanco e o Partido Colorado colocaria em risco toda a onda de crescimento econômico do Estado Oriental.

---

<sup>98</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 37.

<sup>99</sup> Carta a Herrera, 1863.

No dia 6 de janeiro de 1863, três meses antes do início da guerra civil uruguaia, Mauá escreveu a Lamas convidando o diplomata uruguaio – que naquele momento atuava na Embaixada de Buenos Aires – a unirem forças para elegerem o próximo presidente oriental.

Convido-lhe talvez, porém, tomar uma iniciativa vigorosa nos negócios públicos do seu país, advogando e sustentando as boas idéias que desapareçam as atuais complicações, completamente. É preciso hastear uma bandeira que reúna em torno de si a maioria dos homens honestos e sensatos, bem como os interesses materiais da República, sem pretender ir muito além das forças atuais. Desejaria eu muito que nos dois meses em que me demorarei no Rio da Prata nos fosse possível computar a força de que poderíamos dispor na futura eleição de presidente<sup>100</sup>.

Na carta de 23 de janeiro do mesmo ano, Mauá enfatiza que é preciso manter relações amistosas entre brasileiros e platinos. Mauá reconhece que Mitre está construindo uma política de entendimento tanto no interior argentino quanto nas relações com as demais nações vizinhas da Argentina.

Enquanto a política do Brasil, V. Ex<sup>a</sup> conhece a gente que aqui governa. Estou ainda na mesma opinião, que se deve procurar estreitar as boas e amistosas relações entre o Brasil e o Rio da Prata, pondo-se à margem da pequenez de quem os governam. O general Mitre elevou-se quando compreendeu que a época era de dominar as paixões em vez de excitá-las. Estamos em caminho de chegar a resultados satisfatórios para bem de nossos países, pelo modo mais conveniente; promovendo seu bem-estar<sup>101</sup>.

Logo que chegou a Montevideú em março de 1863, Mauá tratou de escrever a Lamas. Na carta do dia 2 de março, o empresário sul-riograndense comunicou

Aqui cheguei ontem sem novidade e espero ter em breves dias o prazer de avistar-me com V. Ex<sup>a</sup> e conversarmos largamente sobre a situação destes países antes de dar passo algum, pois se tiver de fazer alguma coisa desejo obter com segurança<sup>102</sup>.

Mauá, quando pensou em interferir em assuntos da política uruguaia, buscou fazê-lo com a maior segurança possível. Todo esse cuidado era para não causar complicações nos negócios que mantinha no Uruguai e nem complicar suas relações com o governo oriental.

---

<sup>100</sup> MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 133.

<sup>101</sup> MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 134.

<sup>102</sup> MAUÁ, Barão de. Montevideú, 2 de março de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 136.

Quando iniciou a guerra civil no Uruguai em abril de 1863,

Mauá conhecia o potencial destrutivo desse conflito, a “preponderância das forças exaltadas”. Por isso, assim que soube do desembarque de Flores, elegeu o combate a essa situação como a maior de suas prioridades. Chamou a mulher Maria Joaquina, grávida, seus seis filhos, a mãe e a irmã para conversar sobre uma eventual mudança de país. No fim da conversa, Maria Joaquina decidiu acompanhar o marido levando os filhos maiores, enquanto os menores ficavam com a tia/avó e a avó/bisavó<sup>103</sup>. Por quase um ano, Mauá viveria viajando entre Montevideu, Buenos Aires, Paraná e a grande estância de Mercedes, no Uruguai. Nesse período, não houve político importante com quem não conversasse, sempre tentando arrancar moderação, boa disposição e paz: Mitre, Bernardo Berro, Urquiza e, até mesmo Flores, ainda como rebelde, seriam seus interlocutores. E das conversas saíam empréstimos, rascunhos de tratados, acordos provisórios, recados levados de um lado para o outro, intrigas de bastidores desfeitas. Além de diplomata, Mauá se transformou também em jornalista, escrevendo artigos para os principais jornais de Buenos Aires e Montevideu, sempre batendo na mesma tecla: o desenvolvimento da região não deveria passar por uma guerra<sup>104</sup>.

Mauá atuou intensamente no Prata, numa espécie de cruzada pela paz. Esteve em importantes reuniões particulares com chefes de Estados como Bartolomé Mitre da Argentina e Bernardo Berro do Uruguai, além do líder político da importante província argentina de Entre-Rios, Justo José Urquiza. Nesses encontros, Mauá atuava como um verdadeiro diplomata, buscando, através do diálogo, os meios políticos para pacificar a região. Defendia fervorosamente o fim da guerra civil no Uruguai. Reconhecia a importância de cada Estado na manutenção do equilíbrio entre as nações sul-americanas. Argumentava que todos os Estados deveriam esforçar-se para garantir o bem-estar dos povos. Mauá via em Venâncio Flores a personificação das forças exaltadas. Para Mauá, homens como o general Flores deveriam estar distante da vida política. Os políticos deveriam ser homens de ponderação, equilíbrio, diálogo, enfim, homens que colocam a democracia em primeiro lugar. Flores, definitivamente, não possuía esse perfil político. Na visão de Mauá, a guerra civil liderada por este general era uma típica tentativa caudilha de golpe de estado.

Mauá pensou, num primeiro momento, que bons diálogos entre os principais comandantes da política platina seriam suficientes para acabar com aquela guerra. Todavia, o poder do general Flores crescia devido ao auxílio armado das tropas de estancieiros brasileiros residentes no Uruguai. Mauá não acreditava que Flores pudesse sair vitorioso do

---

<sup>103</sup> Maria Joaquina, esposa de Mauá, era sua sobrinha, filha de sua irmã Guilhermina.

<sup>104</sup> CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 406.

conflito. Na sua análise, o que estava tardando a derrota de Flores era a falta de organização militar do governo de Berro.

No dia 27 de julho de 1863, já estando Mauá de regresso à Montevideú, o empresário brasileiro enviou carta à Lamas. Nessa correspondência, Mauá mostrou-se decepcionado com a falta de organização e harmonia dos líderes militares blancos do interior uruguaio na condução das tropas legais contra as forças de Flores:

Parece-me que está pouco mudada a situação política. As forças do Governo não podem ser batidas pelas de Flores, porque está demasiado fraco para atacar *qualquer das divisões*, porém infelizmente não existe harmonia nos *chefes blancos* da campanha que é a verdadeira causa da demora e nenhum sucesso das operações até aqui<sup>105</sup>.

Dois dias depois, em 29 de julho, Mauá encontrava-se em Buenos Aires e escreveu outra carta a Lamas

Há elementos de sobra para suportar a tentativa de Flores, porém as forças do Governo em vez de bater-se dispersam-se; aonde iremos parar! V. Ex.<sup>a</sup> me disse que tinha um plano que poderia dominar a situação; suponho que depois de um revés seria mais fácil de fazelos aceitar pelo Governo, não lhe parece que é chegada a ocasião de fazer-se um esforço *magno* e unido para salvar a situação?<sup>106</sup>

Para o empresário brasileiro, o governo de Berro teria condições de vencer a rebelião contra Flores, o que faltava era a união das forças leais. Mauá sugeriu à Lamas uma união de esforços políticos para salvar o governo legal do Uruguai. Argumentou que aquele era um momento importante para Lamas colocar em prática um plano para acabar com a guerra civil no Estado Oriental.

No dia 31 de julho, Mauá escreveu outra carta para Lamas onde afirmou que

O país tem elementos de prosperidade *indubitáveis*, e apesar da incapacidade administrativa de quem o tem governado, as condições econômicas antes desta desgraçada invasão eram satisfatórias – ainda agora, se se domina pronto a anarquia acabando com Flores por *qualquer modo*, nada há que recear<sup>107</sup>.

---

<sup>105</sup> MAUÁ, Barão de. Montevideú, 27 de julho de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 145.

<sup>106</sup> MAUÁ, Barão de. Buenos Aires, 29 de julho de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 146.

<sup>107</sup> MAUÁ, Barão de. Montevideú, 31 de julho de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 146.

Nesta carta percebemos que Mauá via a rebelião armada de Flores como uma desgraça que caiu sobre o desenvolvimento econômico pelo qual vinha passando o Uruguai. Para Mauá, o governo uruguaio precisava vencer logo a guerra contra Flores para continuar prosperando. Mauá pensava que a guerra civil, se muito prolongada, poderia levar o Uruguai e, principalmente seus negócios naquele país, à ruína total.

O presidente do Uruguai, Bernardo Berro, do Partido Blanco, que governava o país desde 1860, procurava vencer a guerra contra o general colorado Venâncio Flores buscando parcerias com as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes. Berro buscava principalmente o apoio de Justo José Urquiza, governador de Entre Rios e adversário histórico de Bartolomé Mitre, presidente da Argentina desde 1862. Mesmo declarando ser neutro na guerra uruguaia, Mitre apoiava Flores e fornecia munição ao rebelde uruguaio.

O apoio do Paraguai também seria fundamental para o governo uruguaio. Por isso, a diplomacia uruguaia buscava convencer o governo de Francisco Solano López de que a guerra uruguaia era uma clara demonstração de que a Argentina, ao apoiar Flores, podia atentar contra a independência, a soberania e a integridade territorial dos países menores da América do Sul, caso do Uruguai e do Paraguai. Para o governo uruguaio, Mitre pretendia aumentar a hegemonia argentina na região platina.

Diante da hostilidade de seus poderosos vizinhos, pois o governo imperial protestara quanto a violências cometidas contra súditos seus em território oriental, e enfrentando a revolta colorada, Bernardo Berro acelerou sua aproximação do Paraguai. Já em 1862 o governo uruguaio enviara Juan José de Herrera a Assunção, o qual alertou Solano López sobre o perigo que a soberania dos países menores estaria correndo, em virtude de uma suposta conivência entre a Argentina e o Peru para dividir a Bolívia<sup>108</sup>.

No Brasil era muito mais complicado para o governo uruguaio conquistar qualquer espécie de apoio do governo imperial na guerra contra os colorados. Entre os políticos brasileiros, oito décimos eram simpáticos aos colorados e advogavam uma enérgica intervenção contra o governo legal do Uruguai, do Partido Blanco, acusado de graves culpas, muitas verdadeiras, outras exageradas e outras tantas injustas<sup>109</sup>.

Durante o ano de 1863, o governo brasileiro demonstrava manter neutralidade na guerra civil uruguaia; mas, não há como negar que pouco eficaz era o apoio que oficialmente o governo brasileiro prestava ao governo constituído do Uruguai. Mais tarde, o governo

---

<sup>108</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 45 e 46.

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 47.

brasileiro deslocaria os fatos de seus respectivos tempos e daria à aliança com o caudilho uma justificativa de defesa às coerções dos blancos.

A guerra civil uruguaia, seria fator determinante para o posterior conflito que envolveu as principais nações da América do Sul na sangrenta Guerra da Tríplice Aliança. Segundo Doratioto,

O elemento catalisador de todas essas divergências foi a situação política no Uruguai, sob a presidência, desde 1860, de Bernardo Berro. O porto de Montevideu apresentava-se como concorrente de seu congênere de Buenos Aires, pois Entre Ríos e Corrientes dele se utilizavam como variante comercial para suas exportações. Desse modo, a República uruguaia estabelecia relações com a resistência federalista contra Mitre. Ao Estado centralizado que Buenos Aires procurava consolidar, os blancos contrapunham um entendimento entre seu país, o Paraguai e aquelas duas províncias argentinas.

Em relação ao Brasil, o presidente Berro procurou enfraquecer a hegemonia imperial em seu país. O governo uruguaio recusou-se a renovar os Tratado de Comércio e Navegação de outubro de 1851, quando expirou dez anos depois, eliminando, assim, os privilégios comerciais com do Império, e fechou à livre navegação os rios Cebollate, Tacuru e Olimar. Berro empenhou à Grã-Bretanha e à França as rendas da alfândega já hipotecadas ao Brasil pelo Tratado de 1851, como garantia de pagamento dos prejuízos causados aos cidadãos daqueles países europeus nas guerras civis uruguaias<sup>110</sup>.

Com o início da guerra civil no Uruguai as relações diplomáticas no Prata tornaram-se mais complexas. A política interna de cada país influía também no desenvolvimento da política externa. Devemos considerar que a política interna dos Estados é uma das principais chaves de explicação do jogo internacional<sup>111</sup>. A política interna do governo do presidente uruguaio Bernardo Berro atingia diretamente os interesses econômicos dos estancieiros brasileiros no Uruguai. As reclamações desses estancieiros pressionaram o governo imperial ao ponto de provocar alterações nas relações diplomáticas entre o Brasil e o Uruguai. Nesse sentido, é preciso reconhecer ao mesmo tempo que havia interações entre as duas esferas da política: a interna e a externa.

Num curto prazo, a influência da política interna sobre as escolhas internacionais feitas por uma equipe dirigente pode ser percebida em diferentes níveis<sup>112</sup>. A recusa do governo uruguaio em renovar os Tratados de 1851 foi outro fator que contribuiu para o

---

<sup>110</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 54.

<sup>111</sup> RÉMOND, René. *Por uma história política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 112.

<sup>112</sup> *Ibid.*, p.

governo brasileiro elaborar um novo tipo de relacionamento diplomático com os uruguaios. As novas relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai tornavam-se cada vez mais tensas com o decorrer da guerra civil.

Em outra carta à Lamas, Mauá propõe-se a intermediar negociações políticas entre Lamas e outros políticos uruguaios. No fundo, Mauá sempre desejou que Lamas fosse presidente do Uruguai, pois considerava o diplomata o político mais equilibrado que existia naquela época no Estado Oriental:

Recebi a carta de V. Ex.<sup>a</sup> de ontem e noto o quanto me diz, sentido que V. Ex.<sup>a</sup> tenha tanto desgostado pela política de seu país. [...] e creio que sem especular com a política, pode V. Ex.<sup>a</sup> cuidar do seu futuro *por meu intermédio*, fazendo grande bem ao seu país<sup>113</sup>.

Em mais uma carta de Mauá à Lamas, fica evidente o grande desejo que o capitalista brasileiro tinha em fazer do diplomata oriental presidente do Uruguai. Segundo Mauá, para que isso acontecesse, seria necessário alguma espécie de convulsão política vinda do povo uruguaio. Mauá via em Andrés Lamas o único político capaz de mudar a situação interna do Uruguai: “sempre fui de opinião que apartado do seu país, V. Ex.<sup>a</sup> só podia chegar ao poder mediante algum grande transtorno social que se tornasse, *indispensável*, para salvar a situação”<sup>114</sup>.

Em junho de 1863, o governo uruguaio enviou Octávio Lápido a Assunção para obter uma aliança com o Paraguai contra a Argentina e o Brasil, acusados de apoiarem a rebelião colorada. Solano López não assumiu nenhum compromisso, mas insinuou apoio político ao governo uruguaio<sup>115</sup>.

No dia 2 de outubro de 1863, uma nota do chanceler da Argentina, Rufino de Elizalde, ao governo paraguaio negava o envolvimento argentino na Guerra Civil uruguaia. No dia 20 de dezembro de 1863, Solano López enviou carta a Bartolomé Mitre onde o presidente paraguaio recordava a tradicional política do Paraguai de neutralidade nas questões platinas, mas ele afirmava não ser ela absoluta e que, em caso de necessidade para a defesa da segurança paraguaia, poderia modificá-la<sup>116</sup>.

---

<sup>113</sup> MAUÁ, Barão de. Buenos Aires, 27 de março de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 138-139.

<sup>114</sup> MAUÁ, Barão de. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p.

<sup>115</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 47.

<sup>116</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 52.

Numa carta de 1º de agosto de 1863, Mauá expôs a Lamas que havia estado em audiência com Berro na tentativa de encontrar meios para pacificar a República Oriental.

Parece-me que talvez seja preferível agora aperta-lo deveras, conseguindo o seu extermínio ou emigração obrar com a máxima moderação, dando todas as garantias imagináveis ao partido *colorado* nas próximas eleições; a isto me parece ver o Sr. Berro disposto desde a primeira vez que me aproximei dele com a idéia de uma anistia geral como meio de conseguir a pacificação que lhe apresentei<sup>117</sup>.

Em 28 de agosto, o empresário brasileiro escreveu outra carta ao diplomata uruguaio e afirmou em uma passagem que “o Governo deve lançar mão de todos os meios para fazer triunfar um *grande princípio*: Flores não pode vencer.”<sup>118</sup>

Quatro dias depois, em 2 de setembro, escrevendo de Montevideú ao Ministro das Relações Exteriores do Uruguai Juan José Herrera, Mauá demonstrava estar totalmente disposto a não medir esforços para restaurar a paz no Uruguai:

Oferecemos novamente a V. Ex.<sup>a</sup> todo o meu concurso e para qualquer coisa que eu possa concorrer a fim de conseguir o grande resultado de restituir a paz a este belo país sem quebra da dignidade e do prestígio à autoridade.<sup>119</sup>

O conteúdo principal da correspondência emitida por Mauá a Lamas ao longo de 1863 é a rebelião colorada comandada por Venâncio Flores. Mauá acompanhou todos os novos fatos da guerra civil e também a atuação da diplomacia brasileira. Mas além do diplomata uruguaio Andrés Lamas, Mauá também correspondeu-se com outras importantes figuras da política platina. No dia 1º de outubro de 1863, Mauá escreveu ao general entrerriano Justo Jose Urquiza sobre a situação no Prata e convidou o argentino a colaborar para pacificar a situação política interna no Uruguai.

Perfeitamente ao fato dos grandes sucessos que se projetam nesse Rio da Prata, de combinação com o Paraguai, permita V. Ex.<sup>a</sup>. que eu faça um apelo à sua alta razão ao seu acrisolado patriotismo, ao sentido do bem e do justo que predomina sempre em um coração bem formado como o de V. Ex.<sup>a</sup>..

---

<sup>117</sup> MAUÁ, Barão de. Montevideú, 1º de agosto de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 147.

<sup>118</sup> MAUÁ, Barão de. Montevideú, 28 de agosto de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 150.

<sup>119</sup> MAUÁ, Barão de. Montevideú, 2 de setembro de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 152.

A obrigação atual da República Argentina, uma vez cimentada e garantida a paz, me parecia poder conseguir o grande desideratum do bem estar destes povos.

Admitida a forma republicana como princípio constitutivo do governo destes países, e consignando o código fundamental com que V. Ex<sup>a</sup>. dotou esta República, os dogmas mais são que a civilização tem descoberto e sancionado para garantir os direitos individuais, e o desenvolvimento das forças produtivas das sociedades; assegurado por essa lei orgânica na governação desta República o predomínio do elemento democrático, unido ao princípio da federação que deixa a cada província uma esfera de ação suficiente para por si mesma promover o seu bem-estar municipal, havia direito a esperar que se tinham conseguido fundar os alicerces de uma sociedade, que só carecia de tempo e de prática no exercício do jogo regular dos princípios constitucionais para alcançar o grande fim sem dúvida tiveram em vista V. Ex<sup>a</sup>. e os seus colaboradores na promulgação da constituição que serve de base ao regime atual de governo na República Argentina. Era claro que para se conseguir a estabilidade, e com ela o necessário prestígio das instituições, havia ainda que fazer, desde que era ainda preciso educar o povo nas práticas dessas idéias; porém o certo é que sendo bons os alicerces parecia que o edifício devia levantar-se, e conquistar para a República Argentina um risonho porvir<sup>120</sup>.

Nesta primeira parte da carta, Mauá mencionou a democracia como princípio fundamental para a construção das sociedades. A democracia seria o alicerce principal das sociedades. O povo precisava, antes de tudo, ser educado na prática da democracia. Consequentemente, a estabilidade dos povos provém do espírito democrático de seu povo. Mauá também fez menção a forma de organização política adotada pelos países platinos: a republicana federativa. E como sendo a Argentina a principal república no Rio da Prata, cabia a ela fazer todos os esforços possíveis para buscar meios para a conquista da estabilidade política dos povos platinos.

Desgraçadamente assim não acontece: de quando em quando, e com demasia freqüência, lá aparece nos horizonte destes países densa nuvem que, ameaçando desabar sobre a República medonha tempestade envolta em chuva de sangue humano, traz a perturbação aos espíritos, impede que a crença na bondade das instituições se firme, e a confiança na sua força impressione os ânimos, desaparecendo assim os benéficos resultados que delas se esperavam, sem que o governo possa, forte pela lei e em virtude da

---

<sup>120</sup> MAUÁ, Barão de. Montevideú, 1º de outubro de 1863. In: BESOUCHET, Lídia. *Mauá e seu tempo*. São Paulo: Anchieta, 1942, p. 129.

lei, proteger eficazmente a sociedade contra os maus elementos que em toda a parte existem e que é preciso serem sempre contidos para que sejam impotentes<sup>121</sup>.

Mauá lamentava o fato de existirem políticos com espíritos perturbados que não permitiam o bom desenvolvimento das instituições republicanas. Mauá classificava esses políticos como maus elementos. Para ele, o funcionamento das instituições republicanas só podia acontecer quando a lei ordenar a sociedade e a política, afastando os maus elementos do cenário político.

Não sei se a ordem de cousas estabelecidas nesta República pode ainda firmar-se resistindo com fortaleza à ação dos elementos que procuram destruí-las, sei, porém, que a ser isso possível só pode ter lugar por meio de conciliação e união de todos os homens bons, embora existam partidos ou opiniões políticas de cor diversa, pois isso só prova que infelizmente os homens, ou o espírito humano não conseguiu ainda concordar em idéias inabaláveis sobre os meios de melhor reger as sociedades mesmo as mais bem organizadas<sup>122</sup>.

Na visão de Mauá, mesmo existindo partidos políticos com opiniões diferentes, os homens bons precisavam unir esforços para construir as idéias e os meios necessários para dirigir as sociedades. Conciliação e união são os princípios chaves que Mauá acreditava serem úteis para a boa organização humana.

Se, pois, a República Argentina não conseguiu organizar-se definitivamente, porque a Constituição escrita não tem podido adquirir raízes no ânimo do povo e que o governo carece da união e cooperação de todos os bons argentinos para vencer as dificuldades que o rodeiam, segue-se que é um mau serviço ao país qualquer idéia de perturbação, sejam quais forem os pretextos que a motivem. É melhor sofrer com resignação quaisquer males temporários, do que pretender cavar um mal menor com outro maior, como será sempre o pretender convulsionar novamente o país, recurso desgraçado, que tanto mais se repete mais desmoraliza a sociedade, trazendo afinal a gangrena e, portanto, a dissolução do corpo social.

A guerra civil ou internacional, nas condições em que se acha atualmente a República Argentina, só pode acarretar males, e nenhum bem. Ela só fará que as más influências, guiadas sempre pelas paixões ruins, conquistem o predomínio que nas sociedades

---

<sup>121</sup> MAUÁ, Barão de. Montevideú, 1º de outubro de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Mauá e seu tempo*. São Paulo: Anchieta, 1942, p. 129.

<sup>122</sup> *Ibid.*, p. 129.

bem organizadas pertence à prosperidade, à inteligência cultivada, aos sentimentos generosos e humanitários, impossibilitando que os costumes nacionais se adocem, e que possa ser possível o jogo regular do sistema complicado que um bom governo dispõe, e que as instituições adquiram jamais a força necessária para poder alcançar o bem-estar da República.

Mauá reconhecia que Urquiza era o político mais influente da Argentina. Para o empresário brasileiro, Urquiza deveria interessar-se pelo estabelecimento da paz no Rio da Prata, ou seja, o poder econômico e político do general entrerriano deveria estar a serviço da paz.

Mauá também fazia questão de lembrar a Urquiza que a Argentina já tinha passado por inúmeras guerras durante uma década e que estava na hora dos argentinos pensarem no fim dos conflitos internos de seu país.

A experiência das revoluções e convulsões políticas já tem sido feita neste país em grande escala durante dez anos! É de sobra! Venham agora à superfície as idéias opostas – venha a paz estável e duradoura, e vejam se não dá a estes países melhores frutos; se não consegue aumento de população em grande escala nunca dantes observada, dedicação ao trabalho, criação de riqueza, pelo rápido desenvolvimento dos recursos naturais do país – seguindo-se o amor às instituições e o engrandecimento da República Argentina, elevando sua posição moral, intelectual, social, finalmente, conquistando-lhe uma posição distinta entre as nações cultas.

V. Ex<sup>a</sup>., o mais rico proprietário destes países, e digam o que quiserem os seus inimigos, a maior influência pessoal da República Argentina, está mais que nenhum outro cidadão interessado na Paz. Em vez de dar ouvidos, pois, aos elementos dissolventes que, desejando pescar em águas turvas, procuram insidiosamente a influência poderosa de seu nome para conseguir seus fins, ponha-se V. Ex<sup>a</sup>. com resolução e firmeza à frente da idéia de paz a todo transe! Creia V. Ex<sup>a</sup>. que semelhante manifestação de um modo claro e patente perante a nação argentina elevará seu nome dentro e fora do país, aumentando-lhe o prestígio, além de consultar visivelmente os seus verdadeiros interesses.

Como era amigo pessoal de Urquiza, Mauá o alertava para não dar ouvidos a tudo aquilo que os políticos falassem. Existiam alguns que só estavam preocupados em disseminar intrigas pelo Prata, além de distorcer certos fatos.

V. Ex<sup>a</sup>. compreenderá que esta carta é motivada pelos boatos que tem chegado ao meu conhecimento, de que se preparam novas

perturbações nestes países, e posto que eu nem de leve acredite que V. Ex.<sup>a</sup>. acolhe essas intrigas como vejo que se faz jogo com o nome de V. Ex.<sup>a</sup>. para dar corpo e força a esses boatos, achando-me, também, muito interessado na tranqüilidade de ambas as Repúblicas do Prata, e sendo de mais a mais amigo de V. Ex.<sup>a</sup>. sincero que sempre lhe falou a verdade, quando outros o enganavam com apreciações inexatas de certos fatos, animei-me a levar à presença de V. Ex.<sup>a</sup>. estas reflexões, que espero serão acolhidas com a mesma benevolência e idéias amistosas com que são escritas.

Felizmente, por este vapor, terá V. Ex.<sup>a</sup>. notícia de que rebelião se acha dominada no Estado Oriental, e destruído assim esse germe de anarquia, se conseguirá fazer desaparecer mais prontamente as idéias de novas perturbações no Rio da Prata e que eu conto seguro encontrarão da parte de V. Ex.<sup>a</sup>. a reprovação mais pronunciada”<sup>123</sup>.

No dia 12 de outubro, Mauá escreveu mais vez a Lamas afirmando que estava satisfeito com os avanços do governo uruguaio nas tentativas de acabar com a guerra civil:

Eu estou satisfeito – se o governo prosseguira com todo vigor na caça de Flores e se por desgraça não corresponderem os sucessos, este Ministério me convirá muito em qualquer conselho razoável<sup>124</sup>.

Duas semanas depois, no dia 27 de outubro, em outra carta a Lamas, Mauá fez comentários sobre suas conversas com o presidente argentino uruguaio Bernardo Berro.

Eu disse ao Sr. Berro que V. Ex.<sup>a</sup>., em suas conversas de amigo com o Sr. Mitre, o ia preparando para que o governo argentino de acordo com o do Brasil, intimassem a Flores a cessão das hostilidades contra a ordem legal da República<sup>125</sup>.

No dia seguinte, foi a vez de Mauá mandar correspondência a Herrera afirmando novamente, mas em tom de desculpas, que estava disposto a utilizar todos os recursos possíveis para manter a ordem política no Uruguai.

“V. Ex.<sup>a</sup> me desculpa, pois sabe que estou demasiado *comprometido*, arrastado por sentimentos generosos e ardentes, porém *irrefletidos* que me levarão a por em movimento todos os meus recursos para sustentar a ordem legal desta República.”<sup>126</sup>

---

<sup>123</sup> MAUÁ, Barão de. Montevideú, 1º de outubro de 1863. In: BESOUCHET, Lídia. *Mauá e seu tempo*. São Paulo: Anchieta, 1942, p. 130.

<sup>124</sup> MAUÁ, Barão de. Montevideú, 12 de outubro de 1863. In: BESOUCHET, Lídia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 153.

<sup>125</sup> MAUÁ, Barão de. Montevideú, 27 de outubro de 1863. In: BESOUCHET, Lídia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 153.

<sup>126</sup> MAUÁ, Barão de. Montevideú, 28 de outubro de 1863. In: BESOUCHET, Lídia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 154.

No mesmo dia 28 de outubro, Mauá escreveu a Lamas e expôs que “reconheço o sacrifício que também faz o senhor Herrera para meu respeito no Uruguai”<sup>127</sup>.

Três semanas depois, no dia 9 de novembro, em mais uma carta endereçada a Lamas, Mauá demonstrava certo temor de que a guerra civil pudesse gerar efeitos econômicos negativos para seu banco no Uruguai.

Tive logo uma longa e *decisiva* conversa com o Dr. Herrera e fiz-lhe ver não só o perigo para o país, mas para minha casa mesmo se aparecesse uma *complicação séria* entre as nacionalidades do Rio da Prata<sup>128</sup>.

No dia 20 de novembro, Mauá encontrava-se em Buenos Aires e escreveu ao Ministro das Relações Exteriores do Uruguai Juan José de Herrera. O conteúdo da carta eram os boatos espalhados pela imprensa colorada uruguaia sobre uma eventual renúncia de Andrés Lamas da vida pública e de seu cargo na diplomacia uruguaia, afastando a possibilidade de Lamas candidatar-se a presidência da República nas eleições de março de 1864.

Em honra de Lamas devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que foi ele ontem procurado por quase todos os *colorados* da emigração oriental que aqui existem por terem os jornais anunciados sua renúncia. Recebeu-os *muito mal*, declarando –lhes terminantemente que estava equivocados se julgavam que ele jamais se uniria a quem quer que fosse que procurasse alcançar o poder da República por outro meio que não fosse o combate leal nas eleições<sup>129</sup>.

Na carta de 3 de dezembro de 1863, outra vez destinada ao Ministro de Relações Exteriores do Uruguai Juan José de Herrera, o empresário brasileiro deixava a entender que, se a paz não fosse alcançada entre os governos do Brasil e do Uruguai, ele poderia ficar sem receber o dinheiro que emprestou ao governo oriental para a aquisição dos recursos necessários para enfrentar a guerra civil. Nesta carta Mauá também deixava transparecer a descrença, o desânimo e até uma certa amarga ironia:

Acabo de estar novamente com o amigo senhor Loureiro e me disse ter visto à noite a nota que lhe ia mandar o senhor Mármol que era declarando a V. Ex.<sup>a</sup> que, à vista de dissídia V. Ex.<sup>a</sup> em receber as duas dará por interrompidas as negociações e retira-se: o senhor

---

<sup>127</sup> MAUÁ, Barão de. Montevidéu, 28 de outubro de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 155.

<sup>128</sup> MAUÁ, Barão de. Montevidéu, 9 de novembro de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 159.

<sup>129</sup> MAUÁ, Barão de. Buenos Aires, 20 de novembro de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 163.

Loureiro porém fez-lhe voltar à razão resolvendo afinal mandar uma nota polida – que já lhe foi enviada – devolvendo-lhe as duas notas; qualquer passo menos prudente a respeito da questão é um rompimento de relações seguido de guerra. Esta é a verdade da situação. Se o governo oriental tem exército forte, esquadra suficiente, ou alianças seguras, além de recursos pecuniários indispensáveis para o estado de guerra, nada tenho a dizer; se, porém, não tem nada disto, permita-me que mais uma vez a voz do amigo sincero se faça ouvir. A missão dos governos é salvar as sociedades e não conduzi-las ao abismo.

Sem o apoio do Brasil a favor de um dos contendores, a guerra no rio da Prata será *duradoura*, conduzindo ao barbarismo<sup>130</sup>.

No dia seguinte, 4 de dezembro, Mauá enviou outra carta ao Ministro Herrera, na qual afirmava que buscava intermédio junto a legação brasileira em Montevideu para conseguir todos os recursos necessários para vencer a anarquia interna no Uruguai provocada pela revolta colorada.

Por intermédio da legação brasileira que ali se acha hoje novamente instalada, ofereço a V. Ex<sup>a</sup> fazer tudo quanto puder para que a paz entre os dois países não seja alterada pois isto será o fiasco de todos os esforços, pois além de suprir o governo legal desta República de todos os recursos pecuniários de que necessitava para vencer a anarquia, foi aquele objeto imediato que tive em vista quando saí do Rio de Janeiro para vir fixar aqui temporariamente a minha residência<sup>131</sup>.

Ao longo de 1863, Mauá manteve intenso contato com governantes e diplomatas platinos através de conversas e, principalmente, por meio de correspondências. O ano terminara e Mauá não viu seus esforços transformados na concretização da paz no Uruguai. A revolta de Flores ganhava cada vez mais adeptos entre os estancieiros rio-grandenses residentes no Uruguai e, a partir do início de 1864, o governo brasileiro acenava, cada vez de forma mais clara, que apoiaria os colorados rebelados contra o governo legal uruguaio.

O ano de 1863 ficou marcado na História da política exterior do Brasil pela questão inglesa, a famosa Questão Cristhie, que teve como principal consequência o rompimento das relações diplomáticas entre o Império do Brasil e a Inglaterra em maio de 1863.

---

<sup>130</sup> MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Mauá e seu tempo*. São Paulo: Anchieta, 1942, p. 128.

<sup>131</sup> MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 169.

Os problemas diplomáticos com a Inglaterra iniciaram-se em dezembro de 1861, quando o navio inglês *Prince of Wales*, que transportava mercadorias para o Uruguai, naufragou no litoral gaúcho. Parte da carga, que havia sido salva e conduzida a terra, desapareceu. Christie responsabilizou os brasileiros pelo acontecimento e exigiu do governo brasileiro indenizações para o dono do navio mercante, para os familiares dos marinheiros que morreram e punição para os funcionários brasileiros que registraram o caso do desaparecimento do *Prince of Wales*. Ao todo, a indenização custaria aos cofres do Brasil 6000 libras esterlinas.

Outro episódio que contribuiu para agravar o relacionamento diplomático entre Brasil e Inglaterra ocorreu no dia 2 de julho de 1862. Nesse dia, três oficiais do navio mercante inglês *Fort*, embriagados e em trajes civis, foram presos por importunarem mulheres, chutarem escravos e desacatarem policiais na cidade do Rio de Janeiro. Christie protestou novamente. Pediu a demissão dos responsáveis pela prisão dos oficiais ingleses, desculpas públicas do governo brasileiro e ameaçou tomar sérias medidas contra o governo brasileiro.

Diante da recusa do governo brasileiro em atender as exigências inglesas e de não pagar a indenização do *Prince of Wales*, Christie ordenou, no dia 31 de novembro de 1862, o comandante da esquadra inglesa no Rio de Janeiro a bloquear o porto da cidade e prender todos os navios brasileiros que chegassem. Entre 31 de novembro de 1862 e 5 de janeiro de 1863, cinco navios mercantes brasileiros foram apreendidos pelos ingleses na baía de Guanabara. Esses atos da marinha inglesa provocaram revolta na população carioca. Enfurecidos, no dia 31 de dezembro de 1862, os cariocas saíram às ruas protestando contra os ingleses e ameaçaram atacar o Consulado inglês no Rio de Janeiro. A diplomacia brasileira exigiu do governo inglês pedido formal de desculpas pelas atitudes arrogantes do embaixador Christie.

No dia 26 de fevereiro de 1863, o Brasil pagou, sob protesto, a indenização do navio *Prince of Wales* e Christie acabou retornando à Inglaterra. Três meses depois, no dia 25 de maio, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra devido à ausência de desculpas formais do governo inglês pelos atos de Christie.

O pagamento da indenização do *Prince of Wales* mostrou certa impotência do governo imperial no plano externo diante de uma grande potência como a Inglaterra. Para a opinião pública, a questão inglesa soou como humilhação, demonstrando a inabilidade do Partido Liberal para lidar com questões internacionais. Intervir no Prata apresentou-se, então, como uma oportunidade para os liberais recuperarem a dignidade nacional.

O reatamento das relações diplomáticas com a Inglaterra ocorreu somente em setembro de 1865, durante a Guerra do Paraguai. Precisamos lembrar que a guerra civil uruguaia e a intervenção brasileira naquele conflito ocorreu justamente durante o período em que o Brasil estava rompido diplomaticamente com a Inglaterra. Dessa forma, as atenções da diplomacia brasileira voltaram-se principalmente para as questões platinas.

No começo do ano de 1864, a situação interna tanto no Uruguai quanto no Brasil radicalizou-se.

Desde o início desse ano, o Uruguai absorve as atenções do Parlamento. O problema não é novo, aliás é bem remoto. Há muitos anos declinavam-se aí repetidos impropérios contra as violências sofridas por brasileiros lá residentes, e mais recentemente multiplicavam-se as queixas pelo não atendimento das reclamações brasileiras pelos prejuízos de guerra. A evolução, com a hostilidade de Berro, e a guerra civil vão contribuir para agravar o quadro geral. O elemento novo está nas atitudes do governo uruguaio, porquanto as queixas acima referidas repetiam-se no passado e vão repetir-se, da mesma forma, até o final do Império<sup>132</sup>.

As queixas de violências contra os brasileiros no Uruguai cresciam cada vez mais. Os parlamentares exigiam do governo imperial uma rápida solução desse problema.

No dia 15 de janeiro de 1864, Zacarias de Góes e Vasconcellos retornou à presidente do Conselho de Ministros no Brasil e uma nova política externa foi formulada por esse governo<sup>133</sup>.

Com a guerra civil em andamento no Uruguai, não foi possível a realização de novas eleições no país. Diante dessa situação, o presidente do Senado, o blanco Atanásio de la Cruz Aguirre, assumiu, em 1º de março de 1864, o Executivo uruguaio e deu prosseguimento na luta contra a revolta dos colorados.

O governo imperial continuou a pressionar o novo governo de Montevideú a buscar soluções para o problema das reclamações referentes a violências e abusos sofridos por brasileiros residentes na Banda Oriental. Para o gabinete imperial, o governo uruguaio estava sendo condescendente e era co-responsável pelas agressões sofridas por cidadãos brasileiros no território do país vizinho. Enquanto isso, estancieiros rio-grandenses que viviam no

---

<sup>132</sup> CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 98.

<sup>133</sup> Zacarias de Góes e Vasconcelos foi chefe do Gabinete de Ministros por três ocasiões: sua primeira passagem como chefe do Gabinete foi curta, apenas uma semana, de 24 de maio até 30 de maio de 1862. O segundo Gabinete Zacarias tomou posse no dia 15 de janeiro de 1864 e caiu em 31 de agosto de 1864. Já o terceiro Gabinete Zacarias atuou durante a Guerra da Tríplice Aliança. Esta última passagem de Zacarias pela chefia do Gabinete dos Ministros foi a mais longa, estendeu-se de janeiro de 1866 até julho de 1868.

Uruguai, afirmavam que o general colorado Venâncio Flores era respeitador das propriedades e da integridade física dos brasileiros.

Por esses motivos, a grande maioria dos brasileiros com propriedades no Uruguai dava seu apoio aos colorados. Esses brasileiros foram reclamar para o governo imperial que vinham sofrendo perseguições e violências desde que o governo blanco de Bernardo Bernardo assumiu o poder em 1860<sup>134</sup>. No entanto, o presidente Atanásio Aguirre, sucessor de Bernardo Berro, aprofundou ainda mais as divergências com o governo brasileiro principalmente em razão do apoio dado pela Marinha imperial brasileira a Venâncio Flores.

No mês de abril de 1864, o estancieiro rio-grandense Antonio de Souza Neto foi ao Rio de Janeiro, com uma lista de reclamações dos pecuaristas rio-grandenses instalados no Uruguai. A lista continha denúncias de desordens na fronteira e de abusos de funcionários e soldados do governo uruguaio contra cidadãos brasileiros. Os rio-grandenses solicitavam apoio militar do governo imperial para fazer frente aos desmandos uruguaio. Além disso, os estancieiros rio-grandenses sentiam-se prejudicados pelas novas medidas econômicas adotadas pelo governo do presidente Bernardo Berro.

No parlamento brasileiro, muitos deputados, a maioria deles liberais, defendiam uma intervenção enérgica do governo brasileiro no Uruguai para fazer valer os direitos dos brasileiros residentes naquele país. Deputados enumeravam e descreviam fatos em que brasileiros eram mortos, decapitados, espancados ou açoitados por agentes da polícia do governo uruguaio.

Segundo Amado Cervo,

entre 1856 e 1860, o pensamento político brasileiro, aplicado às relações exteriores, atravessam uma fase em que se chocam duas tendências antagônicas: a corrente neutralista, conduzida por Limpo de Abreu, Olinda e Montezuma é posta em cheque pela “política americanista”, implantada por Paulino José Soares de Souza, que desenvolveu a corrente intervencionista no Prata<sup>135</sup>.

O que se discutia no parlamento brasileiro no início da década de 1860 era a necessidade de reorientar a política externa brasileira no Rio da Prata, ou seja, a formulação de novas diretrizes de atuação da diplomacia brasileira na região platina. Uma política externa mais ativa nos assuntos políticos e econômicos de interesse brasileiro naquela região. Era o momento de deixar de lado a política neutralista dos últimos quatro anos e intervir

---

<sup>134</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 68.

<sup>135</sup> CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 132.

diplomaticamente para fortalecer a presença brasileira no Rio da Prata. Todavia, apesar de grande parte dos parlamentares terem consciência da superioridade brasileira frente o Uruguai, falava-se muito em guerra, porém, não existia belicosidade dominante nos espíritos, pelos menos no início da década<sup>136</sup>.

A ala parlamentar defensora de uma intervenção mais enérgica no Uruguai, justificava a necessidade da nova política externa pelo fato do Uruguai ter-se negado a ratificar o Tratado de Exatradiação, forçando o Brasil a suspender o Tratado de Comércio (de 4 de setembro de 1857). Para os intervencionistas, o episódio evidenciava a má vontade uruguaia, e a resposta brasileira deveria ser a exigência “por ato de vigor”, de sua ratificação. A conclusão dos intervencionistas reforçava sua tese de que a política brasileira no Prata havia sido até aquele momento fraca e aviltante. Dessa forma, urgia dar-lhe um caráter mais vigoroso, consistente e digno, que fizesse valer os direitos prejudicados e suscitasse o respeito devido<sup>137</sup>.

Para o gabinete imperial, que no momento era formado pelos liberais e chefiado por Zacarias, a intervenção no Uruguai atenderia não só a objetivos de Estado, como também se apresentava útil na luta política interna, ao levantar o prestígio dos liberais, comprometidos ante a opinião pública pela humilhação imposta pela questão inglesa de 1863<sup>138</sup>. Para os liberais, era o momento de uma forte intervenção brasileira no Uruguai.

---

<sup>136</sup> CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 134.

<sup>137</sup> CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p.135.

<sup>138</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 56.

## **CAPÍTULO 5**

### **Mauá e a Missão Saraiva**

O Gabinete Zacarias temia perder o controle da situação, tendo em vista a possibilidade de os estancieiros gaúchos tomarem a iniciativa de, aliados aos colorados, fazer guerra a Montevideú por se sentirem desamparados pelo Rio de Janeiro na defesa de seus interesses. Tal fato poderia reavivar os sentimentos rio-grandenses contra o governo imperial quando ainda era forte a lembrança da tentativa secessionista da Farrroupilha.

O governo brasileiro designou o deputado liberal José Antonio Saraiva para uma missão especial no Rio da Prata. As instruções dadas a Saraiva pelo governo eram no sentido de exigir do governo uruguaio o respeito aos direitos dos brasileiros residentes no país, a punição dos funcionários uruguaiois que teriam abusado de sua autoridade e que se indenizassem os brasileiros que tiveram suas propriedades lesadas por uruguaiois. O governo brasileiro afirmava que a missão brasileira pretendia obter reparações do presidente Atanásio Aguirre para os “agravos” sofridos por cidadãos brasileiros no Uruguai. Inicialmente, Saraiva deveria estabelecer negociações com os governantes uruguaiois com o objetivo de ganhar tempo, enquanto era organizada e distribuída a força militar imperial na fronteira. A missão Saraiva era uma estratégia utilizada pelo governo brasileiro no sentido de criar condições para justificar uma possível invasão armada no país vizinho, que teria como objetivo maior enfraquecer politicamente o Partido Blanco.

Na realidade, a missão Saraiva representava uma espécie de ultimato ao governo uruguaio, uma espécie de último apelo amigável do governo brasileiro ao governo uruguaio de Atanásio Aguirre.

Os principais pontos do ultimato eram os seguintes:

- 1º Que o governo da república faça efetuar o devido castigo, senão de todos, ao menos daqueles criminosos reconhecidos que passeiam impunes, ocupando até alguns postos no exercito oriental, ou exercendo alguns cargos civis no Estado;
- 2º Que sejam imediatamente destituídos e responsabilizados os agentes de polícia que tem abusado da autoridade de que se acham revestidos;
- 3º Que se indenize completamente a propriedade que, sob qualquer pretexto, tenha sido extorquida aos brasileiros pelas autoridades civis ou militares da república;
- 4º Finalmente que sejam postos em plena liberdade todos os brasileiros que houverem constrangidos aos serviços das armas da República<sup>139</sup>.

---

<sup>139</sup> Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, 1864.

Em abril de 1864, quando o governo brasileiro designou o deputado José Antonio Saraiva para a missão de entendimento com as autoridades uruguaias em favor das queixas dos brasileiros riograndenses, o Barão de Mauá, não ficou parado e resolveu agir:

No dia da partida de Saraiva, 20 de abril de 1864, Mauá publicou um artigo no *Jornal do Commercio* dizendo que a política brasileira era equivocada, que resultaria numa guerra e que esta guerra seria um erro. Reafirmou que trabalharia pela paz, e tratou de fazer isso a seu modo. Foi falar com Saraiva antes da partida, tentando convencê-lo a trabalhar contra as ordens do gabinete brasileiro<sup>140</sup>.

O artigo de Mauá surtiu efeito. Saraiva até concordou com os argumentos de Mauá, mas precisava cumprir as ordens do gabinete governamental brasileiro. A partida de Saraiva foi adiada por uma semana. Todavia, o deputado foi obrigado a cumprir as instruções do governo brasileiro. No dia 27 de abril de 1864, finalmente Saraiva seguiu para o Rio da Prata acompanhado pelo deputado e secretário Aureliano Cândido Tavares Bastos. Os dois foram escoltados por navios da esquadra da Marinha Imperial brasileira, sob o comando do Vice-Almirante Tamandaré.

Os governos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires empenhariam-se na solução de colocar fim na guerra civil uruguaia e restabelecer a paz na Banda Oriental. Esse trabalho de tentar trazer de volta a paz interna no Uruguai seria coordenado por José Antonio Saraiva que seguira em importante missão ao Prata, com o pretexto de obter reparações pelas violências praticadas contra os brasileiros residentes no Uruguai, mas, na realidade, seu fim era restabelecer maior presença brasileira no Rio da Prata e salvaguardar aí os interesses comerciais, que respondiam às necessidades nacionais.

Na bagagem, José Antonio Saraiva levava uma relação de reclamações, imposições de garantias e indenizações a serem cumpridas pelo governo uruguaio. Em caso de não serem atendidas, estas seriam garantidas diretamente pelas tropas brasileiras. Segundo Doratioto,

A própria intervenção brasileira no Uruguai, planejada pelo governo imperial para ser uma prova de força, constituiu-se em demonstração de fraqueza, devido à dificuldade e à demora em mobilizar a tropa.

Paranhos passou a defender que o governo imperial agisse de acordo com as exigências feitas por Saraiva e que não deveria recuar ante as bravatas de Montevideu e de Assunção.

Quanto a Mitre, é impropriedade afirmar que não tivesse conhecimento da política implementada por Elizalde, a qual

---

<sup>140</sup> CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 402.

buscava uma hegemonia compartilhada entre o Império e a Argentina no Prata”<sup>141</sup>.

O governo brasileiro passara a simpatizar com a causa de Flores, pois este general uruguaio concordava e apoiava as reclamações brasileiras contra os abusos e violências do governo blanco na fronteira entre Brasil e Uruguai. O Barão de Mauá não ficou parado diante da eminência de uma nova grande guerra civil no Estado Oriental. Pensou que precisava fazer alguma coisa salvar seus negócios e a economia do governo uruguaio, pois ainda era o maior credor do governo daquele país naquele momento. Evitar conflitos militares maiores passou a ser o maior objetivo de Mauá. Isso é claramente verificável em sua correspondência com Andrés Lamas.

Mauá era dono de uma fazenda de 160 mil hectares de terra no Uruguai. Criava gado e até mentalizou que podia vender sua carne para alimentar as tropas brasileiras. Por outro lado, Mauá não via com bons olhos a Missão Saraiva. Receava sobre as possíveis conseqüências negativas que esta missão poderia provocar, principalmente sob seus negócios no Uruguai.

No dia 20 de abril de 1864, Mauá escreveu um artigo que foi publicado dois dias depois no *Jornal do Commercio*:

A missão especial do Sr. Conselheiro Saraiva – Do alto da tribuna parlamentar foi o ministério interpelado acerca das graves ocorrências que se têm dado ultimamente nas regiões do Prata: – nada mais natural nem mais legítimo. Ausente da capital nessa ocasião, vi-me inibido de emitir francamente o meu juízo a tal respeito, e não querendo, passada a oportunidade, tomar tempo à Câmara a que tenho a honra de pertencer, mormente agora que ela se acha ocupada nas discussões das leis anuais, de que depende a marchada alta administração pública, recorro á imprensa para dar a conhecer o meu modo de pensar, a fim de que não se diga que não tenho a coragem das minhas opiniões.

Sou daqueles que pensam dever o Brasil exercer no Rio da Prata a influência a que lhe dá direito sua posição de primeira potência da América do Sul; o fato de serem as fronteiras do Império limitadas pelas repúblicas do Prata; os interesses comerciais que a elas nos ligam, avultados na atualidade e suscetíveis ainda de extraordinário desenvolvimento; a circunstancia excepcional de habitar na República Oriental do Uruguai um grande número de brasileiros, cujos interesses legítimos é rigoroso dever do governo Imperial proteger e amparar; tudo o que, reunido, constitui um interesse

---

<sup>141</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 63.

nacional de primeiro ordem que não pode deixar de ser atendido em todas as épocas e em qualquer ocasião<sup>142</sup>.

Nesta primeira parte do artigo, Mauá falava da influência que o Brasil deveria assumir como sendo a maior potência sul-americana. O Brasil estava fortemente ligado ao Prata não apenas por fazer fronteira com a Argentina e o Uruguai, mas principalmente pelos interesses comerciais que ligavam os três países. Além disso, muitos brasileiros residiam e possuíam propriedades no Uruguai. Para Mauá, o governo imperial sempre deveria prestar amparo e defender os interesses nacionais.

Já se vê, pois, que repito essa política tão apregoada nestes últimos anos, de abstração completa e absoluta nos negócios do Rio da Prata. Os que a seguem não refletem que não podemos mudar a nossa posição geográfica; os vizinhos que temos ao sul do Império são aqueles que os altos desígnios da Providência aí colocaram. O Brasil não adota a política da China ou do Japão, pretende e deseja conviver com todos os povos cultos e entreter com eles essas relações de fraternidade e de interesses recíprocos que a civilização aconselha a manter na época atual; como, pois, excluir dessa comunhão os seus mais próximos vizinhos?

É, pois, para mim, motivo da mais viva satisfação ver que o Brasil desperta afinal do letargo em que parecia engolfado, em presença da nefanda rebelião que, assolando as campinas da República do Uruguai, fez perigar os interesses e a própria vida dos nossos compatriotas que em grande número habitam nessa República.

Fui talvez o primeiro brasileiro que, ao romper da guerra civil do Estado Oriental, se dirigiu ao governo Imperial pedindo com a maior instância que alguns vasos de nossa esquadra reforçassem a divisão naval do Brasil nas águas do Rio da Prata e que um exército de observação se movesse sobre a respectiva fronteira. Era tão fácil de prever que a invasão Flores poria em risco os valiosos interesses e, porventura, a existência dos brasileiros, e portanto, se desde logo não fossem tomadas as medidas preventivas que eu reclamava, que mais tarde seria o governo Imperial forçado a intervir em satisfação a esses mesmos interesses<sup>143</sup>.

Mauá sentia-se como um pioneiro ao afirmar que talvez tenha sido o primeiro brasileiro a falar diretamente com o governo imperial sobre medidas preventivas, em um exército de observação na fronteira entre Brasil e Uruguai, com o objetivo de evitar conflitos armados de maiores proporções.

---

<sup>142</sup> A missão especial do Sr. Conselheiro Saraiva. *Jornal do Comércio*, 22 de abril de 1864. In: GANNES, Cláudio. *Visconde de Mauá*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1998, p. 111.

<sup>143</sup> A missão especial do Sr. Conselheiro Saraiva. *Jornal do Comércio*, 22 de abril de 1864. In: GANNES, Cláudio. *Visconde de Mauá*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1998, p. 111.

Seria eu, pois, contraditório comigo mesmo se censurasse a presença de mais alguns navios de guerra brasileiros no Rio da Prata e de um exército de operações na fronteira do Rio Grande; o que eu lastimo é que a política do meu país em relação aos nossos vizinhos continue a ser a mesma política de movimentos desencontrados, sem ponto fixo, sem idéias claras e definidas, sem um pensamento altamente manifestado e que, conciliando nossos interesses nacionais e nossos deveres para com esses vizinhos, nos conquiste no Rio da Prata a posição, a estima e o respeito a que temos jus<sup>144</sup>.

Mauá dirigiu-se ao governo pedindo reforço de guerra da marinha em termos de prevenção aos possíveis danos que a rebelião armada de Flores pudesse representar naquele momento. O objetivo principal de Mauá era alertar o governo brasileiro para guarnecer as fronteiras brasileiras. No decorrer do artigo, ele começou a declarar sua lástima com a nova política intervencionista brasileira no Prata.

Lastimo que a intervenção agora anunciada tenha lugar sob a pressão de exageradas declarações, sobre fatos mencionados nos relatórios destes últimos dez anos e sobre outras ocorrências em que nem sequer é respeitada a verdade, para melhor se envenenar o espírito público e fomentar o ódio de raças debuxado nesse sangrento passado que, aliás, está nos interesses, nas conveniências, e na moralidade de ambos os países, fazer esquecer<sup>145</sup>.

Para Mauá, as denúncias de abusos de poder e de violências praticadas por autoridades uruguaias contra os rio-grandenses residentes no Estado Oriental eram exageradas e muitas delas até falsas. A conseqüência dessas exageradas reclamações dos estancieiros rio-grandenses era o aumento do ódio entre blancos e colorados.

Lastimo ainda que o Brasil apareça no Rio da Prata, não na atitude elevada e digna de uma Nação vizinha, poderosa e amiga, que procura aconselhar, guiar e conduzir a bom caminho, os espíritos inquietos e desvairados que ali perturbavam a paz pública e que são a verdadeira causa dos sofrimentos dos brasileiros, mas sim como, ares de ameaça que para mim, que conheço de perto os nossos vizinhos, podem ser fatais às negociações que pretende entabular<sup>146</sup>.

Para ele, o Brasil deveria agir como mediador das boas relações e da cooperação entre as nações sul-americanas. Essa deveria ser a postura da maior país da América do Sul.

---

<sup>144</sup> A missão especial do Sr. Conselheiro Saraiva. *Jornal do Comércio*, 22 de abril de 1864. In: GANNS, Cláudio. *Visconde de Mauá*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1998, p. 111.

<sup>145</sup> A missão especial do Sr. Conselheiro Saraiva. *Jornal do Comércio*, 22 de abril de 1864. In: GANNS, Cláudio. *Visconde de Mauá*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1998, p. 111.

<sup>146</sup> *Ibid.*, p.111.

Mauá continuou seu artigo expondo sobre valores que ele considerava fundamentais para as relações diplomáticas: política ilustrada, pensamento conciliador, generoso e magnânimo.

Quanto a mim, o Brasil tem para com o Rio da Prata e para com todas as demais nações fracas, que nos rodeiam, uma grande, nobre e elevada missão a desempenhar. Não basta que a política do governo Imperial seja fundamentalmente pacífica, como sei que é,; é preciso, é indispensável que uma política ilustrada, um pensamento conciliador, generoso e magnânimo, presida os atos do governo brasileiro em relação a esses países, para que se apertem os laços que no unem, e se multipliquem as relações de mútuo interesse e benevolência que convém subsistam entre povos vizinhos e irmãos. As nações, bem como os indivíduos, tem tanto mais responsabilidade moral pelos atos que praticam quanto maior é a força de que dispõem<sup>147</sup>.

Política pacífica, de apaziguamento, de conciliação, relações de mútuo interesse. Esses são os princípios de política externa que Mauá defendia para que fossem utilizados na formulação da política brasileira para o Prata. Ele defendia também que esses princípios servissem como norteadores da ação diplomática brasileira. Segundo Mauá, era a prática desses princípios que dariam maior força para a diplomacia brasileira exigir o cumprimento dos tratados assinados entre Brasil e Uruguai, levando-se sempre em conta a busca pelo bom entendimento entres os dois povos.

O Brasil, colocado em posição tão alta na América meridional, não deve, não pode lançar-se no caminho a que o querem arrastar os espíritos inquietos, idéias de exagerada apreciação de nossa força, e mesmo as ruins paixões e interesses ilegítimos que, às vezes, acobertados com o manto sagrado do patriotismo, impelem os corações generosos a praticar atos que não resolvem as dificuldades, que podem mesmo complicá-las, aumentá-las extraordinariamente<sup>148</sup>.

O perfil de diplomacia defendido por Mauá estava alicerçado na primazia das relações que visavam o bom senso. Segundo Renouvin, “a ciência da diplomacia se junta uma

---

<sup>147</sup> A missão especial do Sr. Conselheiro Saraiva. *Jornal do Comércio*, 22 de abril de 1864. In: GANNNS, Cláudio. *Visconde de Mauá*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1998, p. 112.

<sup>148</sup> A missão especial do Sr. Conselheiro Saraiva. *Jornal do Comércio*, 22 de abril de 1864. In: GANNNS, Cláudio. *Visconde de Mauá*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1998, p. 112.

arte, onde entram em jogo a experiência, a habilidade, o senso dos homens, a lucidez, assim como a imaginação, a constância e a força de caráter<sup>149</sup>.

O artigo de Mauá buscava demonstrar para os defensores da intervenção no Uruguai de que a missão Saraiva era um erro diplomático, que traria agravamentos nas relações do Brasil com os países platinos.

Se, porém, a política do governo Imperial tem sido até aqui, com raras intermitências, vacilante, inconseqüente, e não poucas vezes irrefletida, dando lugar às amargas decepções que tem justamente magoado o coração de todos os bons brasileiros – é-nos dado esperar que o distinto estadista, o Sr. Conselheiro Saraiva, talento varonil, prudente e refletido, munido de instruções adequadas, vá agora inaugurar no Rio da Prata uma nova era política do Brasil<sup>150</sup>.

Mauá sabia que o deputado José Antonio Saraiva partiria ao Prata em missão para cumprir ordens do governo imperial. O empresário reconhecia a dignidade do diplomata brasileiro para aquela missão, porém não concordava com as instruções do governo imperial dadas a Saraiva para serem colocadas em prática no Uruguai.

Sem desconhecer o merecimento não vulgar do digno diplomata que nos representa em Montevidéu, cumpre admitir que o nosso enviado, uma das colunas do partido dominante, possuindo sem dúvida a confiança íntima do governo, está mais que ninguém no caso de bem interpretar as vistas do governo, a quem dispensa um apoio firme e decidido.

Aqueles que, como eu, jamais duvidaram da lealdade da política brasileira no Rio da Prata, embora por mais uma vez tivessem de deplorar os erros dessa política, aguardam com ansiedade o seu desenvolvimento na nova fase que assume. Oxalá que a título de proteger os interesses brasileiros, não se comprometam ainda mais esses mesmos interesses.

Nada exigir que não seja justo e razoável, é o segredo do bom êxito que cordialmente desejo á missão árdua e difícil, confiada à ilustração e patriotismo do Sr. Conselheiro Saraiva”<sup>151</sup>.

Na visão de Mauá, o governo imperial não estava defendendo os interesses nacionais através da política de intervenção no Uruguai. O que o governo do Império

---

<sup>149</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste; RENOUVIN, Pierre. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, p. 442.

<sup>150</sup> A missão especial do Sr. Conselheiro Saraiva. *Jornal do Comércio*, 22 de abril de 1864. In: GANNS, Cláudio. *Visconde de Mauá*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1998, p. 112.

<sup>151</sup> A missão especial do Sr. Conselheiro Saraiva. *Jornal do Comércio*, 22 de abril de 1864. In: GANNS, Cláudio. *Visconde de Mauá*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1998, p. 112.

brasileiro estava fazendo era defender os interesses econômicos de estancieiros rio-grandenses.

As pressões de Mauá sobre a diplomacia brasileira chocavam-se contra os interesses econômicos dos estancieiros brasileiros no Uruguai. Esses dois grupos de pressão eram brasileiros e tinham interesses diferentes. Mauá era contra a Missão Saraiva. Os estancieiros do sul do Brasil, além de serem favoráveis à intervenção armada no Uruguai, engrossavam as fileiras de Flores. Segundo Alberto Faria,

A revolução de Flores metia medo a muitos, ele não o fez hesitar. De acordo com a sua lealdade à amizade pessoal do Presidente da República e de alguns de seus partidários, estava também a política imperial, que lhe cumpria secundar; o Gabinete de São Cristóvão sustentava, como era natural, o governo constituído do Uruguai”. Era contra a revolução, estava de acordo com a orientação do governo do seu país e ei-lo, em Montevideu, à frente do povo, para arriscar a sua tranqüilidade e para ir à casa do governo oferecer os recursos pecuniários de que carecesse.

Mais tarde dir-se-á em Montevideu e em Buenos Aires que o dinheiro de Mauá custava caro e dir-se-á também no Brasil, em discursos célebres pela voz que os pronunciou que ele forneceu dinheiro para matar brasileiros; Mauá agiu contra o governo brasileiro, que dava seu apoio a Mauá no Uruguai, Mauá perde o apoio do governo imperial; conseqüências contra os interesses de Mauá no Prata.

Mauá, sozinho, resolveria a crise de dinheiro do governo legal do Uruguai. Nesse mesmo ano de 1863, em 13 de dezembro, assinava com o governo de Bernardo Berro um contrato de empréstimo em que se obrigava a emprestar até 6.000.000 de pesos a 6% que seriam fornecidos à proporção das necessidades da guerra, tendo a garantia de 3% adicionais sobre a importação e 2% sobre a exportação.

A vitória do general Flores contra o governo legal da República Oriental do Uruguai, era impossível sem o auxílio das armas do Império, dizia Mauá; esse auxílio veio conjugado com o apoio argentino; Flores triunfaria<sup>152</sup>.

Ainda em abril de 1864, o governo argentino enviou ao Rio de Janeiro José Mármol, com a tarefa de evitar possíveis mal-entendidos entre a Argentina e o Brasil sobre os respectivos interesses dos dois países na evolução do quadro político uruguaio.

No dia 14 de maio de 1864, Juan José Herrera, ministro das Relações Exteriores do Uruguai e José Antonio Saraiva mantiveram uma longa conferência. Na oportunidade, o

---

<sup>152</sup> FARIA, Alberto de. *Irineu Evangelista de Sousa: Barão de Mauá (1813-1889)*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958, p. 431.

conselheiro expôs as reclamações e as exigências do Império e sondou as intenções e as possibilidades do governo oriental em poder atendê-las.

Já no Uruguai, em Montevideú, José Antonio Saraiva convenceu-se, porém, de que o Brasil atingiria seus objetivos no Uruguai, garantindo vidas e propriedades dos brasileiros, e promovendo a paz interna no Estado oriental. A paz imaginada por Saraiva implicaria numa reestruturação do governo uruguaio, com o afastamento dos elementos que se opunham aos interesses brasileiros e a incorporação de colorados ao ministério. Saraiva tinha autorização do governo imperial para buscar meios de promover a pacificação no Estado Oriental.

No dia 6 de junho, Rufino de Elizalde, ministro das Relações Exteriores da Argentina, Edward Thornton, representante inglês na Argentina e o representante uruguaio em Buenos Aires, Andrés Lamas, desembarcaram em Montevideú. No mesmo dia 6, os enviados argentino, brasileiro (Saraiva) e britânico encontraram-se com o presidente do Uruguai Atanásio Aguirre e expuseram a absoluta necessidade de pacificação do Uruguai. Para superar eventuais dúvidas desse presidente quanto à sinceridade da mediação da Argentina e do Brasil, a presença de Thornton servia para avalizar a iniciativa. As exigências brasileiras apresentadas ao governo uruguaio também tinham relação com a Guerra Civil.

No dia 16 de junho, os negociadores chegaram ao acampamento de Flores em Puntas del Rosario. Imediatamente, ficou estabelecido um armistício na Guerra Civil. Dois dias depois, em 18 de junho, ocorreu a famosa Conferência de Puntas del Rosario, na qual Saraiva e Thornton anotaram as exigências para a paz de Flores, enquanto Elizalde fazia o mesmo em relação aos dois representantes de Aguirre. Flores exigia mudanças no ministério uruguaio, afastando titulares blancos radicais e incorporando políticos colorados. Foi até redigido o texto de um acordo de paz, no qual Aguirre aceitava todas as exigências de Flores. Quando todos consideravam a paz um fato consumado, Aguirre recuou e afirmou que somente consideraria a possibilidade de alterar o ministério após a desmobilização das forças coloradas. Flores revoltou-se contra o recuo de Aguirre e retomou as atividades bélicas, dando continuidade a guerra civil.

No mês de junho de 1864, Mauá partiu para uma viagem de dois anos na Inglaterra com o objetivo de verificar pessoalmente seus negócios na Europa. Em 1864, seu principal escrito sobre a conjuntura no Prata é o artigo publicado no Jornal do Comercio no dia 22 de abril de 1864, dia da partida de Saraiva ao Uruguai.

No dia 22 de agosto de 1864, em Buenos Aires, Saraiva e Elizalde assinaram protocolo no qual declararam ser a paz no Uruguai indispensável à solução das divergências

desse país com a Argentina e o Brasil. O governo argentino e o brasileiro reconheceram, mutuamente, liberdade para agir em relação a Montevidéu, respeitadas a integridade territorial e a independência do Estado Oriental. Argentina e Brasil prometeram auxílio mútuo nos esforços de cada um para solucionar as respectivas questões com o governo de Aguirre.

No dia 30 de agosto de 1864, o presidente uruguaio Atanásio Aguirre rompeu relações diplomáticas com o Brasil. No dia seguinte, caiu o gabinete Zacarias e o senador Francisco José Furtado foi escolhido pelo Imperador para ser o novo presidente do Gabinete de Ministros. Uma semana depois, em 7 de setembro de 1864, governo imperial ordenou que as tropas brasileiras ocupassem a vila de Salto e também de Paissandu. Em 12 de outubro, as tropas brasileiras finalmente entraram no Uruguai.

Pressionado de todos os lados, contando apenas com o apoio financeiro isolado do Barão de Mauá, o governo blanco buscou o apoio do Paraguai, de onde supôs poder chegar o último socorro possível. O presidente Aguirre pertencia ao setor militar do Partido Blanco. Esta corrente interna do partido defendia forte resistência tanto à política do Brasil quanto à do governo argentino e acreditava em uma futura ajuda do presidente paraguaio Francisco Solano López e da máquina bélica guarani.

Os esforços do governo de Berro, visando estabelecer com Solano López uma conexão política e comercial, parecia que frutificariam, porque correspondiam às necessidades objetivas tanto no Uruguai quanto no Paraguai. O Uruguai tinha os portos. O Paraguai, as armas. Ademais, o Paraguai já pleiteara, em 1863, que o Uruguai lhe desse, nas questões internacionais, a parte mais honrosa e respeitável em relação aos demais governos e escrevera a Mitre, admoestando-o por causa do apoio de Buenos Aires à sublevação de Flores<sup>153</sup>.

Para o governo blanco, a rebelião de Flores estava vinculada ao interesse geopolítico platino. Flores reagiu ao processo de construção da nacionalidade proposta nos últimos anos de recuperação econômica e de institucionalização do país, sob hegemonia da política de união e de apoio da maioria blanca, contrária a influência da Argentina nos assuntos internos do Uruguai<sup>154</sup>. Geopoliticamente, “o Uruguai sempre considerado como um Estado-tampão. No decorrer da história pós-independência uruguaia, Brasil e Argentina

---

<sup>153</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, p. 191.

<sup>154</sup> GOLIN, Tau. *A fronteira*. V. 2. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 193.

procuraram assegurar que o Estado Oriental não ficasse na órbita de influência do outro”<sup>155</sup>. Nesse sentido, muitas foram as tropelias na fronteira Brasil-Uruguai. Aliás,

na história da redefinição de limites com o Uruguai, podemos distinguir preocupações geopolíticas que foram herdadas do período colonial, quando as coroas ibéricas disputavam espaços territoriais na América do Sul. Os limites imprecisos entre Uruguai e Brasil faziam com que houvesse reclamações de invasões territoriais por parte de pecuaristas de ambos os lados<sup>156</sup>.

A associação de brasileiros e argentinos com o general colorado Venâncio Flores, obviamente, deu um caráter de aliança entre uma fração interna e elementos estrangeiros, acendendo, de outro lado, o fogo do patriotismo oriental. Era muito grande a crítica oriental à presença de oficiais imperiais no exército de Flores.

O acirramento da crise e a repressão aos estancieiros brasileiros insurrectos no Uruguai acabaram arrastando o Brasil para mais um conflito armado. Todavia, o que tinha iniciado como mais aparente intervenção na Banda Oriental não pararia no solo uruguaio invadido e mergulharia o Brasil em complicações mais amplas, as quais arrebatariam, dois anos depois, na Guerra do Paraguai.

No dia 20 de outubro de 1864 foi celebrado, em Barra de Santa Lúcia, no Uruguai, um acordo de cooperação militar entre o general uruguaio Venâncio Flores e o chefe da esquadra naval brasileira, o Vice-Almirante Tamandaré. A nota do general Flores expõe o seguinte:

Sr. Almirante,

Colocado à frente da revolução oriental, que não faz solidária com a responsabilidade que assumiu o governo de fato de Montevideu e contra a qual o país por meio dessa revolução, que condena os fatos ofensivos que se tem cometido contra o Império do Brasil e seus cidadãos, cumpre-me levar ao conhecimento do Sr. Almirante que julgo necessário tomar comuns os nossos esforços para chegar à solução das dificuldades internas da república e das suscitadas com o governo do Império, ao que estou disposto, na inteligência de que a revolução que presido, em nome do país, atenderá às reclamações do governo imperial, formuladas nas notas da missão especial confiada a S. Exa. o Sr. Conselheiro Dr. Josá Antonio Saraiva, e lhes dará *condigna reparação em tudo quanto for justo e equitativo, estiver em harmonia com a dignidade nacional e não for obtido*

---

<sup>155</sup> HEINSFELD. Adelar. “Ao sul do Rio Grande do Sul: retificação dos limites territoriais com o Uruguai, 1909”. In: Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ed. Especial. Brasília: A Fundação, 2007, p. 144.

<sup>156</sup> HEINSFELD. Adelar. “Ao sul do Rio Grande do Sul: retificação dos limites territoriais com o Uruguai, 1909”. In: Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ed. Especial. Brasília: A Fundação, 2007, p. 146.

*como uma consequência natural e forçosa do triunfo da revolução.* Fazendo esta manifestação a V. Exa., creio constituir-me eco da opinião do meu país, em cujo nome contraio este compromisso, que se realizará apenas for alcançado o completo triunfo da causa que representamos<sup>157</sup>.

Eis a resposta do Vice-Almirante Tamandaré:

Ilmo. Exmo. Sr.

Tenho presente a nota que V. Exa. acaba de dirigir-me, em data de hoje, na qual me comunica que, como chefe da revolução da República Oriental do Uruguai, julga necessário unir os seus esforços aos meus, para chegar á solução das dificuldades internas do seu país e das que tem sido suscitadas ao governo imperial pelo governo de Montevidéu, visto que a revolução a que V. Exa. preside reconhece a justiça das reclamações do governo imperial, formuladas nas notas da missão especial, confiada a S. Exa. o Sr. conselheiro José Antonio Saraiva, e condena os atos ofensivos ao Império do Brasil, do referido governo.

Acrescenta V. Exa. que, ao fazer-me esta manifestação, crê ser o eco da opinião de seu país, em cujo nome contrai o compromisso, que será revalidado, obtido o triunfo da causa que representa, de dar condigna reparação àquelas reclamações, cujo fundamento V. Exa. tem demonstrado reconhecer. Fazendo a devida justiça à nobreza dos sentimentos de V. Exa. e a maneira honrosa com que se mostra disposto a reparar estes males e ofensas, devo declarar a V. Exa. que terei a maior satisfação em cooperar com V. Exa. para o importante fim de restabelecer a paz da república e de reatar as amigáveis relações dela com o Império, rotas pela imprudência daquele governo, tão antipatrióticos como injusto em todos os seus atos.

Para tornar uma realidade esta cooperação, a divisão do Exército Imperial que penetra no Estado Oriental, com o concurso da esquadra do meu comando, se apoderará do Salto e Paissandu, como represálias e, imediatamente subordinará estas povoações à jurisdição de V. Exa. – visto o compromisso de reparação que V. Exa. contraiu –, entregando-as às autoridades legais que V. Exa. designar para tomar contra delas e só conservará aí a força que V. Exa. requisitar para garanti-las de que não tornem a cair, de novo, no poder do governo de Montevidéu.

Não duvidarei também operar com o apoio das forças dependentes de V. Exa., que se acham em Mercedes e ao norte do rio Negro, para não só impedir que o general Servando Gomes passe para o sul desse rio com o exército que comanda, como para obrigá-lo a largar

---

<sup>157</sup> RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos; FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005, p. 313-314.

as armas. Creio que V. Exa. avaliará o quanto eficaz é o apoio que lhe garanto debaixo de minha responsabilidade, o qual se traduzirá, imediatamente, em fatos e que reconhecerá nele mais uma prova de simpatia do Brasil pela República Oriental, a cujos males estaria por um termo, concorrendo para constituir o governo que a maioria da nação deseja e que só encontra oposição em um reduzido número de cidadãos<sup>158</sup>.

José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, exerceu a função de Consultor do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil. No Parlamento brasileiro, seu discurso do dia 5 de junho de 1865 tornou-se muito famoso e também polêmico. Num discurso de sete horas, Paranhos falou sobre os acontecimentos da guerra civil uruguaia e analisou a atuação da diplomacia brasileira no Prata. O acordo de Santa Lúcia entre Tamandaré e Flores foi muito enfatizado por Paranhos. Foi este acordo que deu início as operações militares brasileiras no Uruguai. O diplomata e parlamentar criticou muitos pontos da política brasileira no Prata, principalmente a intervenção armada. Paranhos insistiu que o Brasil deveria ter investido mais nas mediações diplomáticas com o governo uruguaio ao invés de formular uma política tão agressiva.

No dia 2 de dezembro, ocorreu o cerco e a tomada de Paissandu, cidade localizada às margens do rio Uruguai, por fuzileiros brasileiros em ação conjunta com colorados. Enquanto o marechal-de-campo João Propício Mena Barreto reunia as tropas na província do Rio Grande do Sul para invadir o Estado Oriental, o Vice-Almirante Tamandaré, com a esquadra, iniciou as represálias. Atacou alguns navios uruguaiois que transportavam soldados e material bélico para os contingentes leais ao governo blanco, e, aliando-se a Flores, acometeu a Vila de Salto e Paysandu, sem que ao menos o Império do Brasil declarasse guerra ao Estado Oriental. O presidente Aguirre, indignado com a ferocidade daquele episódio, decretou a queima de todos os Tratados de 12 de outubro de 1851, em praça pública, ao som do Hino Nacional uruguaio<sup>159</sup>.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Pedro Dias Vieira, informava em seu relatório que

começou o vice-almirante brasileiro as operações marítimas de que foi encarregado, enviando uma divisão da nossa esquadra para estacionar nos portos de Paissandu e Salto. Ao comandante dessa divisão fez ele as seguintes recomendações:

---

<sup>158</sup> RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos; FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005, p. 314-315.

<sup>159</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, p. 196.

- 1º Velar na proteção devida aos súditos brasileiros;
  - 2º Reclamar competentemente e empregar a força, quando fosse esta necessária, contra as agressões verificadas, que lhes fizessem as autoridades orientais nos pontos em que ainda dominava o governo da República;
  - 3º Exigir a liberdade de todos os que achassem violentados ao serviço militar, com desprezo de sua reconhecida nacionalidade, ou detidos ilegalmente no cárceres públicos.
  - 4º Prestar toda coadjuvação aos cônsules e vice-cônsules do Império no exercício de suas funções.
- O fim da marinha brasileira era, como fica dito, unicamente tolher o movimento dos navios, segundo as disposições tomadas pelo Sr. Visconde de Tamandaré<sup>160</sup>.

O governo brasileiro assegurava que as operações navais no Uruguai serviriam apenas para pressionar o governo oriental ao cumprimento das devidas reparações aos direitos dos brasileiros estabelecidos em solo oriental. Segundo o ministro Dias Vieira, não era objetivo do Brasil declarar guerra ao Uruguai.

As operações navais comandadas por Tamandaré e os desdobramentos políticos da guerra civil no Uruguai preocupavam o Barão de Mauá. Em carta a Andrés Lamas, escrita em 8 de janeiro de 1865, Mauá afirmou que

Os riscos de uma conflagração no Rio da Prata, e as esperanças que nutre de que com a chegada de Paranhos a extraviada política do Governo Imperial nessas regiões tome melhor direção no que também o acompanho<sup>161</sup>.

Percebe-se que Mauá mantinha esperanças de que José Maria da Silva Paranhos concertasse os equívocos provocados no Prata pela política externa do governo brasileiro. Todavia, a política intervencionista do Brasil no Uruguai mantinha-se firme nos seus propósitos de derrubar o governo blanco do presidente Aguirre e de implantar um governo mais sintonizado com os interesses brasileiros. Seguindo essa linha de ação, em 2 de fevereiro de 1865 iniciou-se o bloqueio, pela Marinha brasileira, do porto de Montevideú. Duas semanas depois, no dia 15 de fevereiro de 1865, Tomás Villalba foi eleito presidente do Senado e, automaticamente, tornou-se chefe do Executivo uruguaio. E, finalmente, em 20 de fevereiro de 1865, José Maria da Silva Paranhos, assinou um acordo de paz com o novo governo blanco uruguaio e abriu caminho para o general colorado Venâncio Flores assumir a presidência do Uruguai.

---

<sup>160</sup> Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, 1864, p. 14.

<sup>161</sup> MAUÁ, Barão de. Londres, 8 de janeiro de 1865. In: BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 126.

Em outra carta escrita em Londres, no dia 20 de março de 1865, Mauá reclamou a Lamas do modo pelo qual o governo brasileiro estava conduzindo a política com relação ao Prata:

Meu futuro se me apresenta tão cheio de incertezas, por causa da maldita invasão de Flores no seu país, e ultimamente pela intervenção do Governo Imperial na República do modo por que há realizada.”

Enquanto ao Brasil, suas finanças vão ficar arruinadas por uns 20 anos!<sup>162</sup>

Todo aquele esforço de intervenção brasileira no Uruguai não era bem visto por Mauá. O empresário brasileiro temia por uma futura crise política e econômica na América do Sul. O fim do governo blanco e a ascensão de Flores ao poder preocupavam o empresário. Ele já demonstrara anteriormente que não simpatizava com colorados caudilhos e aventureiros ao estilo do general Flores. Agora, com o caudilho no domínio total do Uruguai, e com o apoio formal do governo brasileiro, Mauá teria que se entender politicamente com Flores, caso quisesse receber o dinheiro dos empréstimos que fizera ao governo uruguaio. O problema é que Mauá emprestara dinheiro ao governo blanco para combater justamente as tropas do general Flores. A nova situação política do Uruguai tornara-se realmente muito complexa para o empresário brasileiro. Era mais um desafio diplomático a ser enfrentado pelo Barão de Mauá no Rio da Prata. Para dificultar ainda mais a situação de Mauá, ele contava cada vez menos com o apoio do governo brasileiro, pois era acusado de emprestar dinheiro aos blancos para matar brasileiros na guerra civil uruguaia. Mauá foi tornando-se cada vez mais isolado no Rio da Prata. Podia contar com o apoio de poucos políticos influentes, entre eles o argentino Urquiza, Paranhos e, principalmente, seu grande amigo diplomata oriental Andrés Lamas.

---

<sup>162</sup> MAUÁ, Barão de. Londres, 20 de março de 1865. In: BESOUCHET, Lídia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 133.



**Figura 7.** A campanha do Estado Oriental (1864-1865).

FONTE: FARIA, Alberto de. *Irineu Evangelista de Sousa: Barão de Mauá (1813-1889)*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958, p. 531.

Na carta de 20 de março de 1865, Mauá mostrava-se preocupado com o destino de seus negócios no Rio da Prata. O novo quadro político uruguaio não lhe era economicamente favorável. Também a nova política externa brasileira, de maior interferência nos assuntos internos dos países platinos, lhe desagrava, principalmente pela forma agressiva com que essa política fora colocada em prática. Para Mauá abria-se uma fase de grandes incertezas. A única certeza que tinha era de que, pela política agressiva do governo brasileiro, novos conflitos poderiam arrastar o Brasil para a ruína financeira. E, para piorar a situação, seu grande amigo Paranhos fora dispensado pelo governo brasileiro das funções diplomáticas no Prata. Sem a moderação e o debate de alto nível de Paranhos na mediação das negociações diplomáticas, Mauá estava praticamente isolado na região platina.

O surgimento de Paranhos, elevando a reflexão a um nível jamais alcançado, permite superar a contradição. De seu primeiro mestre, o Visconde de Uruguai, retém a coerência e a firmeza que fundamentam sua doutrina. Com os não-intervencionistas, aprende a temperá-la de bom senso, benevolência e confiança mútua. Esse progresso do pensamento político, enquanto se impôs, obteve êxitos

incontestáveis. A influência de Paranhos, infelizmente, não se perpetuará. A política externa, nos anos seguintes, não se beneficiará do desenvolvimento doutrinal alcançado, sujeitando-se mais ao capricho de indivíduos, com os prejuízos que a História conhece. A política externa perde lideranças ideológicas e coerência prática. Essa nova política fez uma ilustre vítima, Paranhos, que mantém seu entendimento sobre as questões externas, mas não se ajusta aos homens de comando. Eles o respeitam, admiram, mas não se conformam com sua independência. Assim, o nomeiam ministro Plenipotenciário para negociar a paz com o Uruguai, em dezembro de 1864, e, depois de consumado o convênio de 20 de fevereiro de 1865, o demitem dessa função<sup>163</sup>.

Como já foi dito em capítulo anterior, Mauá e Paranhos primavam por uma política de entendimento e de cooperação entre os países platinos. Intervencionismo e enfrentamento militar direto entre nações deveria ser a última possibilidade a ser colocada em prática, após vencidas todas as formas de diálogo. Em suas negociações diplomáticas no Prata, Mauá contou com o apoio político de 4 grandes diplomatas brasileiros: Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai) e Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná) na década de 1850. Na primeira metade da década de 1860, José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco) e durante a Guerra da Tríplice Aliança Luis Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias). Quando Paranhos foi designado para missão especial no Uruguai em dezembro de 1864, Mauá mostrou-se otimista com a nomeação do amigo para a missão. O empresário contava que Paranhos pudesse trazer nova orientação na linha de ação da diplomacia brasileira no Rio da Prata. Mauá via em Paranhos a possibilidade de Flores não sair tão fortalecido politicamente no final da guerra civil. Pensamentos equivocados, como se viu. Suas projeções não se confirmaram e sua análise da conjuntura no Prata estava dissociada dos reais fatos políticos. Paranhos estava em missão no Prata para cumprir as ordens do governo brasileiro. As orientações dadas a Paranhos eram no sentido do diplomata brasileiro mediar as negociações para confirmar a assinatura de Venâncio Flores como novo presidente do Uruguai. E foi o que aconteceu. Paranhos cumpriu as orientações do governo brasileiro e depois foi demitido da função diplomática. Dessa forma, o único diplomata moderado em que Mauá ainda confiava estava fora da arena política platina.

Não é inútil perguntar, entretanto, se a falta de uma política consistente, que sacrificou a unidade de pensamento e de ação,

---

<sup>163</sup> CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 131.

afastando a influencia benéfica de estadistas da envergadura de Paranhos, não teria contribuído para aquele desfecho dramático<sup>164</sup>.

A guerra civil uruguaia iniciada em abril de 1863 terminou com o final que não era o desejado por Mauá. Flores tornou-se presidente do Uruguai e os colorados assumiram todos os ministérios porque o governo brasileiro interveio na guerra civil em apoio a Flores. No pensamento de Mauá, o governo brasileiro deveria intervir sim, na guerra uruguaia, mas não através das armas e sim do entendimento diplomático e na defesa dos grandes interesses nacionais. “Diante de tamanha arrogância, que a perseguição aos súditos e propriedades brasileiras tornava mais acintosa, recrudescer o ressentimento nacional, a animosidade e a revolta. O governo brasileiro solucionou a crise uruguaia pelas armas”<sup>165</sup>.

Apesar das inúmeras tentativas de Mauá pela paz ao longo da guerra civil uruguaia, ficou muito difícil uma solução diplomática para os desentendimentos. Para frustração do Barão de Mauá, o que prevaleceu foi a guerra e não a paz. Ao invés de operações diplomáticas, operações militares.

O diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra. As relações interestatais apresentam um traço original que as distinguem de todas as outras relações sociais: elas se desenrolam à sombra da guerra: para empregar uma expressão mais rigorosa, as relações entre os Estados implicam essencialmente na guerra e na paz. Uma demonstração de força pode fazer com que o adversário ceda sua posição; simboliza a imposição possível, que não chega a executar. O intercâmbio entre as nações é contínuo; a diplomacia e a guerra não passam de modalidades complementares desse diálogo. No campo das relações internacionais, poder é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais. Em poucas palavras, o poder político não é um valor absoluto, mas uma relação entre os homens. Toda política internacional importa um choque constante de vontades, por estar constituída por relações entre Estados soberanos, que pretendem determinar livremente sua conduta. A contraposição de vontades não desencadeia necessariamente a competição militar. O intercâmbio entre Estados nem sempre é belicoso; seu relacionamento pacífico é influenciado pelas realizações militares, passadas ou futuras, mas não é determinado por elas<sup>166</sup>.

---

<sup>164</sup> CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 102.

<sup>165</sup> CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 103.

<sup>166</sup> ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 52.

Com o apoio militar do governo brasileiro e do presidente Mitre da Argentina, Flores não teve grandes dificuldades para vencer militarmente Aguirre e assumir o poder no Uruguai em fevereiro de 1865.

A guerra uruguaia deve ser compreendida dentro do contexto das lutas políticas entre blancos e colorados e da histórica simpatia que o governo brasileiro manifestava pelos colorados, os federalistas provincianos ligados a grande pecuária extensiva. Naquela guerra estavam em jogo os rumos políticos do Uruguai e da política externa do governo brasileiro, além dos interesses econômicos de Mauá e dos estancieiros sul-riograndenses. A força política e militar dos brasileiros residentes no Uruguai poderia contribuir para a manutenção ou alteração do equilíbrio de forças no Prata. Esse elemento nunca pode ser desprezado quando se faz uma análise do contexto político das relações entre as nações platinas.

No final deste capítulo, reiteramos que a guerra civil uruguaia deve ser compreendida dentro do processo de formação dos Estados nacionais na América do Sul e da luta entre esses Estados para assumir uma posição dominante no continente a partir da segunda metade do século XIX. Nesse sentido, as transformações políticas ocorridas internamente nesses Estados vão desencadear na configuração política pré-guerra do Paraguai. Foi em 1862, que teve início uma aproximação diplomática mais acentuada entre Brasil e Argentina. Essa aproximação começou a se concretizar quando Bartolomeu Mitre chegou ao poder na Argentina em 1862, derrotando os federalistas, liderados pelo governador da província de Entre Rios José Justo Urquiza. O país foi reunificado sob o nome de República Argentina, sendo Mitre eleito presidente.

Mitre começou a realizar uma política bem vista pelos liberais brasileiros, que haviam assumido o poder central no Brasil naquele mesmo ano de 1862. Mitre aproximou-se dos colorados uruguaiois liderados por Venâncio Flores e se tornou um defensor da livre navegação dos rios.

O controle da Bacia do Rio da Prata, formada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, era motivo de conflitos desde a época colonial. A importância dos rios para a navegação e o comércio internacional aumentou depois das independências do Brasil e do Paraguai.

Para o Paraguai, sem saída para o mar, os rios platinos garantiam o escoamento dos produtos do país para o exterior. Para o Brasil, os rios representavam uma importante via de comunicação entre a província de Mato Grosso e a região Sul do país. Porém as relações diplomáticas no Prata alteraram-se mais profundamente com a política brasileira de intervenção armada no Uruguai em abril de 1864. No relatório do Ministro dos Negócios

Estrangeiros do Brasil de 1864, apresentado ao Congresso Nacional em 1865, João Pedro Dias Vieira, justificava a necessidade da intervenção armada brasileira no Uruguai em função da evolução do quadro político da guerra civil uruguaia.

terminara então a missão confiada ao Sr. Conselheiro José Antonio Saraiva sem que houvéssimos podido obter a justa reparação, que exigíamos, e que fez objeto da mesma missão, pelas ofensas praticada contra os direitos e legítimos interesses dos súditos do Império residentes na República.

Consequentemente com o ultimatum apresentado pelo Sr. Saraiva, e a que não atendeu o governo de Montevidéu, tivemos de assumir ali uma posição mais enérgica, empregando os meios coercitivos autorizados pelo direito das gentes, e que infelizmente se tornarão indispensáveis para manter o decoro e a dignidade nacional.

Triste e desesperadora tornou-se com efeito a sorte dos nossos compatriotas, e notícia dos seus sofrimentos excitava o clamor geral pela paz<sup>167</sup>.

O ministro também justificava que uma ação mais enérgica deveria ser colocada em prática pelo governo brasileiro no Uruguai, pois os meios diplomáticos não estavam sendo suficientes para fazer cumprir os direitos brasileiros naquele país. Segundo o ministro era necessário

Que se empregassem os meios precisos afim de que os agentes consulares brasileiros nela residentes fossem tratados com a consideração e deferências devidas no lugar, que ocupavam, respeitando-se as atribuições e regalias, que lhes eram próprias, segundo o uso geral das nações e do direito convencional entre o Império e a República<sup>168</sup>.

A organização de tropas na fronteira, na visão do ministro, tinha como objetivo proteger o território brasileiro das investidas dos bandos armados uruguaiois.

Sabia o governo da República que as forças imperiais, que haviam marchado para a fronteira da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, destinavam-se não só a fazer respeitar o território do Império e melhor impedir a passagem de contingentes para o Estado Oriental, como a proteger a vida, a honra e a propriedade das súditos brasileiros<sup>169</sup>.

O ministro Dias Vieira também informava em seu relatório que a missão Saraiva representava uma tentativa diplomática do governo brasileiro para solucionar os repetitivos

---

<sup>167</sup> Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, 1864, p. 15.

<sup>168</sup> Ibid., p. 15

<sup>169</sup> Ibid., p. 15

incidentes que há tempos vinham ocorrendo no Uruguai contra brasileiros residentes naquele país.

No intuito de remover qualquer dificuldade, apressou-se o Conselheiro Saraiva a declarar francamente que o pensamento do governo imperial era todo amigável enquanto as circunstâncias e os acontecimentos não aconselhassem ou exigissem outra política<sup>170</sup>.

Numa carta de 8 de outubro de 1865, Mauá confessou a Lamas que

Comprometei-me *demais* no seu país. Ninguém hoje me tira da cabeça que não há meio de evitar que um gaúcho qualquer, oriental, argentino ou rio-grandense, pode de um dia para outro, à testa de alguns homens montados em bons cavalos, afrontar os elementos da ordem dessa República a ponto de fazer sucumbir a autoridade legal<sup>171</sup>.

Mauá era um homem político e como todo homem de ação, viveu de algum modo no futuro. Ele não pode ser considerado verdadeiramente como um pacifista, mas ao analisar sua correspondência, não resta dúvida que lutou pela segurança e pela paz. É possível claramente verificar os seus esforços para apaziguar os ânimos dos políticos platinos às vésperas da eclosão da maior guerra da América do Sul.

É, pois, o Estado Oriental, na minha opinião, de ora em diante, um país para dele fugir quem tiver o que perder, salvando do melhor modo que puder seus interesses. Infelizmente eu não posso fugir; não me contentei em meter o braço, meti o pescoço bem debaixo do cutelo, e hoje só me resta aguardar com resignação as ocorrências que se derem.

Se as coisas tivessem ocorrido por outro modo, triunfando e não sucumbindo o princípio da autoridade (nada me importam os partidos, nem os nomes próprios), embora em seguida a bandeira da conciliação amparasse todos os orientais, sem exceção de um só, eu não veria nada no horizonte da República que me inspirasse grande receio, porque nutria grandes esperanças no mal-estar que devasta os Estados Unidos, o que mais dia menos dia fará cessar ou reduzir a escala pequena da corrente exorbitante do produto deixará de ser ali exigida de ora em diante para fazer carga aos estupendos encargos nacionais que a guerra devastadora ocasionou, e em tal caso, a corrente de emigração em de seguir outra direção, e o Rio da Prata me parece estar destinado a recebe-la em grossa torrente; para que isso se dê, porém, não basta que haja paz, porém confiança em que

---

<sup>170</sup> Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, 1864, p. 16.

<sup>171</sup> MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1863. In: BESOUCHET, Lídia. *Mauá e seu tempo*. São Paulo: Anchieta, 1942, p. 122. Esta carta encontra-se no Archivo Historico de La Nación, em Montevideú, no Uruguai.

o futuro ela se mantenha e nada me parece mais problemático do que o gozo desse bem inestimável na República Oriental.

Enfim, não tenho outro remédio hoje senão esperar os sucesso com mais ou menos resignação<sup>172</sup>.

O Barão de Mauá agiu no Prata para mudar contextos políticos que não lhe eram economicamente favoráveis. A figura de Mauá pode seguir a caracterização diplomática de Renouvin, que chama atenção para a “importância da seqüência deliberada de ações que o homem político faz para modificar a conjuntura internacional num quadro complexo de acontecimentos”<sup>173</sup>. A atuação política de Mauá no contexto platino a partir de 1864 foi marcada por suas ações em favor da promoção das boas relações diplomáticas.

Em 1878, diante da maior crise financeira de suas empresas, Mauá escreveu a *Exposição aos Credores de Mauá & Cia*, obra na qual explica seus *Serviços prestados à política do Brasil no Rio da Prata*.

Desde o começo de 1850 acompanhei todas as evoluções da política do Brasil no Rio da Prata, pela confiança com que me honraram os Srs. ministros.

Em meados desse ano declarou-me o Sr. Conselheiro Paulino que, posto a atitude da legação Argentina se tornasse cada dia mais pronunciada, o Brasil não estava preparado para aceitar a luva, e cumpria ao governo reunir, sem fazer barulho, os elementos precisos para dar o golpe, a fim de nos não vermos empenhados em uma guerra duradoura, que seria funesta às finanças do Império. S. Ex.<sup>a</sup>. me fez saber que, abandonado o governo da praça de Montevidéu pela França, embora fossem minguados os recursos que lhe eram ministrados, inevitável seria sua queda e completar-se-ia o domínio de Rosas na república, perdendo o Brasil a sua base de operações na guerra inevitável que se aproximava; que era preciso a todo o transe sustentar a praça com recursos financeiros, enquanto não estava o Brasil preparado para fazer a guerra – e que o governo confiava em mim – para prestar os auxílios indispensáveis como suprimentos por mim feitos<sup>174</sup>.

Mauá relata nesta *Exposição* a sua participação no tratado secreto assinado entre os governos do Brasil e do Uruguai no início da década de 1850. O empresário emprestou dinheiro aos uruguaios naquela ocasião porque o governo brasileiro lhe deu todas as garantias

---

<sup>172</sup> MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1863. In: BESOUCHET, Lídia. *Mauá e seu tempo*. São Paulo: Anchieta, 1942, p. 122.

<sup>173</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste; RENOUVIN, Pierre. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, p. 448.

<sup>174</sup> SOUSA, Irineu Evangelista de. *Exposição aos Credores de Mauá & Cia*. Rio de Janeiro: Valverde, 1941, p. 113.

de que receberia todo seu dinheiro de volta, mais os respectivos juros. Todavia, os empréstimos que fez não lhe trouxeram benefícios, ao contrário, contribuíram para sua falência financeira.

O tratado secreto com o representante do governo da praça nesta corte estabeleceu a importância desses auxílios, que foram por mim fielmente entregues, sem que a menor partícula de benefício daí me proviesse. Bem pelo contrário, reconhecendo que os recursos fornecidos não bastavam para conseguir o fim que se tinha em vista, e seguro de que o governo imperial não podia recuar, tendo eu nessa época sobre de recursos, tratei de auxiliar eficazmente a defesa da praça, com recursos que bastassem, não certamente com o juro arbitrado pelo governo imperial para seus empréstimos, porém com módico juro relativo, desde que era o mínimo corrente em Montevideu sendo meu pensamento concorrer para o triunfo da política do Brasil no Rio da Prata<sup>175</sup>.

Em relações internacionais não se pode separar rigorosamente as relações interestatais das relações interindividuais que interessam a mais de uma unidade política<sup>176</sup>. No trecho acima, Mauá escreveu sobre como iniciou sua participação secreta na política externa brasileira. Em 1850, o empresário foi procurado pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil para contribuir com empréstimos financeiros ao governo uruguaio. Ao aceitar o pedido do governo brasileiro, começou a ocorrer o entrelaçamento dos interesses interestatais (Brasil e Uruguai) com os interesses individuais de Mauá.

Preparado o Brasil para fazer a guerra, moveu as suas forças de mar e terra, e em poucas semanas tinha baqueado o poder tirânico, que com mão de ferro dominara durante vinte anos ambas as margens do Prata, e nos ameaçava ousadamente.

Ao terminar a guerra achei-me comprometido com uma soma assaz forte ao débito do governo oriental, e o estado econômico da república, que tive de apreciar nessa ocasião, representando um verdadeiro cadáver, causou-me sério receio de a perder; tive em seguida de entranhar-me nas veias econômicas enfraquecidas dessa sociedade, criando-me os perigos que me 1868 produziram o primeiro choque violento na posição da casa Mauá<sup>177</sup>.

Ao longo do texto de Mauá, percebe-se que ele mostrava-se, em parte, arrependido de ter mergulhado tão profundamente nos assuntos da política platina. Suas ações, seus pontos de vista, suas teses e suas decisões nem sempre surtiram os efeitos

---

<sup>175</sup> SOUSA, Irineu Evangelista de. *Exposição aos Credores de Mauá & Cia.* Rio de Janeiro: Valverde, 1941, p. 114.

<sup>176</sup> ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 102.

<sup>177</sup> SOUSA, Irineu Evangelista de. *Exposição aos Credores de Mauá & Cia.* Rio de Janeiro: Valverde, 1941, p. 115.

desejados. Todavia, sua influência nos meios diplomáticos platinos deve ser destacada. “As marcas do papel desempenhado pelos grandes negócios financeiros ou industriais na ação política internacional são muitas vezes difíceis de discernir”<sup>178</sup>. A maior parte da atuação de Mauá no Prata foi caracterizada por suas iniciativas diplomáticas individuais. Iniciativas estas que lhe custaram o apoio do governo imperial. Suas ações individuais nem sempre estavam de acordo com os interesses das diplomacias do Brasil e dos países platinos. A influência dos grandes negócios financeiros e industriais aparece com certeza, em dadas ocasiões, a fim de conseguir a abertura de mercados, ou proteção para investimentos de capitais. Entre as múltiplas atividades de um homem político, responsável, a mais alta, a que lhe as funções, a que lhe realiza as ambições, é a decisão<sup>179</sup>. As decisões e as opções políticas de Mauá no Prata contribuíram também para sua falência empresarial.

Ao pecado original, de ter posto pé nesse país, fui sem dúvida arrastado por motivos nobres; as inspirações do patriotismo, quando são guiadas pelo entusiasmo, não conhecem limites aos sacrifícios; só pode compreender a força desse sentimento quem o possui entranhado em sua alma; são poucos os que o sentem deveras. Na época em que dei esses passos, as sobras do meu ativo punham-me a coberto de qualquer eventualidade<sup>180</sup>.

Mauá afirmava que inspirações patrióticas o chamaram a assumir uma posição política no Prata. Os inúmeros empréstimos que fez ao governo uruguaio foi a maior causa da falência do Banco Mauá & Cia. no Uruguai. No entanto, sempre reconheceu que o dinheiro emprestado ao governo daquele país foi com a intenção de colaborar com o desenvolvimento econômico do Uruguai e fazer prosperar as boas relações comerciais entre brasileiros e uruguaios. Mauá assumiu o compromisso de ajudar financeiramente o governo uruguaio em 1850, devido ao pedido do amigo maçom Paulino José Soares de Souza, na época Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil. Mauá recebeu todas as garantias do Ministro de que poderia contar com o apoio do governo imperial para receber o dinheiro do empréstimo que fizera ao governo uruguaio. A crise econômica do Uruguai em 1850 era muito grande e a possibilidade de não receber de volta todo o dinheiro emprestado mais os juros era mais do que provável. Mesmo assim, Mauá aceitou o pedido de ajuda do Ministro brasileiro, pois reconhecia que a importância da política brasileira de colaborar com o governo uruguaio na

---

<sup>178</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste; RENOUVIN, Pierre. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, p. 511.

<sup>179</sup> *Ibid.*, p. 512.

<sup>180</sup> SOUSA, Irineu Evangelista de. *Exposição aos Credores de Mauá & Cia*. Rio de Janeiro: Valverde, 1941, p. 213.

tentativa de acabar com a rebelião da oposição blanca de Oribe. Além disso, o governo brasileiro temia pela aproximação entre Oribe e o ditador argentino Rosas, ainda mais pelo fato de que este último tinha claras intenções de reconstruir o antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, ameaçando a soberania e a independência das nações platinas menores, o Uruguai e o Paraguai.

Mauá colaborou com a diplomacia brasileira em 1850 para inaugurar uma nova fase na história das relações internacionais do Brasil no Prata, marcada pela presença mais atuante da diplomacia brasileira nos assuntos platinos. Ao longo daquela década, Mauá gozou de grande apoio político no Prata para garantir seus direitos nos tratados que assinou com o governo uruguaio. Todavia, nas décadas de 1860 e 1870 o governo brasileiro mudou suas diretrizes políticas no trato das relações com o Uruguai. Mauá não concordava com o novo modelo de atuação da diplomacia brasileira na região e acabou perdendo o apoio do império que sempre recebera na década de 1850. Praticamente isolado politicamente pelo governo brasileiro no Prata, Mauá, numa explosão de sinceridade e com grande irritação, desabafou ao seu amigo Andrés Lamas:

... maldita, maldita hora em que fui levado a entrelaçar-me no Rio da Prata! O risco de meus capitais agrava-se pela situação que toma a legação oriental, porque estou convencidíssimo de que o governo imperial não cederá facilmente às pretensões exigidas em termos violentos<sup>181</sup>.

No início de 1865, poucos, muito poucos, mantiveram-se tranqüilos e dispostos a evitar uma catástrofe guerreira. Entres estes, Mauá. Um mundo de contradições abriu-se diante dele. A única coisa que verdadeiramente o interessava, era a paz e o progresso, tanto no Brasil quanto nos países vizinhos<sup>182</sup>. No entanto, a Guerra do Paraguai contribuiu ainda mais para isolar e quase anular a importância da influência política de Mauá nos países platinos. Mesmo assim, ele sempre defendeu os princípios de uma política externa de vigilância, porém, com muita moderação e prudência.

O Visconde de Mauá foi importante figura do cenário político platino do pré-Guerra do Paraguai. Entre 1850 e 1865, sua atuação política, econômica e diplomática no Rio da Prata nos ajuda a compreender a história da política exterior do Brasil nesse período. A visão de Mauá sobre a política externa brasileira no Rio da Prata revela importantes elementos

---

<sup>181</sup> MAUÁ, Barão de. Londres, 7 de janeiro de 1865. In: BESOUCHET, Lídia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 125.

<sup>182</sup> GANNS, Cláudio. *Visconde de Mauá*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1998, p. 82

que formaram o complexo contexto que levou Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai ao maior conflito armado da História da América do Sul.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procuramos compreender a visão de Irineu Evangelista de Sousa, Barão e Visconde de Mauá, sobre a política externa brasileira no Rio da Prata. Mauá foi, em primeiro lugar, um capitalista. Depois um político, muito interessado nos assuntos da política externa brasileira.

A leitura das correspondências e dos artigos publicados pelo Barão de Mauá que utilizamos nesta pesquisa revelou suas percepções sobre a política externa brasileira com os países da região platina.

Atuando no contexto político e econômico do Segundo Reinado, Mauá insistiu que o governo imperial deveria elaborar uma política externa direcionada para a integração econômica entre o Brasil e os países do Prata. Mauá pensava no fortalecimento do comércio exterior na região platina. Um comércio baseado no liberalismo econômico, com sólidos acordos comerciais e seriedade no cumprimento dos contratos. Defendia que os governantes brasileiros e platinos deveriam criar políticas voltadas para a cooperação econômica entre os países.

Entrar em contato com a correspondência de Mauá permitiu tomar conhecimento de suas idéias, reconstruir elementos que estavam presentes no contexto e nos contornos que tomava a política internacional na região do Rio da Prata entre 1850 e 1865. Permitiu também identificar atores que assumiram papéis destacados naquele contexto histórico, principalmente porque as relações no Prata haviam tornado-se extremamente complexas. A soma dos fatos, das forças políticas e o jogo de interesses nesse período foi marcante. Nesse sentido, Mauá foi um personagem destacado naquele cenário político, pois o peso de sua atuação, de suas idéias e intenções nos revela que atuou diplomaticamente buscando soluções pacíficas para conflitos políticos que acabaram sendo resolvidos pelas armas.

Para uma compreensão maior das relações internacionais na América Platina entre 1850 e 1865, é preciso ter em mente que durante esse período o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai ainda estavam passando pelos seus respectivos processos de formação de Estado-nação. Por isso, naquele período, os conflitos políticos e militares na região do Prata foram muitos freqüentes. A livre da navegação do Rio da Prata e a disputa pela hegemonia na região eram as principais causas das divergências entre os governos das nações platinas.

Em fins da década de 1840, o rosismo atingiu seu auge. Juan Manuel de Rosas, governante supremo de Buenos Aires construía claros planos de reorganizar sob seu comando os territórios que faziam parte do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata. Para tanto, aspirava anexar o Uruguai, o Paraguai e, talvez, até o Rio Grande do Sul. A Argentina de Rosas dava claras demonstrações que buscava assumir a hegemonia na América do Sul. A intervenção brasileira no Uruguai em 1851 e a guerra contra o rosismo significaram uma necessidade, na visão da diplomacia brasileira, para restabelecer o equilíbrio de forças na região platina.

Mauá começou a manter contatos com os atores da política no Prata a partir de 1850, quando firmou um tratado para tornar-se financiador do governo uruguaio que encontrava-se em grande crise financeira. Em 1857, o Barão fundou o primeiro banco do Uruguai: o Banco Mauá & Cia. Seu prestígio e sua influência foram aumentando cada vez mais e ele intervinha sempre que podia nos assuntos políticos e diplomáticos em que o Uruguai estivesse envolvido.

Mauá, ao conceder empréstimos ao governo uruguaio durante o cerco de Montevideú em 1850, afirmou o ter feito em defesa dos interesses do governo brasileiro que, naquela ocasião, buscava criar condições para o equilíbrio de forças na América do Sul, pois o governo argentino de Rosas buscava aumentar sua influencia no Prata ao financiar a rebelião de Oribe contra o governo oriental. Nesse sentido, o Visconde de Mauá foi favorável a intervenção brasileira no Uruguai em 1850 e concordou com as diretrizes da política externa elaborada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Paulino José Soares de Souza.

Já a intervenção armada brasileira no Uruguai em 1864 era uma política equivocada na visão de Mauá. O empresário previa que essa intervenção arrastaria Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai a guerra geral. E guerra, para Mauá, causava atraso ao desenvolvimento econômico dos povos.

Percebeu-se que Mauá procurou exercer sua influência de poderoso capitalista junto aos políticos platinos através da leitura de sua correspondência emitida e recebida. Mauá escreveu inúmeras cartas para importantes figuras da política uruguaia. Presidentes da República, Representantes Diplomáticos, Ministros das Relações Exteriores, da Fazenda e da Guerra. Neste trabalho analisamos parte da correspondência entre Mauá e Andrés Lamas, diplomata uruguaio; Juan José Herrera, ministro das Relações Exteriores do Uruguai e Justo José Urquiza, presidente da província argentina de Entre-Rios.

As lutas políticas entre caudilhos na Argentina e no Uruguai foram constantes entre 1850 e 1865. Por isso, a diplomacia brasileira estava sempre muito atenta ao desfecho dessas lutas. Em algumas delas, a intervenção brasileira foi decisiva: como na luta contra

Oribe, que cercava Montevidéu desde 1843; contra o expansionismo do ditador Rosas da Argentina; na guerra civil que colocou Venâncio Flores no poder em 1865. Mauá buscava acompanhar e manter-se informado sobre o desenrolar de toda essa atuação da diplomacia brasileira.

Tanto em 1850 quanto em 1863, o Brasil havia sofrido humilhações perante a Inglaterra. A criação da Lei Eusébio de Queirós no ano de 1850, proibindo o tráfico internacional de escravos africanos, pode ser considerada uma derrota diplomática do governo brasileiro diante das fortes pressões exercidas pela Inglaterra pelo fim do comércio de trabalhadores escravizados. A intervenção armada brasileira na guerra civil uruguaia em 1850, ao lado governo uruguaio contra os rebeldes blancos de Oribe, pode ser entendida como uma tentativa do governo imperial de recuperar o orgulho nacional, em grande parte abalado pelo cumprimento da exigência inglesa do Brasil abolir o tráfico de africanos para o país.

No final de 1863, o Brasil também saiu derrotado diplomaticamente na Questão Cristhie, tendo que pagar indenização à Inglaterra. Em 1864, assim como já acontecera em 1850, intervir militarmente em questões políticas do Prata, parecia ser uma oportunidade de demonstrar a força do governo imperial e recuperar, em parte, o orgulho da nação brasileira. O Uruguai encontrava-se numa guerra civil desde abril de 1863 e muitos brasileiros residentes naquele país estavam diretamente envolvidos no conflito e exigiam que o governo brasileiro tomasse uma posição. O governo brasileiro decidiu tomar partido ao lado dos colorados do interior uruguaio contra os blancos que estavam no poder em Montevidéu. Mauá fez duras críticas à política implantada pelo governo brasileiro, mostrando-se totalmente contra a qualquer tipo de intervenção armada brasileira no Uruguai.

Quando eclodiu a Guerra do Paraguai no final de 1864, Mauá foi um dos raros homens daquele tempo que não aprovaram a “aventura” armada contra o presidente paraguaio Francisco Solano López. Para alguns biógrafos de Mauá, datará daí, talvez, seu desamparo oficial do governo imperial. Aliás, a política internacional acabou gerando ressentimentos definitivos entre o Imperador e Mauá.

Uma das principais explicações sobre a falência empresarial de Mauá refere-se à política econômica do governo imperial, que elaborava leis que limitavam a iniciativa privada. A relação entre Mauá e Dom Pedro II também nem sempre foi amistosa. O imperador parecia nutrir uma certa prevenção contra as iniciativas de Mauá. Em muitas ocasiões, houve verdadeira má vontade do Imperador para com Mauá. O empresário dependia muito das concessões do governo e Dom Pedro nem sempre mostrava-se inclinado a promover o sucesso das iniciativas individuais de Mauá. O Estado brasileiro no Segundo

Reinado, pobre, quase exclusivamente ligado à agricultura latifundiária, não podia, como o Estado britânico, por exemplo, facilitar a iniciativa particular de homens do tipo de Mauá. Na sociedade brasileira comandada por Dom Pedro II, ainda não existia estrutura para o individualismo econômico.

No início da década de 1850, houve até certa ajuda do governo imperial às iniciativas empresariais de Mauá, através de várias concessões, algumas, inclusive, dadas diretamente ao empresário através de autorizações do próprio Dom Pedro II. Todavia, nas três décadas seguintes, o governo imperial buscou limitar a ampliação das atividades das empresas privadas e Mauá foi diretamente atingido por essa política econômica do governo. As empresas privadas estrangeiras também dependiam das concessões do governo imperial para atuarem no Brasil. A luta disfarçada ou aberta de Mauá contra a concorrência estrangeira é um dos fatores que também explica, em parte, a falência dos negócios de Mauá.

No Brasil Imperial, o comércio de açúcar e café atraiu a maior parte dos membros das grandes famílias, que podiam gozar de consignações de parentes e amigos fazendeiros do interior, além de concessões do governo. Diante disso, Mauá era visto no século XIX como um negociante. Sua vida emergia de um balcão. O comércio não era considerado nas terras brasileiras atividade aristocrática, nem degrau fácil para cargos públicos. A elite imperial pensava em propriedades rurais. Nenhum rapaz de boa família pensava em dedicar-se ao comércio. O sistema social que subsistia no Brasil influía naturalmente para que se tivesse do trabalho uma concepção humilhante. Por isso, a profissão de comerciante era considerada inferior. Porém, é inquestionável que Irineu Evangelista de Sousa foi um grande impulsionador do progresso do Brasil no processo de transformação para uma economia industrial moderna em sua primeira fase de desenvolvimento. Mauá tentou, vigorosamente, ser um empreendedor inglês no Brasil do século XIX. Essa talvez seja mais uma das causas que contribuíram para sua falência. O problema central é que não havia no Brasil um modelo de desenvolvimento. Todas as iniciativas empresariais dependiam de concessões governamentais e de muito dinheiro do próprio bolso.

Mauá desenvolveu suas atividades empresariais em um ambiente caracterizado pelo tradicionalismo escravista, pela política morosa e pela limitação da política econômica do Segundo Reinado. Irineu Evangelista de Sousa passou sua longa vida pública numa luta contínua contra o tradicionalismo do imperador, ele próprio prisioneiro dos princípios dos dois partidos políticos da época, o Liberal e o Conservador.

Em relação à política externa, Mauá foi defensor assíduo da integração econômica regional. Quando começou a criticar a política externa do governo brasileiro no

Prata a partir de 1863, ganhou a antipatia de Dom Pedro II e da maior parte dos políticos brasileiros. Durante a Guerra do Paraguai, tentou concorrer contra o financiador oficial do governo brasileiro, o Banco Rothchild da Inglaterra. Com o final da guerra em 1870, o Brasil foi o país que saiu mais fortalecido no contexto das relações com os demais países do Prata. Aliás, o Brasil começou a estender sua hegemonia em toda a América do Sul. Já o maior empresário brasileiro, perdeu cada vez mais o apoio do governo brasileiro. Tornando-se radicalmente contra a política externa brasileira, Mauá também ganhou inimigos políticos no Uruguai que, apoiados por brasileiros, não mediram esforços para enfraquecer a influência de Mauá nos assuntos políticos do Prata.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa brasileira*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- BARROSO, Gustavo. *O Brasil em face do Prata*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora: Biblioteca do Exército, 1952.
- BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- BESOUCHET, Lúcia. *Mauá e seu tempo*. São Paulo: Anchieta, 1942.
- BESOUCHET, Lúcia. *O pensamento vivo de Mauá*. São Paulo: Martins, 1944.
- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 6ª ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1993.
- BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1986.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. V.2. ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CAMARGO, Fernando. *Britânicos no Prata: caminhos da hegemonia*. Passo Fundo: Ed. Universitária, 1996.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. *História diplomática do Brasil*. Brasília: Editora Fac-similar, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2002.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario. *História do Cone Sul*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. 14. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

DEUTSCH, Karl. *Análise das relações internacionais*. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

DI CROPANI, Otaviano de Fiore. *Irineu Evangelista de Sousa, Barão de Mauá: empresário e político*. São Paulo: Bianchi, 1987.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUROSELLE, Jean-Baptiste; RENOUVIN, Pierre. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. V.2. Porto Alegre: Globo, 1997.

FARIA, Alberto de. *Irineu Evangelista de Sousa: Barão de Mauá (1813-1889)*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *A era Mauá: os anos de ouro da monarquia no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2002.

FRANCO, Sérgio da Costa. Panorama sócio-cultural da fronteira Brasil-Uruguaí. In: *Verso e Reverso*: Ano VI, Nº11, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 19.ed. São Paulo: Nacional, 1984.

GANNIS, Cláudio. *Visconde de Mauá*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1998.

GOLIN, Tau. *A Fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. V. 1. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOLIN, Tau. *A fronteira: Os tratados de limites Brasil-Uruguaí-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata*. V. 2. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOLIN, Tau. "As fronteiras sulinas". In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.); PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Império. V. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006.

HEINSFELD, Adelar. "Ao sul do Rio Grande do Sul: retificação dos limites territoriais com o Uruguai, 1909". In: Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ed. Especial. Brasília: A Fundação, 2007, p. 141-172.

HEINSFELD, Adelar. *O discurso geopolítico e as relações internacionais*. In. História: debates e tendências. V.II, nº 1, dez/2001, p. 93-105.

HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1981.

KUNIOCHI, Marcia Naomi. *A prática financeira do barão de Mauá*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Lisboa: Edições 70, 1999.

LUNA, Félix. *Breve história dos argentinos*. Rio de Janeiro: Editora Quartet, 1996.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: IBRI, 2003.

MERLE, Marcel. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

PIVEL DEVOTO, Juan E. *Los bancos: 1824-1868*. Montevideu: A. Monteverde, 1976.

POMER, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense*. 2ª ed. São Paulo: Editora Global, 1981.

REBELLO, Eduardo de Castro. *Mauá: restaurando a verdade*. Rio de Janeiro: Editora Universo, 1929.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo. *Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos; FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. *Para uma nova política externa brasileira*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

SIMONSEN, Roberto. *A evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

SWARTMAN, Eduardo Munhoz. *Política externa e região em tempos de crise*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

TEIXEIRA SOARES. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro. Editora Brand LTDA, 1955.

## **FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS**

BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. Livro onde há uma importante reunião de cartas emitidas e recebidas entre Mauá e influentes figuras políticas platinas, principalmente o diplomata uruguaio Andrés Lamas e o Ministro de Relações Exteriores do Uruguai, Juan Jose de Herrera.

BESOUCHET, Lúcia. *Mauá e seu tempo*. São Paulo: Anchieta, 1942. Livro onde estão reunidas outras cartas emitidas e recebidas entre Mauá e Andrés Lamas e o presidente da província argentina de Entre Rios, Justo Jose de Urquiza.

Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil: 1864.

SOUSA, Irineu Evangelista de. *Exposição aos Credores de Mauá & Cia*. Rio de Janeiro: Valverde, 1941.

